UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUILHERME MENEGHETTI XAVIER DA SILVA

A CRÔNICA DA TOMADA DE CEUTA POR EL-REY D. JOÃO I: GOMES EANNES DE ZURARA E O INICIO DA EXPANSÃO LUSITANA

MARINGÁ
2024

GUILHERME MENEGHETTI XAVIER DA SILVA

A CRÔNICA DA TOMADA DE CEUTA POR EL-REY D. JOÃO I: GOMES EANNES DE ZURARA E O INICIO DA EXPANSÃO LUSITANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a defesa da dissertação.
Linha de pesquisa: História, Cultura e Narrativas.
Área de Concentração: História, Cultura e Política

Orientador: Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes.

MARINGÁ
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586c

Silva, Guilherme Meneghetti Xavier da

A crônica da tomada de Ceuta por El-Rey D. João I : Gome Eannes de Zurara e o início da expansão lusitana / Guilherme Meneghetti Xavier da Silva. -- Maringá, PR, 2024.
102 f. : il. color., figs., mapas

Orientador: Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Crônicas - Portugal. 2. Zurara, Eannes Gomes de, 1410-1474 . I. Menezes, Sezinando Luiz, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 869.1

Rosana de Souza Costa de Oliveira - 9/1366

GUILHERME MENEGHETTI XAVIER DA SILVA

A CRÔNICA DA TOMADA DE CELTA POR EL-REY D. JOÃO I: GOMES EANNES DE ZURARA E O INÍCIO DA EXPANSÃO LUSITANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do Título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes

Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. José Carlos Gimenez

Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Saulo Henrique Justiniano Silva

Centro Universitário Cidade Verde – UniCV e Unicesumar

Maringá

2024

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer à UEM, que tanto me ensinou e, entre risos e lágrimas, pavimentou minha jornada e meu amadurecimento acadêmico e profissional. Agradeço também aos profissionais e corpo docente do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História (PPH), pelas oportunidades e todos os aprendizados que obtive em minha trajetória.

Aos caros colegas do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP – UEM) pela fraterna acolhida e todas as contribuições. Sobretudo ao Professor Dr. Sezinando Luiz Menezes, que aceitou orientar e tornar este trabalho possível, por suas palavras de sabedoria, esclarecimentos, como também pela paciência. Aos membros da banca de qualificação, o professor Dr. José Carlos Gimenez e ao professor Dr. Saulo Henrique Justiniano Silva, cuja sorte me permitiu encontrá-los novamente em minha formação, pela disponibilidade e valiosos apontamentos.

Saindo do âmbito acadêmico, não fosse pelos afetos que carrego intimamente em meu coração, eu nada seria. Amigos de infância que compartilham as minhas mais tenras memórias de um tempo mais simples, ou aqueles que, pelos acasos da vida, apareceram recentemente; os que estão sempre comigo, ou aqueles com quem não conseguimos manter a proximidade desejada; os fisicamente próximos, ou aqueles que se mantém presentes através de uma tela. Com vocês nunca estive sozinho.

Aos meus peludinhos Horácio, Samuel e à já finada Branquinha, pelo conforto e companhia em todos os momentos.

E um agradecimento em especial a minha família: minhas queridas irmãs, que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos; aos meus pais, que foram minha base de sustentação durante toda minha vida e que me ofereceram todas as possibilidades e oportunidades para minha formação pessoal e acadêmica. E, em especial, à minha mãe, Eliete. Minha melhor amiga. É por você, sempre foi por você.

Olha cá dous Infantes, Pedro e Henrique,
Progenie generofa de Joanne:
Aquelle faz que fama illuftre fique
D'elle em Germania, com que a morte engane;
Efte, que ella nos mares o pubrique
Por feu defcobridor, e defengane
De Ceita a Maura tumida vaidade,
Primeiro entrando as portas da cidade.
(Luís Vaz de Camões)

SILVA, G. M. X. da. A CRÔNICA DA TOMADA DE CEUTA POR EL-REY D. JOÃO I: GOMES EANNES DE ZURARA E O INICIO DA EXPANSÃO LUSITANA. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, 2024.

RESUMO

A obra *Crônica da Tomada de Ceuta por el-rey D. João I* revela aspectos importantes a respeito da vida e obra de Gomes Eannes de Zurara, um dos cronistas mais importantes para a manutenção da memória portuguesa durante a baixa Idade Média. O estudo parte, então, do cronista para sua obra, a crônica, e analisa como o estudo da literatura na história pode contribuir como valiosa fonte de informações que podem ser obtidas através do narrado, mas também por características subjetivas de sua composição, como estilo, intencionalidades, público-alvo. Destaca-se, em particular, a gênese expansionista portuguesa através de uma perspectiva única. Sob a pena do cronista a concepção dos primeiros movimentos ultramar encontram-se diluídos a partir da ótica cavaleiresca e legitimadora da continuidade no projeto iniciado por D. João I. Zurara, cronista de D. Afonso V é incumbido, então, da tarefa de registrar os feitos em Ceuta com o propósito de preservar as memórias do rei D. João I, e rememorar o povo português dos êxitos em 1415. Esta estratégia é diretamente proporcional à tentativa de eclipsar o fiasco ocorrido em Tânger anos antes para que a continuidade no processo expansionista fosse justificada. Ênfase em como esta manobra é empreendida. Através da exaltação dos valores morais e éticos das personagens, o que denota uma clara influência do gênero histórico 'espelho de príncipes', que por sua essência, servia como um guia pedagógico para orientar a conduta dos governantes através de exemplos. A ideia de legitimação também é corroborada pelo argumento de que a devoção religiosa atua como fator fundamental para estes homens, constituindo-se como um dos principais valores dos grandes homens responsáveis por gerir o reino de Portugal, sobretudo na família real.

Palavras-chave: Crônicas; Espelho de príncipes; Gomes Eannes de Zurara; História de Portugal; Tomada de Ceuta.

SILVA, G. M. X. da. A CRÔNICA DA TOMADA DE CEUTA POR EL-REY D. JOÃO I: GOMES EANNES DE ZURARA AND THE BEGINNING OF THE PORTUGUESE EXPANSION. Dissertation (Master's), State University of Maringá, 2024.

ABSTRACT

The work *Chronicle of the Conquest of Ceuta by King D. João I*, reveals important aspects regarding the life and career of Gomes Eannes de Zurara, one of the most important chroniclers for the preservation of Portuguese memory during late Middle Ages. The study, therefore, starts with the chronicler and then examines his work, the chronicle, analyzing how the study of literature in history can contribute as a valuable source of information that can be obtained through the narrated events, but also through subjective characteristics of its composition, such as style, intentions, and target audience. Particularly noteworthy is the Portuguese expansionist genesis presented through a unique perspective. Under the chronicler's pen, the conception of the early overseas movement is diluted from the chivalric and legitimizing perspective of the continuity of the project initiated by King John I. Zurara, the chronicler of King Afonso V, is thus entrusted with the noble task of recording the feats in Ceuta with the purpose of preserving the memories of King John I and reminding the Portuguese of the successes in 1415. This strategy is directly proportional to the attempt to eclipse the fiasco that occurred in Tangier years earlier, so that the continuation of the expansionist processes could be justified. Emphasis is placed on how this maneuver is undertaken through the exaltation of the moral and ethical values of the characters, which denotes a clear influence of the historical genre "mirror of princes", which by its essence, served as a pedagogical guide to orient the conduct of rulers through examples. The idea of legitimization is also corroborated by the argument that religious devotion acts as a fundamental factor for these men, constituting one of the main values of the great men responsible for managing the Kingdom of Portugal, especially within the royal family.

Keywords: Chronicles; Mirror for princes; Gomes Eannes de Zurara; Capture of Ceuta.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Assinatura de Gomes Eanes de Zurara. 16
Figura 2 - Representação da batalha de Ceuta no início do século XX. 18
Figura 3 – Painéis de São Vicente na íntegra retratando diversas personalidades portuguesas. 24
Figura 4 – Frontispício da *Crónica da tomada de Ceuta por D. João I*, por Gomes Eanes de Zurara. 44
Figura 5 – Partida da Armada do Infante D. Henrique para a Conquista de Ceuta (1415). *Frescos, 5.75 x 9.40. 50
Figura 6 – Carta rumada portuguesa de 1471. 53
Figura 7 – Coroação do Mestre de Avis, D. João I, a partir de iluminura reproduzida das crônicas de Froissart. 58
Figura 8 – Batalha de Aljubarrota 59
Figura 9 – Distância entre os reinos de Portugal para com Granada e Ceuta. 62
Figura 10 – Gravura da praça de Ceuta no séc. XVI 65
Figura 11 – Curso realizado pela armada de D. João I de sua partida de Lisboa à primeira tentativa de assalto à Praça de Ceuta. 72
Figura 12 – Gravura da praça de Tanger no séc. XVI 75
Figura 13 – Árvore genealógica da Ínclita Geração 79
Figura 14 – "Tomada de Ceuta (3.ª cerimónia)." Gravura impressa a preto e branco. 82
Figura 15 – Painel de azulejos de Jorge Colaço (1864 - 1942), Estação de São Bento no Porto. Representação do Infante D. Henrique na conquista de Ceuta. 84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO 1 – Além da pena: A vida de Gomes Eannes de Zurara 15

1.1 Delimitações historiográficas e anos iniciais 15

1.2 Carreira na Corte 21

1.3 Velhice, morte e legado 24

CAPÍTULO 2 – A crônica na escrita da história e a contribuição de Zurara 27

2.1 A crônica como fonte histórica 27

2.2 As crônicas e a tradição medieval nos movimentos ultramarinos 33

2.3 Zurara, um cronista medieval 37

2.4 A preservação das memórias através da Tomada de Ceuta por el rey D. João I 44

2.5 Trabalhos Secundários 52

CAPÍTULO 03 – O papel de Zurara na constituição da nobreza diante da expansão 56

3.1 Da crise dinástica aos fundamentos do expansionismo português 56

3.2 O expansionismo português sob a ótica de Zurara 64

3.3 A narrativa de Zurara como Espelho de Príncipes 77

3.4 Zurara como arauto da fé 89

CONSIDERAÇÕES FINAIS 96

REFERÊNCIAS 99

FONTES DOCUMENTAIS 102

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, discutimos como a *Crônica da Tomada de Ceuta por el-rey D. João I* (1449), de Gomes Eannes de Zurara, pode ser observada em um momento singular da história de Portugal. Neste, valores e mentalidades originárias do medievo permeiam o imaginário do homem enquanto conversam diretamente com as particularidades de um novo mundo em surgimento e ebulição ao longo do século XV.

Iniciamos realizando uma contextualização referente aos detalhes acerca da vida, sobretudo os primeiros anos, incluindo nascimento, idade de formação e demais informações sobre o cronista. Nasceu possivelmente por volta de 1410-1420, e teve sua educação limitada até vislumbrar a oportunidade de uma educação formal na corte de D. Afonso V (1432-1481, rei desde 1446), onde logo chamou a atenção do monarca devido a sua aptidão para os estudos. Filho de cónego e de uma senhora pertencente à baixa burguesia, Zurara alcançou prestígio, influência e prosperidade econômica na corte, como apontado por António Joaquim Dias Dinis (1494), responsável pela magistral obra *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*. Poucos detalhes são conhecidos sobre seu legado, incluindo a ausência de disposições testamentárias.

Com o apoio de figuras influentes como Mateus de Pisano[1] e Fernão Lopes[2], Zurara ascendeu na corte, onde foi nomeado cronista oficial do reino, cuja responsabilidade residia na produção de registros para promover a manutenção da memória dos reis e influentes senhores da nobreza. Posteriormente, foi nomeado guardador das escrituras da Torre do Tombo, além de obter o título de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Indispensável pontuar que, como elemento principal para o desenvolvimento do trabalho e análise de sua produção como cronista, a contextualização sobre sua vida também é importante para o entendimento deste homem como produtor de conhecimentos, memórias e valores. Sobre essa questão, Gomes é considerado o segundo cronista oficial de Portugal, ou,

[1] Apesar de escassos os dados biográficos de Mateus de Pisano, sabemos que foi um latinista italiano, nascido em Pisa, nos anos finais do séc. XIV. O letrado, através da solicitação do Infante D. Pedro, foi para Portugal em 1435, onde atuou como preceptor na Corte, incluindo o próprio Gomes Eannes de Zurara. Posteriormente atuou como secretário de D. Afonso V. Também possuía produções no campo das letras, como a *Acta per Reuerendum Mathaeum de Pisano, Artium Magistrum Poetamque Laureatum* e, em meados de 1460, compôs a *Gesta Illustrissimi Regis Iohannis de Bello Septensi*, considerada a única obra que ainda resta responsável por contar os feitos realizados pelos lusos em Ceuta em língua latina (Cravo; Teixeira, 1998, p. 649).

[2] Fernão Lopes (1380? – c. 1460) é reconhecido como o primeiro dos cronistas portugueses, responsável por promover a manutenção da história e memória dos feitos reais desde o primeiro monarca português, D. Afonso Henriques, até os períodos iniciais do reinado de D. João I de Avis. Atuou como secretário na corte, além de ter sido nomeado guarda-mor da Torre do Tombo, o arquivo Régio em 1418. Dessa forma, através da encomenda do rei D. Duarte, Fernão Lopes escreveu crônicas de D. Pedro I, D. Fernando (1436) e as duas primeiras partes da Crônica de D. João I (1443).

também intitulado “Cronista das Navegações”, dado o contexto e o teor das obras por ele produzidas.

Em sua obra, podemos observar a dualidade entre um homem cujas inspirações bebem diretamente de fontes medievais, sobretudo a partir da representação de um ideal de cavalaria aos nobres que retrata e sobretudo aos Infantes participantes da aventura em Ceuta, situado em um período de transformação social, cultural, econômica e intelectual dos anos que abriam os horizontes para a Idade Moderna.

Na sequência, já no segundo capítulo, discutimos a obra de Zurara como uma produção pertencente a um gênero literário próprio, no caso as crônicas; e de um momento específico, o século XV. Isso significa que o contexto histórico-literário representado através da gênese dos movimentos ultramarinos em Portugal, a análise do discurso, as referências empregadas por Zurara, a recepção da obra entre a alta corte portuguesa sob a forma de “horizonte de expectativa” como uma obra pedagógica e demais teorias literárias, podem ser empregadas para promover a contextualização da obra com a forma e o tempo em que foi redigida. Isso, pois, ressalta a importância de se utilizar do arcabouço da filologia e da história da literatura, juntamente com suas metodologias e autores influentes nessas áreas, como o escritor e crítico literário Hans Robert Jauss e o filólogo Erich Auerbach. Tais abordagens promovem a compreensão das nuances que contribuem para o diálogo entre obra literária e história.

Ao analisarmos uma fonte como a *Crônica da Tomada de Ceuta*, notamos as sutilezas apresentadas no texto, assim como algumas omissões deliberadas do cronista. Essas omissões podem ser atribuídas ao objetivo específico da obra, no caso uma encomenda real; portanto, visava promover os interesses específicos de um grupo e a maneira como gostaria de ser representado. Sendo assim, ao selecionar uma crônica como fonte, devemos analisa-la com cuidado. Embora seja uma fonte valiosa para compreender a jornada portuguesa na região do Magrebe, como apontado por Francisco Maria Esteves Pereira (1915, p. V) como “a mais circunstanciada e verídica que se conhece e dela provêm todas as memórias e notícias, que foram escritas pelos autores posteriores”, ela foi escrita para atender um propósito específico. Nesse sentido, trechos que não se alinham aos objetivos dos mecenas podem ser omitidos ou distorcidos.

Um dos objetivos deste trabalho reside na interpretação, análise da crônica e o seu emprego como fonte histórica, suas particularidades, cuidados e sobretudo as intenções e finalidades do autor na composição da obra. Uma vez que, devido ao caráter por essência vinculado à coroa solicitante, o autor as compunha com uma série de objetivos definidos. No caso da *Crônica da tomada de Ceuta*, notamos como são postos esses objetivos de forma

explícita, embora exista também a possibilidade de encontrar ausências e preferências na constituição da obra por parte do cronista. Essas abstrações conscientes podem, em certos casos, revelar mais ao historiador do que o que foi propriamente escrito.

Os exageros são comuns nesse tipo de obra, especialmente em razão do objetivo de enaltecer e glorificar a dinastia de Avis, responsável por lançar-se ao mar e todos os grandes feitos subsequentes durante a conquista e preservação da praça de Ceuta (além de ter sido quem realizou a encomenda da mesma). Esses exageros e lisonjas foram dirigidos aos membros da casa de Avis, tanto na figura do monarca D. João I (1357-1433, rei desde 1385), da rainha D. Filipa de Lencastre (1360-1415), quanto dos infantes, que posteriormente receberam a alcunha de "Ínclita Geração", com atributos e valores associados aos reis valorosos.

As diferenças entre os dois primeiros cronistas portugueses são observadas a partir de suas perspectivas e intencionalidades. Enquanto Fernão Lopes visava promover a legitimação da dinastia de Avis através do emprego da crônica distanciada de seu objeto de análise, com o propósito de criar uma identidade e memória portuguesa, observamos no último capítulo como essa ideia de validação e legitimação foi discutida pela ótica zurariana. Diferente de seu antecessor, o cronista das navegações o fez através dos exemplos, das boas virtudes, valores e bravuras comumente associados às mais diversas casas reais da cristandade ocidental. Noções estas que o diferem de Lopes, uma vez que sua narrativa tem um claro teor de proximidade com os membros da casa real.

Desse modo, o cronista compõe a narrativa de forma que os valores dos membros da casa real de Portugal se concentram em dois pilares. Do bom príncipe, capaz de reger e guiar os interesses do Reino com sabedoria e prudência; além do ponto de defensores da fé cristã, por meio de passagens bíblicas e dos grandes teóricos da Igreja, por vezes até os comparando com adjetivos utilizados em hagiografias. Na soma dessas duas perspectivas, o objetivo do cronista fica claro: demonstrar a grandeza da família real utilizando-se de recursos como grandiloquência e exagero, a fim de demonstrar tanto através da opulência material quanto espiritual, os valores do rei.

Com o propósito de validar a grandiosidade dessa nova família real, o cronista escreve um texto no qual recebe inspirações do gênero literário *espelho de príncipes*. No entanto, apesar das notórias influências de subjetividade(s) da crônica, não podemos classificá-la como um claro exemplo do estilo em questão. Zurara produziu um texto que, embora relate os preparativos que antecederam a conquista, revelando importantes informações ao leitor, elabora subjetivamente sua obra nos moldes pedagógicos dos espelhos.

Paralelamente, podemos traçar uma correlação com a teoria postulada por Jauss. O conceito conhecido como "teoria da recepção" sustenta que a valoração de uma obra literária, quando escrutinada através de metodologias da história, ocorre através da reação do público que a recebe. Isso significa dizer que, para além das informações narradas sobre os acontecimentos no Norte da África, a teoria de Jauss destaca como os nobres, membros da corte e provenientes da família real (ou seja, para aqueles que constituíam o público alvo de seus manuscritos), reagiram ao livro e às intenções didáticas de Gomes Eannes.

Dessa forma, tais questões ficam claras quando observamos que Zurara, em sua crônica, apresenta uma perspectiva particular da conquista, uma vez que deliberadamente deixa de relatar outros aspectos e motivações em segundo plano na narrativa da empreitada lusa. Vantagens que poderiam ser de ordem econômica ou estratégica, sejam as riquezas que a posse da praça traria aos cofres portugueses com o controle das rotas comerciais e caravanas que por lá passavam; da expansão da produção cerealífera portuguesa por meio do controle dos campos da região do Marrocos verde; ou como um primeiro passo pro golpe final contra os mouros remanescentes na Península Ibérica, estancando quaisquer reforços em forma de armas e guarnições que poderiam vir da África.

Todavia, isso não implica que sua narrativa não apresente valor como fonte histórica; ao contrário, revela que os objetivos do autor transcendem o mero relato dos eventos e apresentam vieses e intencionalidades muito bem definidas, em especial visualizadas pela seleção cuidadosa do discurso que o cronista quer transmitir. Seja nos moldes propagandísticos de criar uma imagem grandiosa dessa nova dinastia através dos valores e na retidão morais, seja em resgatar os ideais cavalheirescos a partir do combate ao infiel em terras mouras.

Por meio desses valores exaltados pelo cronista, traçamos um paralelo entre como a obra zurariana sobre a expedição à Ceuta, em alguns momentos, se assemelha a outros gêneros literários presentes durante a Idade Média: os Espelhos de Príncipes e, por vezes, até as Hagiografias. Em sua obra, Zurara busca retratar a família de Avis, idealizadora dos feitos. De forma grandiosa, promove em sua crônica uma semelhança com os espelhos, gênero responsável por educar e sustentar os modelos de valores a serem atingidos para ser um *bom cavaleiro*, um *bom príncipe* e para a *boa governança* do reino. Quanto às hagiografias, ainda que em menor proporção, podemos observar como o autor flerta com o gênero ao abordar em sua obra características próprias, como o propósito edificante, as virtudes das personagens, relatos envolvendo o sobrenatural, tradições da Igreja, a influência da espiritualidade nas ações, etc.

De igual forma, observamos como o autor realiza evocações a Nossa Senhora para guiá-lo na escrita e como se utiliza de adjetivos comumente empregados nesse tipo de texto para atribuir qualidades que se assemelham aos santos aos membros da dinastia avisina, conforme trecho abaixo,

> *E por quanto eu sento de mim tanta fraqueza pera continuar a seguinte obra. Digo com toda humildade e rreverençia em aquesta guisa. Aquelle cuja graça per diuinal rresplandor enframou os corações dos seus santos apostolos da perfeita sabedoria com espritual eloquençia. Mande sobre mim algu~ua parte dos átomos daquela graça. Que per minha rrudeza e fraco engenho possa falar da franqueza e maravilhosos feitos deste virtuoso e nunqua vem~ido prinçipe senhor Rey Dom Joham quello que em seus grandes mereçimentos muy jnteiramente cabe* (Zurara, 1915, p. 7).

Por fim, é válido destacar que nossa abordagem inclui o uso de referências bibliográficas provenientes dos grandes clássicos da literatura historiográfica portuguesa. Partimos da ideia de "*anões em ombros de gigantes*", atribuída a Bernard de Chartres e popularizada por Umberto Eco. A fim de enriquecer nossas análises e promover os devidos contrapontos quando necessários, incorporamos estudos contemporâneos e novas perspectivas historiográficas a fim de travar um diálogo crítico, aprofundado e completo sobre a obra de Zurara.

CAPÍTULO 1 – Além da pena: A vida de Gomes Eannes de Zurara

Neste capítulo são exploradas questões de ordem pessoal referentes aos anos iniciais do cronista Gomes Eannes de Zurara, bem como sua vida, obras e atuação como cronista na corte. Apresentamos um panorama biográfico de Zurara, destacando aspectos de sua origem e formação literária. Essas questões são essenciais para compreender a relação de proximidade e gratidão do cronista com os membros da Casa de Avis, encontradas em seus textos. Sua religiosidade também é um ponto necessário para a análise acerca das influências que moldaram suas obras e sua visão de mundo.

Sendo assim, este capítulo se destina também a abordar questões metodológicas e historiográficas relacionadas ao cronista, examinando como Zurara foi estudado pela historiografia lusitana ao longo do tempo. São analisadas as interpretações e abordagens de estudiosos em relação às suas crônicas, com destaque para o fato de como sua obra contribuiu para a construção de uma nacional portuguesa através do legado deixado por ele.

1.1 Delimitações historiográficas e anos iniciais

Por ora, cabe estabelecer que a grafia adotada até agora e ao longo deste trabalho é "Gomes Eannes de Zurara". Isso se deve ao fato de que em diversos textos e autorias variadas, seu nome pode ser encontrado de formas diferentes, variando entre apenas um ou dois "N"s em Eannes, ou contendo um "A" no início de Zurara, entre outros.

No entanto, digno de nota é que a língua portuguesa deixou de ser uma língua puramente fonética de modo tardio, consolidando sua oficialização ortográfica de maneira mais consistente apenas a partir do século XVI. Um marco importante nesse processo foram as primeiras publicações gramáticas da língua portuguesa, como a "Gramática da Linguagem Portuguesa" de Fernão de Oliveira em 1536 e a "Gramática da Língua Portuguesa" de João de Barros, produzida entre 1539-1540. Esses trabalhos estabeleceram normas ortográficas para o português, influenciando a forma como a língua passa a ser escrita (Lima, 2011, pp. 35-36).

Portanto, as variações na grafia das palavras e no próprio nome do autor são características normais em uma língua que, à época, iniciava seus processos de padronização. Por questões estéticas, empregaremos a escrita previamente citada, uma vez que a mesma foi encontrada em duas escrituras oficiais – uma nota de registro de documento e um traslado do foral de Álvares, de 1456 e 1462, respectivamente – assinadas de próprio punho pelo cronista.

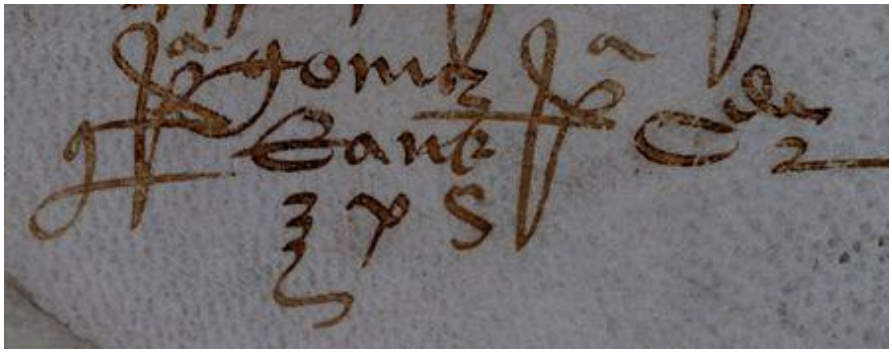

Figura 1 - Assinatura de Gomes Eanes de Zurara.
Fonte: Portugal, Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 1, n. 31.

Ao selecionar o cronista Gomes Eannes de Zurara e sua obra de maior destaque como fonte, nos deparamos com um cenário repleto de interpretações e perspectivas que permeiam sua vida, trajetória e contribuições. Como cronista do reino de Portugal no século XV, Zurara passou a ser objeto de vários trabalhos que, ao longo dos anos, se dedicaram a lançar luz sobre diversas questões sobre ele, atribuindo-lhe o feito de ter narrado a gênese expansionista lusa.

Apesar da existência de outros trabalhos (Bertoli, 2009; Guimarães, 2019; Michelan, 2013; Queirós, 1997) que já utilizam tanto de Zurara quanto da *Crônica da Tomada de Ceuta por el-rey D. João I* como fontes, é importante dar continuidade à investigação a partir de outras perspectivas de sua vida e obra. Cada nova análise busca construir um panorama mais completo e abrangente sobre este homem frente a um significativo momento histórico. Assim, para compreender as subjetividades, mentalidades e valores que moldaram a persona de Zurara e permearam sua produção literária, faz-se essencial realizar paralelos com sua própria vida e formação. Sendo assim, é fundamental adentrar nos contextos e influências que forjaram sua identidade e suas produções.

Questões como o contato direto com letrados como Mateus de Pisano e Fernão Lopes, ainda que tardia, possibilita o contato de Gomes com a escrita; o acolhimento nas cortes de D. Afonso V e a proximidade que estes homens desenvolveram para além de uma simples relação de servidão; os valores cristãos e da cavalaria ainda muito presentes no imaginário desses homens e demais contribuem para a formação de sua identidade e, consequentemente, podem ser observados através de suas produções.

No que tange às bibliografias empregadas ao longo deste trabalho, cabe destacar como as interpretações e visões de historiadores responsáveis por trazer a luz à Zurara, passaram por significativas mudanças interpretativas ao longo dos séculos. Entre os séculos XIX e XX, prestigiados estudiosos da historiografia portuguesa, como Alexandre Herculano, António José Saraiva, Capistrano de Abreu, Joaquim Barradas de Carvalho, Joaquim Pedro de Oliveira

Martins, Sousa Viterbo, Teófilo Braga entre outros, dedicaram-se a estudar o cronista das navegações. A relevância atribuída pelos autores deste período à Zurara foi o reflexo direto do contexto histórico em que foram produzidas suas obras. Naquele momento, a produção historiográfica refletia um desejo de resgatar uma história nacional grandiosa e exaltar os heróis que a forjaram. Procurava-se destacar os notáveis atos de figuras históricas como pilares fundamentais na construção de uma identidade nacional.

Ana Cristina Correia Gil (2015), em sua obra sobre a identidade nacional portuguesa por meio da literatura, afirma que os autores mencionados tentaram relacionar a construção dessa identidade sob uma perspectiva *historicista*. Essa visão enfatiza o papel da história e das ações humanas na formação identitária,

> [...] colocando ênfase no ‹‹modo de agir››, em detrimento do ‹‹modo de ser››, isto é, considerando que o ser português vai sendo construído pelo agir histórico (nele se incluindo as diversas manifestações artísticas); rejeitam, portanto, a concessão essencialista, defensora de uma personalidade intrínseca do ser nacional (2015, p. 45).

Segundo Gil (2015), isso significa que os autores do período clássico português acreditavam que a identidade nacional seria formada pelas ações e pela história. Nesse contexto, a obra de Gomes Eannes de Zurara serve para legitimar a teoria desses autores, rejeitar a ideia de uma essência nacional fixa e estática e enfatizar a construção da memória a partir de ações históricas, como a conquista de Ceuta. Ou seja, “partem do estudo da história, da sociedade e das manifestações artísticas para tentarem traçar o perfil da nação” (p. 52).

Diante disso, torna-se essencial apontar que, por mais que existissem tais intencionalidades e culto a personalidades nessas obras historiográficas, as mesmas são consideradas como obras clássicas sobre a temática. Portanto, elas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e compreensão do tema abordado neste trabalho. Vale destacar que tal empenho pode ser observado para além da história. Outras áreas do conhecimento, como as artes e a literatura desse período, também utilizam do passado para criar estas representações. Umberto Eco (1986), autor responsável por contribuições significativas na área de semiótica, aponta que: “Qualquer índice visual me comunica algo, por meio de um impulso mais ou menos cego, baseando-se em um sistema de convenções ou em um sistema de experiências adquiridas” (p. 169, tradução nossa).[3]

[3] Do original, “Cualquier índice visual me comunica algo, por medio de un impulso más o menos ciego, basándose en un sistema de convenciones o en un sistema de experiencias aprendidas.”

O quadro a seguir (Figura 2), mostra que José Bastos, ao representar a batalha de Ceuta, concede ares épicos aos acontecimentos através de símbolos: as forças lusas ocupando a maior parcela da gravura, com homens devidamente armados e equipados sob os estandartes com brasões portugueses, concedendo ares de um exército moderno contra a força moura, retratada apenas no canto da imagem, em menor número e com caráter de despreparo; o destaque dado para dois beligerantes portugueses portando a cruz da Ordem de Cristo em seu peito no centro do quadro.

Figura 2 - Representação da batalha de Ceuta no início do século XX.
Fonte: Bastos, J. Conquista de Ceuta (os portugueses investem a cidade). Lisboa: Comp. Nac. Editora, [ca 1900?]. 1 gravura: litografia, color. Disponível em: https://purl.pt/6937/3/

Todavia, ressalvas devem ser tomadas: uma imagem, por mais que deseje representar um indivíduo ou uma cena, nunca será capaz de ser cem por cento fidedigna. O autor utiliza o exemplo de um quadro da Rainha Isabel, mas aplicando a discussão para a obra de Bastos: apesar de representar as mesmas propriedades da batalha e da escaramuça, resta-nos a reflexão: o que significa dizer “as mesmas propriedades da batalha”? Uma vez que, ao nos aprofundar nos pormenores, percebemos que as dimensões das tropas, o posicionamento dos soldados, os

detalhes causados pelo martelo do ferreiro no ferro das armaduras e até mesmo a localização onde as setas atingiram o solo dificilmente serão retratadas com exatidão. Isso significa que esses signos são fieis à representação apenas até certo ponto, isto é, apenas alguns aspectos que o denota (Morris, 1946 apud Eco, 1986, p. 170).

A respeito das abordagens historiográficas, com o florescer dos séculos XX e XXI, observamos uma mudança significativa em suas perspectivas. As pesquisas que utilizam Gomes Eannes de Zurara como objeto de estudos – e que serão melhor aprofundadas ao longo deste trabalho –, apresentam interpretações singulares no entendimento da mentalidade, subjetividade e intertextualidade, explorando tanto o que foi escrito quanto o que foi omitido. Essas transformações refletem a evolução do pensamento historiográfico enquanto, concomitantemente, evidenciam o dinamismo empregado nas abordagens em relação a Zurara.

A fim de delimitar algumas questões de cunho metodológico, passamos agora para a vida do cronista, em que encontramos, nas palavras do erudito português Francisco Marques de Sousa Viterbo (1898), que sua existência se tratava de um "*nymbo mysterioso*", e, portanto, carecia de maiores esclarecimentos.

No ano de 1915, em comemoração ao quinto centenário da tomada de Ceuta, foi publicada uma nova edição da obra *Crônica da Tomada de Ceuta por el-rey D. João I* de Zurara pela *Academia de Sciências de Lisboa*, contando com textos introdutórios de Francisco Maria Esteves Pereira. Nela, podemos observar um grande esforço do autor em estabelecer uma obra de referência, listando informações preciosas sobre o conhecimento que existia a respeito de Gomes Eannes de Zurara no início do século XX, das quais muitas permanecem como verdade até hoje.

Assim, no decorrer dos séculos, extensas discussões voltaram-se ao debate sobre as imprecisões que cercaram a vida do cronista, sendo sua data de nascimento uma dessas pautas. Uma das primeiras teorias a esse respeito, formulada por Pereira (1915, p. XIV), aponta que de acordo com os anos de autoria de suas obras, havia a possibilidade de Gomes Eannes ter nascido entre os anos de 1410 e 1420. Assim, ainda que incerto, seria mais próximo do início do segundo decénio do século XV.

Entretanto, alguns pesquisadores divergem quanto às apurações de Pereira, como é o caso de António Joaquim Dias Dinis (1949). Em seus cálculos, aquela hipótese não parece muito crível, argumentando sobre a possibilidade de o cronista ter nascido antes de 1410, mais precisamente entre os anos de 1404 e 1405. Isso é corroborado quando confrontamos as datas em que Zurara (49) substitui Fernão Lopes nos cargos régios, que já se encontrava em idade avançada em 1454, ou a idade que Gomes (21) teria quando seu filho Gonçalo nasceu em 1425.

Quando passamos a considerar na equação as informações relacionadas ao seu filho Gonçalo, a teoria de Pereira parece menos plausível, já que Gomes teria apenas 13 ou 14 anos quando se tornara pai e aproximadamente apenas 30 anos no momento de composição da Crônica de D. João I.

A respeito de sua naturalidade, Pereira (1915, p. X) discorre que, em meados do século XV, existiam duas povoações homônimas a Zurara. Tal coexistência pode ser explicada porque essa grafia significa algo como "porto", "guarda", em português arcaico. Essas vilas são a atual freguesia de S. Maria, localizada no concelho de Vila do Conde e Quintela de Azurara, situada na freguesia de S. João Batista. Tal fato demonstra-se relevante, pois pode vincular a origem do cronista a uma destas duas regiões, sendo a primeira a mais provável. Vale destacar que, devido à proximidade dessas vilas a centros que se encontravam em plena efervescência política e cultural, ele teve a oportunidade de crescer em um ambiente favorável para seu desenvolvimento intelectual.

Também nos é informado pelo autor (Pereira, 1915, p. XI) que o literato era filho de Johanne Eannes de Zurara, cônego da Sé de Coimbra e Évora com uma senhora não identificada. No entanto, devido ao *status* eclesiástico de Johanne, supõe-se que essa senhora provavelmente pertencia à burguesia. Essas informações alimentam as dúvidas que cercam a naturalidade do autor, uma vez que seu pai também possuía *Zurara* em seu nome, o que pode sugerir que o sobrenome seja um apelido de família adotado pelo cronista e não necessariamente a sua terra natal.

Dinis (1949, pp. 22-23) se utiliza da obra de Pereira como referência, e complementa a discussão com estudos mais contemporâneos a respeito da possibilidade de o cônego ter, além de Gomes, uma outra menina. Dinis utiliza como argumento uma carta assinada pelo cronista e destinada ao monarca D. Afonso V, em 1467, onde pode-se observar a preocupação de Gomes em solicitar encomenda à uma mulher até então nunca mencionada pelo mesmo, mas cujo nome era Maria Eanes. Portanto, além de mencionar e se preocupar com essa pessoa em uma carta oficial do cronista para o rei, também seria uma coincidência se ambos utilizassem um apelido em comum. Dinis conclui que tal laço de parentesco era de irmãos, ou, quando não, meio-irmãos por parte paterna.

Conforme apontado por Pereira (1915, p. XV) e corroborado por Viterbo, não há uma vasta documentação que forneça detalhes significativos sobre a criação e instrução de Gomes. No entanto, Mateus de Pisano, latinista contemporâneo de Zurara, aponta que o cronista atingiu a idade de 14 anos desprovido de qualquer instrução literária formal. Essas informações vão diretamente ao encontro da hipótese formulada por Dinis (1949, p.32), de que o futuro cronista,

enquanto mancebo, teria se dedicado ao exercício das armas e, portanto, seria esse o motivo de seu adiamento literário.

Somente graças ao interesse e ao "mecenato" do rei D. Afonso V, é que Gomes obteve a oportunidade de receber letramento. Sob ordens do monarca, Zurara inicialmente foi enviado ao paço real para auxiliar nas atribuições burocráticas relacionadas à guarda e preservação da livraria e do cartório real. Rapidamente, ele chamou a atenção de D. Afonso V devido à "boa disposição e natural inclinação dele para os estudos". O autor ainda aponta que esse reconhecimento permitiu que o futuro cronista fosse selecionado para receber as instruções de gramática, retórica, astrologia e outras áreas do saber junto dos filhos de fidalgos; prática essa comum nas cortes dos séculos XV e XVI.

A partir das reflexões de Joaquim V. Serrão, conforme discorrido nas obras de André Luiz Bertoli (2007) – um renomado pesquisador contemporâneo especializado em Zurara e anos iniciais da dinastia avisina –, os primeiros contatos de Zurara com a Corte de D. Afonso V datam do ano de 1446. A proximidade com o preceptor do monarca, Mateus Pisano, e o apoio do então cronista real Fernão Lopes, foram fundamentais nesse processo.

1.2 Carreira na Corte

Em 1449, Zurara assumiu a responsabilidade de zelar pelas escrituras régias no castelo de Lisboa, sinalizando claramente sua ascensão e prestígio obtido na corte portuguesa. Essa designação evidenciava sua crescente importância, além de indicar o reconhecimento de suas habilidades e confiabilidade por parte do monarca D. Afonso V, o Africano. Apesar de ser filho de um cónego e uma senhora da baixa burguesia, tal ascendência não o enquadrava perante às linhagens mais proeminentes da alta aristocracia. Ainda assim, Zurara galgou as oportunidades através dos cargos e privilégios, ascendendo a uma posição de importância no reino, como no trecho do próprio Zurara na *Crônica de D. Duarte de Meneses* e sublinhado por Dinis (1949, p. 31): "*Ca se todos uossos naturaaes som theudos e obrigados de o* (vosso mandado) *cumpryr e guardar, eu muyto mais, cujas migalhas me criarom e os benefícios aleuantarom do poo em ~q nacy.*".

Por fim, obteve notável prestígio ao ser investido como cavaleiro da Ordem de Cristo. Sobre a data de sua ordenação, também nos deparamos com a falta de documentos, pois até o ano de 1503 não existia livro de matrícula dos cavaleiros e comendadores ingressos. Nas contas feitas por Dinis (1949, p. 92), é provável que Gomes Eannes tenha recebido a mercê entre as datas de 29 de março de 1451 e 14 de julho de 1452.

A trajetória ascendente de Gomes Eannes culminou em 1454, quando foi nomeado guardador das escrituras da Torre do Tombo e oficialmente designado como cronista régio (Bertoli, 2007). Todavia, vale destacar que suas contribuições como escritor remontam a pelo menos 1449, quando teria iniciado a redação da *Crônica da tomada de Ceuta*, antecipando o papel mais formalmente reconhecido que desempenharia anos depois na corte portuguesa.

Com o intuito de promover o entendimento mais abrangente sobre a posição de Gomes Eannes na corte e sua relação com os altos dignitários do reino, examinamos suas próprias palavras em cartas dirigidas a D. Afonso V. Nelas, é perceptível o uso frequente de termos como "criado", "feitoria", "servidor" e "feitura" – elementos comuns nas correspondências entre vassalos e monarca na época.

A fim de auxiliar na compreensão da relação entre estes homens, a análise do texto "Os reinos dos cronistas medievais: (Século XV)", de Susani Silveira Lemos França (2006) torna-se crucial. Na própria carta de nomeação ao cargo de cronista-mor, D. Afonso V expressa a intenção de conceder a posição a alguém que pudesse bem servi-lo. França (2006) argumenta que a escolha de Zurara para esse cargo deveu-se ao fato de ele já ser um "criado" do rei e por ter prestado serviços à monarquia. Esse serviço provavelmente estaria relacionado à elaboração da *Crónica da Tomada de Ceuta*, que já se ocupava em curso de escrita durante o processo de nomeação.

O recorrente conceito de "criado" nas correspondências entre Zurara e os monarcas D. Duarte (1391-1438, rei desde 1433) e D. Afonso V, é fundamental para compreender a dinâmica entre esses homens. "'*Criação*' constitui [...] um terreno o qual é propício para o desenvolvimento de relações de particular proximidade: assim, o epíteto 'criado' pode ser agrupado com uma enorme variedade de situações quanto à ocupação dos indivíduos na corte e sua posição social"[4] (Gomes, 2003, p. 206, tradução nossa). Dessa forma, a autora complementa que *criado* fundamenta-se não apenas em um servidor, mas um homem que divide a vida cotidiana com o monarca, por vezes residindo sob sua proteção e benfeitoria. Dinis (1949) corrobora tal apontamento, ao destacar que essas expressões, quando encontradas no texto de Zurara, não se limitam ao emprego vulgar da expressão através do mero respeito e cortesia habitual, mas carrega um significado maior de admiração, proveniente da gratidão pelas benesses concedidas pelo rei ao longo de sua formação.

[4] Do original, "'*Criação*' [...], a terrain which is propitious to the development of relationships of particular proximity; thus the epithet 'criado' can be grouped with an enormous variety of situations as to the court occupation of the individuals and even their social standing."

Levando em consideração essa proximidade com o monarca e a alta cúpula do reino e da corte, Viterbo (1898) aponta que Gomes Eannes de Zurara não viveu uma vida de privações, mas desfrutou de uma existência agraciada pela fortuna. No decorrer de sua trajetória em meio a corte portuguesa, o cronista, cavaleiro da Ordem de Cristo e guarda-mor da Torre do Tombo obteve o privilégio de ocupar posições elevadas, rendosas e de prestígio, sendo agraciado com honrarias e benesses durante sua carreira. Esses fatos indubitáveis evidenciam sua notável ascensão social e prosperidade econômica, destacando-o como uma figura proeminente em sua época.

O destaque que do cronista no interior da alta sociedade portuguesa é confirmado em sua possível presença na série de painéis produzidos por Nuno Gonçalves (c. 1470). Na obra, são destacadas as principais figuras do reino durante o século XV, como os infantes D. Henrique e D. Pedro, o futuro rei D. João II e outras personalidades em volta do mártir e padroeiro de Lisboa, São Vicente. Estudos recentes empenham-se em identificar cada uma das figuras retratadas nestes painéis. Apesar de inconclusivo, muitas pesquisas e teorias a respeito de quem cada figura representa foram formuladas ao longo do tempo. Pensadores como José de Figueiredo (1910), Marquês de Jácome Correia (1927), Henrique Loureiro (1927), Reinaldo dos Santos (1955), Charles Sterling (1971), Teresa Schedel de Castello Branco (1994), Jacques Paviot (2007)[5], além de António J. D. Dinis (1949), afirmam que Gomes Eannes de Zurara é uma dessas figuras retratadas no políptico.

[5] Cf. Carvalho, J. A. S.; Martins, I.; Montalvão, L.; Gonçalves, R. Quem é quem nos painéis. *In*: Ribeiro, F.; Correia, D. **Painéis de S. Vicente**: A casa do restauro. [*S. l.*]: Público, [s.d.]. Disponível em: https://www.publico.pt/culturaipsilon/paineis-sao-vicente/quem-e-quem-nos-paines. Acesso em: 22 jan. 2024.

Figura 3 – Painéis de São Vicente na íntegra retratando diversas personalidades portuguesas.
Fonte: Gonçalves, N. *Painéis de São Vicente*. [c. 1470]. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. Pintura a óleo sobre madeira.
*****A figura que possivelmente representa Zurara, indicado pelos autores anteriormente mencionados, corresponde ao indivíduo de chapéu com um livro em mãos, sendo a primeira figura em pé da direita para a esquerda no quarto políptico.

A representação de Gomes Eannes de Zurara em uma obra como esta representa seu prestígio social, relevância na sociedade portuguesa e sua posição na corte. Ao traçarmos o escopo na figura que os estudiosos mencionados anteriormente consideram sê-lo, podemos identificar características específicas que o distingue dos demais, como a vestimenta, postura, a localização dentro da composição e o traço que possui o maior valor para sua identificação, a posse de um livro encadernado, que nos indica a figura de um letrado.

1.3 Velhice, morte e legado

Gomes Eannes de Zurara, figura cuja vida e principais obras desempenham um papel crucial no desenvolvimento desta dissertação, especialmente seu trabalho dos últimos anos de vida, proporcionam informações valiosas que contribuem para uma compreensão mais abrangente desse importante personagem da história do reino português.

A fase final da existência do cronista lança luz sobre suas atividades para além da escrita, destacando sua influência em demais âmbitos da sociedade portuguesa, incluindo suas interações com instituições religiosas. Pergaminhos descobertos no cartulário do mosteiro de Almoster e que hoje se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, indicam, segundo Viterbo (1898), que Zurara exerceu a importante e lucrativa atribuição de procurador do convento. A abadessa responsável pela nomeação foi D. Isabel d'Andrade, conforme

documento datado de 27 de dezembro de 1465. Gomes Eannes permaneceu nessas funções por pelo menos mais de oito anos, uma vez que em 1474 já era falecido.

Após sua morte em 1474, o legado do cronista permaneceu em florescimento, seus trabalhos foram preservados, copiados e estudados ao longo dos séculos, mantendo viva a memória dos feitos narrados. Além disso, Gonçalo Pires, seu criado, assumiu esse cargo junto ao convento de Almoster, freguesia portuguesa do município de Santarém (Viterbo, 1898). A conexão do cronista com essa abadia implicou na existência de propriedades denominadas "casas de pousadas de Zurara" nas regiões de Santarém durante seus últimos anos de vida.

De acordo com Viterbo (1898), não há registros disponíveis que fazem menção à existência de herdeiros de Gomes Eannes de Zurara, independentemente de serem legítimos ou ilegítimos. Também não existem informações acerca do destino de seus bens, tampouco se faleceu *ab intestato* ou se havia um documento de última vontade registrado, mas que teria se perdido. Embora Viterbo tenha mencionado a inexistência de herdeiros ou de ter contraído matrimônio, Dinis (1949), em estudos mais recentes, destaca a existência de pelo menos três filhos de Gomes Eannes, sendo todos eles de Inês Gonçalves – mulher solteira ao tempo de nascimento das crianças. Esses filhos foram legitimados apenas em 1483, nove anos após a morte do literato, sendo eles: Catarina; Gonçalo, escudeiro de el-rei D. João II e escrivão da Almotaçaria de Santarém; e Filipa, cujas informações de vida, atribuições ou ocupações em locais de relevo social escapam à historiografia.

Assim como seu nascimento, também há a impossibilidade de precisar a respeito da data de morte de Zurara ou o local de seu sepultamento. O que se pode afirmar é que no dia 1º de dezembro de 1473, o cronista realizou uma outorga sob o cargo de procurador do mosteiro de Almoster, porém, já em 2 de abril de 1474, o mesmo mosteiro realizou a nomeação de procurador a Gonçalo Peres (Dinis, 1949). Ou seja, seu falecimento ocorreu entre estas datas.

Essas discrepâncias entre as fontes destacam a complexidade e os desafios associados à reconstrução precisa da vida e legado de Zurara, evidenciando a necessidade de manter constantes estudos atualizados sobre o cronista. Ao investigá-lo, entramos em um cenário multifacetado que envolve sua vida, criação, cargos e afins. Nesse sentido, as informações disponíveis resultam de uma minuciosa investigação da historiografia clássica portuguesa que, por sua vez, é confrontada e dialoga com contribuições mais recentes e atualizadas no campo da pesquisa histórica. A análise combinada das fontes com essas obras permite uma compreensão mais completa e detalhada do cronista e de sua importância.

O desafio de compreender os diferentes aspectos da vida de Zurara é crucial, particularmente porque, ao avançarmos nas discussões ao longo deste trabalho, nossa atenção

se volta para sua cultura, valores e mentalidades que transparecem direta ou indiretamente em suas crônicas e obras. Frente a essas nuances, nos cabe contextualizar esse cronista em meio ao contexto que viveu.

Ao mergulharmos nas complexidades dessas questões presentes na vida de Zurara, buscamos estabelecer uma base sólida que fundamenta grande parte deste trabalho. A análise de suas subjetividades só pode ser interpretada de maneira mais enriquecida a partir de noções do autor enquanto indivíduo, isto é, inserido no contexto cultural e histórico de Portugal no século XV diante dos desafios que o início das navegações impôs.

Tais reflexões sobre a vida e obra do cronista se mostram essenciais para traçar os devidos paralelos com a estrutura de seus escritos, que seguiam modelos próprios naquele momento histórico, suas referências empreendidas, bem como suas intencionalidades, seus valores perante a coroa e a Igreja; possibilitando-nos examinar com mais detalhes a mente de Gomes Eannes de Zurara.

Dedicar um capítulo inteiro para abordar vida, carreira e legado do cronista deu-se em razão da importância de todos esses aspectos para o entendimento de sua obra, mentalidade e valores. A análise de sua trajetória permite compreender os contextos em que viveu e no qual foi educado, servindo de arcabouço para o estudo de como suas produções refletiram e moldaram a identidade e a memória histórica de Portugal durante o século XV. Seu legado caminha paralelamente ao papel de cronista, em que documentou e preservou as memórias das primeiras fases da expansão marítima. Zurara estabeleceu um padrão rigoroso para a coleta e apresentação de informações históricas que, embora carregadas de intencionalidades, permitem o estudo de um momento ímpar na história.

O impacto de seu trabalho é notável na forma como a história portuguesa foi estudada e construída nos séculos posteriores até meados do XIX – e continua a ser relevante até hoje. Suas crônicas são utilizadas como fontes fundamentais na construção de uma identidade nacional, caracterizada pelo valor atribuído às figuras históricas, conquistas marítimas e eventos grandiosos que enaltecem o passado glorioso de Portugal, inspirando um sentimento de orgulho e coesão entre os habitantes desse reino. Tal ideia pode ser comparada com a utilização de Afonso Henriques na construção do mito fundador, em que esses homens bravos e valorosos foram retratados como responsáveis por criar e solidificar o reino.

CAPÍTULO 2 – A crônica na escrita da história e a contribuição de Zurara

Tão importante quanto a compreensão sobre a vida de Gomes Eannes de Zurara é a análise de sua produção. As crônicas tardo-medievais revelam ao leitor os acontecimentos históricos narrados, além de nos permitir observar as expectativas, valores e ideologias do cronista inserido no contexto de Portugal no século XV. Questões teóricas sobre a composição da crônica, incluindo os juízos de valor e as escolhas narrativas feitas pelo autor, a maneira como os acontecimentos são representados e como se posicionava frente a elas são fundamentais para analisar o impacto dessa obra na sociedade em que foi produzida.

Identificamos o papel desempenhado por Zurara no contexto da literatura e historiografia, sobretudo na maneira como passou a ser construída a evolução narrativa histórica lusitana. Suas obras se inserem na rica tradição cronística daquele momento, representando uma ponte entre a mentalidade medieval e as novas perspectivas e visões de mundo que começaram a emergir junto à expansão do conhecimento pelas explorações ultra marítimas.

2.1 A crônica como fonte histórica

Ao adotar a crônica tardo-medieval como fonte histórica, conforme elucidado por Marcella Lopes Guimarães (2012), devemos compreender a longevidade desse vocábulo e sua transformação ao longo da diacronia. No contexto ibérico dos séculos XIV e XV, a crônica se compõe por traços e definições distintas, sendo a "perspectivação do passado, reconquista, traduções, memória de um reino e justificação narrativa, poderíamos acrescentar: sucessão, tradição e verdade" (p. 68).

Abordaremos de maneira mais aprofundada os elementos listados que compõem a crônica na sequência deste estudo. Essas temáticas serão confrontadas com trechos extraídos da fonte principal deste trabalho, a *Crônica da Tomada de Ceuta*. Dessa forma, buscaremos iluminar as nuances desses conceitos por meio das próprias palavras do cronista, mergulhando nas camadas interpretativas que a crônica histórica dessa época nos oferece.

Guimarães (2012, p. 68) destaca que a historiografia medieval portuguesa surge do primeiro elemento, no caso a "perspectivação do passado" e é encontrada na necessidade de justificar a memória do reino.

Paralelamente, outro gênero literário ganhou destaque entre as cortes portuguesas a partir do século XIII: as novelas de cavalaria. Esse fato deveu-se a uma gama de motivos, conforme presente na obra *O Jovem Rei Encantado* (2002), Ana Paula Torres Megiani lista

alguns, sendo aquele o momento em que as obras assumiram uma certa unidade estilística própria; e quando ganharam maior espaço entre as cortes e a nobreza conforme eram traduzidas para línguas vulgares.

Devemos dar o devido destaque a como esse gênero, junto das produções dos cronistas, contribuíram para a construção historiográfica medieval. Megiani (2002) destaca que essas novelas apresentavam modelos de comportamento típicos da cavalaria medieval. Um exemplo dado pela autora é o valor da castidade do cavaleiro "Galaaz" presente na novela *Demanda do Santo Graal*, e como esta influenciou tanto a cavalaria do reino quanto a própria dinastia avisina. Isso pode ser observado através de D. Afonso V que, após a morte de sua esposa aos 23 anos, fez os votos de castidade numa tentativa de tentar se transformar na própria representação de herói contada por essas novelas.

A fusão entre as crônicas medievais e as novelas de cavalaria na construção historiográfica portuguesa reflete a busca pela compreensão dos eventos históricos, ainda que com todas as ressalvas referentes à verossimilhança dos fatos – como será melhor discutido no subcapítulo seguinte –, mas também por meio de uma tentativa de dar sentido e significado à própria existência da cavalaria, uma vez que a mesma passa por uma tomada de consciência durante o século XII, o que implica a necessidade de corroborar sua realidade e presença na sociedade através de instrumentos que lhe concedam um significado histórico mais preciso e sistemático. Esses dois tipos de produção literária, embora distintos em natureza e propósito, compartilham e são intrinsecamente conectados na maneira como influenciaram a formação do imaginário e a construção de uma identidade nacional durante a Baixa Idade Média.

Sobre as crônicas, França (2006) traça paralelos e divergências entre os três primeiros cronistas reais e guardas-mores do Arquivo régio, Fernão Lopes, Zurara e Rui de Pina, respectivamente. Apesar de possuírem estilos, técnicas e inspirações próprias, dialogavam com as produções de seus antecessores e com os contextos das produções no período ao qual estavam inseridos, o século XV. Para o autor, apesar de a historiografia medieval portuguesa ter surgido através de Fernão Lopes, pode ser encontrado nos demais autores movimentos de continuidades e manutenções do estilo.

A crônica tardo-medieval emerge como uma realização discursiva narrativa, enraizada nas bases de uma tradição literária cristã que, por sua vez, é retomada e recriada por seus cultores. Sendo ela geral ou particular, é construída em torno de um reinado ou individualidade, cujo objetivo primário é legitimar seus promotores e servir de modelo, apresentando exemplos e contraexemplos para a sociedade política (Guimarães, 2012).

Desse modo, nos é possível afirmar que os cronistas medievais apresentavam um caráter de dualidade: moralista e memorialista. O traço de preservação da memória refletia a busca por manter vivos os acontecimentos passados. Já a moralidade baseava-se na ideia de que a obra produzida deveria apresentar as funções de espelho de virtudes e valores dos homens por ela listados segundo os moldes e as tradições antigas (França, 2006). Esse último ponto será melhor abordado no terceiro capítulo desta dissertação.

Portanto, ao empregar a análise da crônica histórica tardo-medieval, é importante considerar sua função de registro de eventos passados, sua natureza narrativa, suas metodologias e o papel desempenhado na construção de identidades e legitimidade política. Nesse contexto, os apontamentos de Guimarães e França fornecem um arcabouço teórico valioso para a compreensão desse gênero literário rico em significados e subjetividades.

Todavia, o conceito de "crônica", principalmente quando referido às produções que levam esse nome durante a Idade Média, permanece impreciso. Durante o século XIV, ainda não havia a preocupação em significar os conceitos de "crônica" e de "história", ou quando assim o faziam, eram vistos como coisa semelhante, com significados que se mesclavam e fundiam em seus próprios sentidos.

> Mas, enquanto a crônica não tem outro significado senão o de uma obra que relata acontecimentos, a história herdou múltiplos significados de seu longo passado. A história é tanto o que aconteceu, a história do que aconteceu, qualquer história. Riqueza demais é prejudicial. E talvez seja por isso que os autores do século XIV, buscando dizer "obra histórica", usaram quase exclusivamente a palavra crónica. Por histórias, na maioria das vezes eles se referem aos próprios fatos ou aos relatos que podem ser lidos nas crônicas (Guenée, 1973, p. 1003, tradução nossa).[6]

Diante dessa explicação, o medievalista francês Bernard Guenée, (1973) sugere que até meados de 1400 – ou seja, período que antecede as produções zurarianas –, esses relatos eram predominantemente narrativos e simples; e, por conseguinte, qualquer abordagem mais elaborada ou analítica era reservada à seara dos filósofos e teólogos. Apesar da relutância em abandonar completamente essa antiga abordagem, começaram a surgir mudanças significativas. Os agora chamados "historiadores", passaram a buscar relatos mais detalhados e cronológicos. Essa transformação resultou na distinção entre os vernáculos "história" e "crônica", momento

[6] Do original, "Mais alors que chroniques n'a pas d'autre sens que celui d'ouvrage relatant des événements, histoires a hérité de son long passé de multiples significations. Histoire, c'est à la fois ce qui s'est passé, le récit de ce qui s'est passé, n'importe quel récit. Trop de richesse nuit. Et c'est peut-être pour cela que les auteurs du xive siècle, ayant à dire « ouvrage historique », ont presque exclusivement utilisé le mot chronique. Par histoires, ils entendent le plus souvent les faits eux-mêmes, ou les récits qu'on en peut lire dans les chroniques"

a partir do qual a primeira passou a se desvencilhar de suas amarras e começou a fornecer explicações causais sobre os eventos.

Sendo assim, na análise do significado das crônicas de Zurara, não podemos impor a elas uma demanda que o autor não pretendia ou não poderia atender completamente: a de ser uma história nos moldes contemporâneos, mesmo que ele tenha se utilizado mais frequentemente da palavra "história" do que "crônica" em seus próprios escritos (Dinis, 1949). Como pode ser observado logo no início, o autor (1915, p. 11) já deixa claro esse ponto em sua obra "*Ora com a graça de Deos começaremos nossa estoria departida em capitullos segundo rreal ordenança dos antigos historiadores*" e completa "*trabalharemos de fazer cousa que pareça jnteira segundo a forma do preçesso que se segue*"

Em síntese, os autores destacam a evolução e as transformações pelas quais os conceitos de crônica e história passaram desde o fim da Idade Média até o entendimento moderno. Delineados os significados por trás dos conceitos no século XV, ainda nos resta a preocupação de trabalhar com a crônica como fonte, já que se trata de um gênero literário. Assim, o historiador assume a responsabilidade de promover a interdisciplinaridade com a literatura em seu texto, buscando ampliar as reflexões sobre o objeto de estudo.

Partindo disso, podemos encontrar a "teoria da recepção", proposta pelo influente teórico literário alemão Hans Robert Jauss. A teoria é tida como um elemento crucial para compreendermos a dinâmica entre a obra literária, seus leitores e a historicidade; e como esses aspectos se relacionam.

A tese de Jauss indica que, ao investigar uma obra literária sob a perspectiva da produção historiográfica, as questões puramente estéticas perdem relevância quando comparadas ao impacto da receptividade causada pela obra no público contemporâneo ao seu lançamento. O valor estético de uma obra é determinado pela forma como ela supera ou decepciona as expectativas do público receptor.

A teoria estética recepcional vai além da análise da obra de forma isolada, através do desdobramento histórico de sua compreensão, mas é imperativa a inserção desta na "série literária". Essa abordagem implica que a obra não seja analisada e compreendida de forma isolada, mas que seja incorporada dentro do contexto da experiência literária como um todo de modo que sua posição e significado histórico se torne manifesto (Jauss, 1970).

A história da literatura como um "acontecimento" se desenvolve, portanto, no "horizonte de expectativa", referente ao conjunto de valores, normas e mentalidades que os escritores, críticos e leitores, sejam eles contemporâneos ou póstumos no momento em que entram em contato com a obra, trazem para a interpretação e experiência de um texto (Jauss,

1970). A historicidade da literatura não repousa em uma mera conexão de "fatos literários" estabelecida após os eventos, mas sim na experiência dinâmica da obra literária pelos leitores. O historiador da literatura, ao buscar compreender e classificar uma obra, precisa assumir a posição de leitor e considerá-la presente na série histórica dos leitores.

Essa interpretação, segundo Jauss (1970), transcende os limites da "estética" literal, expandindo-se para o domínio histórico. Não se restringe simplesmente aos conceitos formalistas como a inovação, surpresa ou estranhamento. Torna-se uma categoria histórica própria ao conduzir uma análise diacrônica da literatura, questionando quais momentos históricos conferem novidade à uma obra literária como sendo seu caráter distintivo. Explorar o "novo" nesse contexto demanda entender a percepção inicial dessa novidade, a distância que a compreensão teve que percorrer para desvelar seu conteúdo e se o impacto de sua plena atualização foi tão profundo a ponto de transformar a apreciação do antigo e, assim, influenciar a canonização do passado literário.

Ao relacionar a teoria de Hans Robert às crônicas produzidas por Zurara, torna-se necessária a teoria da receptividade, sobretudo analisada entre os nobres e príncipes a fim de desempenhar o papel de espelho. Jauss postula que a valorização de uma obra não está apenas na inovação estética, mas na forma como ela ressoa entre os leitores contemporâneos, impactando suas expectativas. Ou seja, quando aplicamos essa perspectiva à obra de Zurara, percebemos que a recepção por parte da nobreza desempenhou um papel crucial na consolidação das crônicas como espelhos que refletiam a conduta desejada e os valores a serem seguidos. Isso porque, como aponta António José Saraiva (1988, p. 110), a partir do final do século XI, o ensino e o contato com obras, embora muito limitados às camadas mais elevadas das sociedades medievais, começaram a extrapolar do ensino conventual regulado pelas sés e voltada para a formação clerical para as escolas mais "livres".

Concomitantemente, foram constituídas as bibliotecas laicas e ampliado seu corpo bibliográfico, contando com autores clássicos como Aristóteles, Avicena, Sêneca e Santo Agostinho; além de importantes obras como *Coronica despanha*; *O livro das trõvas delRey Dom Dinis*; *Livro de montaria* de D. João I; *Livro da virtuosa bemfeitoria* de D. Pedro; *Estoria geral*; *Livro da primeira pertida* de D. Afonso X, Os livros de Galaaz (Galahad), Tristão e Merlin (lendários personagens presentes no *Ciclo Arturiano*), entre outras obras (Dinis, 1949).

Essas bibliotecas "laicas" – isto é, desvinculadas dos grandes monastérios e predominantemente acessíveis aos príncipes e membros da alta nobreza – contavam também com obras que serviam um objetivo específico: "deveriam contribuir para algum aspecto da formação dos leitores" (França, 2006, p. 60). A autora aponta que essas obras funcionavam

como modelos de nobres para nobres, com a finalidade de ensiná-los sobre as especificidades de suas posições em comparação com outros grupos sociais e, desse modo, regular seus comportamentos, definir os modos ideais para a governança e preservar a ordem social: “incluem-se [...] as histórias da vida e feitos dos reis e senhores, isto é, as crônicas.” (p. 72).

Notamos, portanto, como a dinâmica entre autor e nobres na recepção destas produções não apenas influenciou a apreciação da literatura, mas moldou a própria narrativa histórica, estabelecendo um diálogo entre o cronista e sua audiência aristocrática. Nesse contexto, as crônicas não eram simples registros históricos, mas ferramentas de construção de identidade e padrões de comportamento para uma audiência seletiva. Assim, a interseção entre a teoria de Jauss e as crônicas de Zurara revela a importância da receptividade nobre dessas obras como espelhos que refletiam e moldavam a imagem desejada da nobreza e da realeza. Contudo, a análise mais detalhada sobre o gênero *Espelho de Príncipes* e como a obra de Gomes Eannes se enquadra nesse conceito será melhor aprofundado no próximo capítulo.

A fim de corroborar esses pontos, Dinis (1949, p. 129) destaca que D. Afonso V baseou-se nas obras zurarianas para realizar a distribuição de honras e mercês aos protagonistas das campanhas marroquinas, evidenciando a importância dessas obras na concessão de reconhecimentos. No entanto, aqueles que não recebiam o devido destaque pelo cronista e, consequentemente, não foram contemplados pelo monarca, manifestavam insatisfação em relação à obra. França (2006, p. 100) complementa a ideia de Dinis ao pontuar que o terceiro rei avisino utilizava destas obras, sobretudo da produção de Gomes, para recompensar os servidores do reino de modo geral. A autora aponta que o papel da crônica, além de atestar a veracidade dos acontecimentos, se assemelhava aos livros de linhagens tão populares na Península Ibérica, no sentido de registrar os nomes dos grandes homens e suas realizações por Portugal.

Além disso, outro exemplo dado por Dinis (1949) foi o término da produção da “Crônica do Conde D. Pedro de Meneses”, na qual Zurara, após regressar de Marrocos, provavelmente revisou seus escritos com o intento de evitar repetir qualquer injustiça. Essa preocupação por ele demonstrada reflete a influência direta das crônicas nas decisões sobre honrarias e recompensas, que, por sua vez, promove certa “relação” de interação entre o autor, a nobreza e o rei. Ao relacionar esses aspectos com a teoria da receptividade proposta por Jauss, podemos observar que as crônicas desempenhavam um papel além de apenas produzir relatos históricos, pois eram também instrumentos que moldavam as relações e construíam identidades desejadas para uma audiência seletiva, sobretudo entre a nobreza. A receptividade das crônicas entre os

membros da nobreza significava o apreço à literatura e, por consequência, exercia impacto significativo nas relações sociais através dos modelos de convivência expostos nestas obras.

As crônicas deste período, como demonstramos, eram espelhos que refletiam e moldavam a imagem desejada tanto por parte da nobreza quanto da realeza, consolidando a importância da recepção das obras na construção da identidade social lusa. Ao explorarmos as crônicas de Zurara à luz dessa perspectiva, buscamos entender o significado intrínseco de suas palavras e situá-las no panorama mais amplo da literatura e da história literária.

Ao afirmar que a crônica é um texto narrativo, significa que seu estudo incorpora elementos como "foco, espaço, tempo, personagens, enredo, figuras e intertextualidade que, entre mais componentes, interessam aos Estudos Literários" (Guimarães, 2012, p. 70).

2.2 As crônicas e a tradição medieval nos movimentos ultramarinos

No século XV, a história de Portugal se entrelaçou às crônicas, registros esses que misturam realidade e idealização, sempre escritos por homens muitas vezes comprometidos com propósitos políticos. A partir dessas produções e obras foram lançadas as bases para os estudos históricos portugueses. Nesse contexto, é notável a emergência de uma nova literatura durante a "era dos descobrimentos", marcando o advento dos primeiros escritos relacionados a essas explorações. Como ressalta o historiador português Joaquim Barradas de Carvalho (1970), toda uma nova literatura floresce nesse período, com autores que apresentam traços distintos de seus predecessores cronistas medievais, mas que ainda são observados através da perspectiva de continuidade nos modelos, culturas e tradições que permanecem na Europa.

Surgiram, à época, relatores da literatura de viagens que descreviam terras que conheceram diretamente ou por relatos de outrem, narrando os acontecimentos ao sabor das peripécias das viagens; até mesmo técnicos de navegação que se dedicavam a escrever roteiros, livros de geografia, cosmografia e regimentos de navegação. Assim, essa nova geração de autores multifacetados contribuiu significativamente para a expansão e diversificação dos relatos históricos. Além da crônica, o autor aponta a existência dos gêneros: diários de bordo; roteiros e descrições de terras (Carvalho, 1970).

No mesmo cenário encontramos publicações de pesquisadores contemporâneos que discutem a respeito das crônicas e produções de Zurara. João Cosme (2015), por exemplo, aponta que as descrições de locais, combates e escaramuças feitos por Zurara em sua crônica promovem "a ética comportamental cavaleiresca adquire contornos de modelo e a literatura em torno da Távola Redonda atrai os interesses do público leitor" (p. 106).

Essa ideia é corroborada por Miguel Aguiar, (2018, p. 2) para quem a *Crônica da Tomada de Ceuta* assume caráter de "crónica dos cavaleiros da Távola redonda da corte". A descrição conta com abundância de trechos e passagens onde Zurara detalhadamente declara a respeito dos feitos militares, como preparação da armada, enfrentamentos e cavalgadas sobre aldeias vizinhas e cercos.

A produção artística, sobretudo na literatura, fundamenta-se na proposta de uma significativa transformação em que aspirações religiosas, nacionais e éticas se entrelaçam na construção de um ideal cavaleiresco similar aos da távola redonda. Desse modo, vale pontuar que, dentro dessa nova gama de gêneros, ao selecionar as crônicas produzidas durante esse período, nos deparamos com certas contradições que não nos indicam a "verdadeira história" dessas explorações. Pelo contrário, para Clinio de Oliveira Amaral (2003), o que encontramos são projeções de discursos cujo principal objetivo era assegurar um lugar de destaque na memória histórica, apresentando-se como os "responsáveis por uma das mais interessantes experiências da humanidade à época, descobrir novos mundos" (p. 4).

Para além dos exageros, outro problema na concepção dessas obras como verdadeiras deu-se em razão do limitado conhecimento disponível no momento. Para Carvalho (1970), apesar da presença desse enaltecimento encontrado nas obras de alguns autores, a realidade é que as crônicas desse período não podem ser consideradas como verdades absolutas. Isso ocorre porque, mesmo com o desenvolvimento dos conhecimentos matemáticos e astronômicos, ainda se encontravam falhas nos cálculos, resultando em imprecisões comuns nas distâncias relatadas ou equívocos na citação de datas.

Já na concepção de Saraiva (1988, p. 176), a discussão que se faz a respeito de uma "verdade" pode ser vista como uma analogia entre a produção de uma crônica nos moldes do século XV e as atribuições de um tabelião. De certa forma, tal relação é repleta de sentido, uma vez que esses cronistas, via de regra, também eram os guardas-mores da Torre do Tombo e responsáveis pelos arquivos. Para o autor, as relações estariam pautadas na autoridade com que o cronista declara a "verdade" de um evento passado, tal como o tabelião era responsável pela certificação da verdade presente em um contrato. A título de ilustração, a atribuição de tabelião, nas palavras de França (2006), consiste na elaboração, reprodução e preservação das escrituras. Essa responsabilidade, na prática, quase se confunde com as funções do guarda-mor da Torre do Tombo, embora este se responsabilizasse mais pelas últimas duas.

No entendimento de Carvalho (1970, p. 65), "as Crônicas são reconstituições históricas e não testemunhos diretos", o que significa que elas devem ser entendidas como fragmentos historiográficos. Na obra selecionada de Zurara para este trabalho, o cronista não é um

navegador, um guerreiro ou um explorador cujas vivências dos acontecimentos são presenciadas; ele é um homem palaciano que obtém seus relatos por meio de diálogos com esses indivíduos; ou a partir da interpretação de documentação previamente produzida.

Para concluir essa importante discussão, utilizaremos das teorias de Erich Auerbach (1946) em sua grandiosa obra *Mímesis: A Representação da Realidade na Literatura Ocidental*. Nesta, o autor alemão percorre a história destacando duas formas de representação literária europeia, são elas: a alta mímesis e a baixa mimesis; a primeira busca reproduzir a realidade da forma mais completa e profunda possível, de modo a se concentrar em detalhes minuciosos e na exposição das complexidades de um acontecimento, sentimento e experiência, refletindo-se em longos trechos com descrições elaboradas; enquanto a baixa mímesis representa a realidade que está narrando de forma mais simples e abstrata, ou seja, deixando em segundo plano os detalhes a fim de promover ao leitor a compreensão imediata do ponto central. Auerbach (1946) compreende que ao longo da história da literatura há uma constante alternância entre essas duas formas.

Nesse sentido, as crônicas que contemplam esse período da história – como as produções assinaladas por Gomes Eannes de Zurara –, quando analisadas a partir dessa perspectiva posta, refletem os desafios de equilibrar a alta com a baixa mímesis. Ou seja, a dificuldade encontrada pelos cronistas em como determinado acontecimento seria registrado no papel, refletida na busca por manter a fidelidade aos eventos históricos contrastada com a necessidade de exprimir as intencionalidades "propagandísticas" que corroboram o ato da escrita, mas encontram-se subjetivas.

Nas palavras de Guimarães (2012), verificar a sucessão de "fatos" e acontecimentos listados pelos cronistas do século XV, é, "analisar a maneira como o cronista narra: seus juízos, interferências, interlocução, metáforas e natureza das compilações realizadas". Logo, o que Guimarães propõe ao analisar os textos dos cronistas do século XV com o termo "juízos", sobretudo de Zurara, são as opiniões e julgamentos expressos pelo autor sobre o evento ou personagens, revelando traços de objetividade ou subjetividade na construção narrativa.

Além disso, o termo "interlocução" refere-se ao diálogo que o cronista promove com seu público [sua audiência] através de passagens que se apresentam de maneira explícita ou implícita, permitindo entender o objetivo comunicativo do autor e para quem suas crônicas foram escritas – no caso parte da nobreza mais abastada e a própria coroa. Referente a análise de compilação, envolve examinar como as informações foram coletadas, selecionadas e organizadas na construção da narrativa, revelando os métodos e critérios utilizados pelo escritor.

As passagens que Zurara atesta como fidedignas – nomeadamente o prólogo, embora tal afirmação permaneça ao longo de toda obra – só serão percebidas como verídicas para os leitores que tiverem acesso à obra "se o autor tiver observado o costume e a opinião deste mesmo público a respeito daquilo e daqueles de que trata" (Guimarães; Moreira, 2021a, p. 320).

Durante a baixa Idade Média, além de priorizarem o verdadeiro e o verossímil em suas narrativas, os cronistas também tinham a preocupação de que seus relatos fossem reconhecidos como autênticos. Ou seja, que tanto a corte quanto a Igreja validasse a autoridade das informações contidas em suas páginas (Guimarães; Moreira, 2021a). Não por acaso, essa ideia de apontar trechos e momentos de "veracidade" na obra de um cronista é, essencialmente, uma tarefa delicada. Essas abordagens decorrem de um recuo histórico e estão alinhadas aos estudos comparativos produzidos por uma ciência moderna.

Assim, nas percepções do homem do medievo, tudo era uma representação da verdade. Ou seja, os próprios cronistas não estavam preocupados com a veracidade fidedigna dos fatos, mas em glorificar as conquistas e garantir seu legado na história. Acerca da veracidade, Guimarães (2023, p. 20) aponta que, "[...] os cronistas sabiam que, de tudo o que ouviram e viram, só o que interessava aos reis para quem trabalhavam é que deveria ser registrado, ou lembrado, e de uma maneira que lhes fosse conveniente."

O mesmo se aplica para as ideias de exagero. Quando empregados conceitos como "tempo", "espaço" e até mesmo "quantidade", eles não se mostram de forma exata para o homem medieval. Os números eram mecanismos utilizados com a finalidade de dar uma dimensão de um acontecimento, um exército ou ,no caso de Zurara, da conquista. Portanto, utilizá-los de maneira grandiloquente era uma forma de representar o mundo ao seu redor. A esse respeito, França (2006) declara que apesar da constante preocupação por parte do cronista em manter-se fiel à sua verdade, por vezes não alcançava seus objetivos. A linha que separava a invenção da realidade se demonstrava tênue e "vários deslizes podiam levá-lo a incorrer nesse erro, o excesso era um deles" (p. 120). Um exemplo pode ser observado no segundo capítulo da crônica aqui analisada, em que o autor compara os feitos realizados em Ceuta pelas tropas portuguesas com outros notáveis momentos: "*E quem compridamente em ello esguardar achara que nem o çerquo de Troya nem a passada de Cepiam em Affrica nam forom de tanta excellençia.*" (Zurara, 1915, p. 9).

Essas crônicas refletem, além dos acontecimentos de fato, uma série de intenções veladas que esses registros representam, respeitando, sobretudo, os interesses daqueles que encomendavam a produção das obras, vide a coroa portuguesa – seja em forma de motivações, aspirações ou ambições. Por isso, há todo um cuidado a ser tomado ao serem lidas, com o

propósito de promover a compreensão de que são narrativas construídas com um objetivo específico, além da simples descrição dos fatos, visando eternizar as realizações e conquistas de seus autores perante a posteridade.

2.3 Zurara, um cronista medieval

Embora Jauss defenda em sua teoria que características estilísticas não são tão cruciais quanto à recepção dos indivíduos no momento da publicação e divulgação da obra mediante a observação histórica, a teoria de Auerbach argumenta que a ideia de estilo literário possui um papel essencial na análise da representação da realidade no âmbito da literatura. Para Auerbach (1946), diferentes manifestações estilísticas são refletidas a partir de variadas sensibilidades culturais e intelectuais de um momento histórico. Isso significa dizer que o estilo por si só não se trata apenas de uma escolha individual de um autor, mas é a manifestação das representações e condições sociais, políticas e culturais em voga naquela sociedade.

O estilo literário sofre as influências das condições, valores, experiências, crenças, normas, etc. em que o autor vive; e, como consequência, esse indivíduo pode adotar um estilo mais detalhado e realista para trabalhar seu tema, caracterizado pela alta mímesis, ou uma composição mais simples optando pela representação da baixa mímesis. Por outro lado, o próprio estilo literário adotado por autores de determinado momento tem o poder de interferir na percepção, no pensamento e nas sensibilidades dos leitores. Dessa forma, nos é relevante explorar as inspirações e referências que pavimentaram o caminho da formação e erudição do cronista. Essa abordagem enfatiza a importância do contexto estilístico e das influências que moldam a criação artística, enriquecendo a compreensão do impacto da obra na sociedade lusa e nos anos que se seguem.

Referente às possíveis inspirações que Zurara utilizou, Pereira e Dinis realizam um paralelo entre as obras que poderiam ser encontradas na livraria real – e que, portanto, puderam ser acessadas por ele – e as referências diretas observadas nas crônicas por meio de citações. Pereira (1915, p. XVII-XVIII) afirma que os conhecimentos literários de Zurara possivelmente não eram muito profundos, mas dada a quantidade de citações em suas obras, observamos uma gama de referências. Pereira lista alguns nomes que poderiam ter contribuído para a extensão de conhecimento zurariana; entre eles, encontram-se teólogos da Igreja, renomados pensadores e filósofos clássicos [incluindo os gregos Aristóteles, Heródoto, Hesíodo, Homero e Ptolomeu]; os romanos César, Cícero, Plínio, os dois Sêneca (o Jovem e o Velho), Tito Lívio e Vegécio; entre os escritores medievais, são citados Isidoro de Sevilha, Frei Gil de Roma, Lucas de Tuy

e Rodrigo de Toledo; dos escritores italianos temos Boccaccio, Dante e Marco Polo. Por fim, também identificamos algumas referências a escritores árabes, como o astrônomo Alfragano e Avicena.

Apesar da afirmativa de Pereira (1915) de que os conhecimentos literários do cronista não eram muito profundos, a vasta lista de obras e autores nos indica o contrário. A inclusão de citações e menções a diversos pensadores de diferentes épocas e locais nos sugere que Zurara tinha um amplo conhecimento e leitura dessas importantes obras. Assim sendo, é razoável argumentar que, para ser capaz de referenciar essas obras de maneira significativa, ele deve ter possuído os devidos conhecimentos para tal feito.

Todavia, França (2006) aponta que a apropriação dos pensamentos e teses desses filósofos não era empregada na íntegra. Ou seja, os autores e homens do medievo peneiravam as doutrinas com a finalidade de não embarcar nos problemas que elas poderiam representar; assim utilizavam trechos isolados para justificarem seus pontos. A importância dos clássicos reside na possibilidade de serem interpretados como "verdadeiro manancial de reflexões, ora fundadoras, ora fundamentadoras do pensamento dos escritores quatrocentistas portugueses" (p. 68).

Essa discussão dialoga com os apontamentos de Saraiva e Lopes (1996, p. 37), presente na obra amplamente reconhecida *História da Literatura Portuguesa*. A influência dessas fontes e citações utilizadas por Gomes Eannes de Zurara pode ser observada através da necessidade de empregar um estilo grandiloquente, hiperbólico e enfeitado com alegorias. Portanto, não era de interesse do cronista entrar em contestação com as inquietudes filosóficas ao utilizar e referenciar as teses dos grandes pensadores. Mas, a escolha por um estilo retórico marcante é justificada pelo desafio de elevar o pedestal dos heróis, indicando que apenas por meio de uma retórica eloquente e carregada de citações de grandes filósofos seria possível transmitir a magnitude das narrativas históricas.

Por fim, temos a teoria postulada por Kátia Brasilino Michelan (2009, p. 283), de que os primeiros cronistas portugueses, de fato, pouco liam de referências para compor suas crônicas; salvo alguns breves documentos oficiais, religiosos ou teológicos.

Essa multiplicidade de teorias acerca das influências literárias e conhecimentos na composição das fontes torna evidente a complexidade na interpretação do texto de Zurara, algo que a estética da recepção destaca como imprescindível para a compreensão da literatura do passado remoto. Quando há lacunas daquilo que se conhece sobre o autor, quando suas intenções e propósitos são subjetivos ou a própria relação com fontes e modelos só pode ser investigada indiretamente, a teoria de Jauss (1970 , pp. 35-36) oferece uma resposta: "sobretudo

destacando-o do pano de fundo daquelas obras que ele, explícita ou implicitamente, pressupunha serem do conhecimento do público seu contemporâneo".

Por outro lado, na concepção de Dinis (1949), estipular a extensão da cultura intelectual de um escritor medieval apenas através de suas citações caracteriza-se como uma tarefa ingrata, tanto ao historiador quanto ao literato. Isso porque, "os escritos não documentam sempre e necessariamente a cultura intelectual de determinado autor ou a vastidão e profundidade dos seus conhecimentos nos diversos sectores do saber humano [...]" (p. 39).

O autor prossegue em sua teoria apontando a existência de outras duas correntes – além da previamente exposta de Esteves Pereira – que poderiam responder à questão da erudição de Zurara. A primeira formulada pelo Visconde de Santarém, em 1841, em que afirma que o literato era um profundo conhecedor de leituras; enquanto a outra, fundamentada pela crítica moderna e defendida por Joaquim de Carvalho, José de Bragança e Duarte Leite, desconsidera a vasta erudição de Zurara e argumenta que as várias referências e menções teriam sido de segunda ou terceira mão (Dinis, 1949).

Parece, portanto, que o biógrafo de Zurara concorda com um meio termo ao avaliar sua erudição. Entre todas as crônicas produzidas, apenas a "Crônica dos feitos de Guiné" apresenta trechos comprovadamente influenciados pelo *Trauctado da uirtuosa benfeyturia,* do Infante D. Pedro, ou da *General Estoria*, de Afonso X de Castela. No entanto, nas demais obras de Zurara, não é possível observar tamanha abundância de capítulos inteiros de outros autores. Tal fato nos sugere que o cronista poderia ter empregado material de outros escritores de maneira mais evidente em algumas obras específicas, enquanto em outras teria se baseado menos diretamente em fontes externas.

Digno de nota agora é o conceito de "cópia" tido como depreciativo, definição diferente da que conhecemos hoje. Sobre isso, Dinis (1949, p. 48) aponta: "a existência dos plágios procedia de uma atitude perante a Verdade que exclui eticamente a ideia de furto que hoje associamos a tais processos [...] usou de uma prática consentida pela consciência literária de então". Não apenas isso, mas também durante os anos finais do medievo a ideia de um "sujeito autor" era muito nebulosa para definir uma autoridade autoral. Todo esse rigor que nós modernos temos na identificação da autoria, era em grande parte inexistente na época. Mais importante do que identificar quem escreveu algo primeiro, era garantir que os próximos homens e copistas pudessem promover a "manutenção do escrito e consequentemente e preservação dos saberes" (Michelan, 2009, p. 268).

Quanto à delimitação das características estilísticas nas páginas do cronista, nos é válido analisar como realiza-se a construção do relato de discurso no decorrer da obra. De modo geral,

trata-se do estudo de como é construída a fala, isto é, a oração de um personagem na obra de um terceiro. Quando aplicamos isso à *Crônica da Tomada de Ceuta por el-rey D. João I*, identificamos como o cronista Zurara retrata as declarações dos homens diretamente envolvidos na empresa ultramarina portuguesa, como o próprio monarca, a Rainha, seus Infantes, conselheiros e demais indivíduos que emprestam sua voz para o autor reproduzir em seu texto.

Ao analisar o relato de discurso em um texto, alguns pontos merecem destaque para promover uma observação mais completa, entre eles podemos listar: a identificação do orador; o contexto onde e quando essa fala ocorreu; para qual público-alvo ele foi direcionado e qual foi o seu propósito; estilo, tom e características retóricas empregadas; se possível levantar questões subjetivas como entonações e expressões, etc.

Para essa discussão, o artigo "O relato de discurso na crônica da tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara", de Isabel Margarida Duarte (2002) se faz pertinente: "O relato de discurso dos protagonistas da ida a Ceuta é muito abundante na crônica escrita por Zurara, sobretudo na forma de discurso direto intercalada que identifica o locutor, mas também na forma de discurso indireto" (p. 207). Na extensão da crônica é perceptível a ausência de interjeições, frases exclamativas ou outras figuras de linguagem responsáveis por expressar um modo mais vívido na fala. Também notamos a ausência de discurso introdutor quando o narrador vai dar voz às suas personagens. Em vez disso, Gomes optou por empregar a construção de oração intercalada.

Essas questões levantadas refletem na maneira como o texto e as informações de terceiros são dispostas, uma vez que não aparecem sob a forma de referência direta. Portanto, isso não representa uma reprodução de um discurso de forma *ipsis verbis*, antes o conjunto entre a preocupação com a verossimilhança e credibilidade em seus discursos somado ao próprio estilo de escrita de Zurara (Duarte, 2002). A autora, ao analisar a obra do cronista de D. Afonso V, destaca a preferência do autor por utilizar a oração intercalada em detrimento do discurso introdutório, o que influencia a forma como são apresentados os pormenores da enunciação que acompanham a fala relatada.

No decorrer de seu estudo, Duarte (2002) sugere a possibilidade de Zurara fazer alusões a outro cronista anterior a ele em certos momentos da crônica, indicando o uso de material de uma fonte pré-existente. Desta forma, a pesquisadora destaca que há passagens e trechos presentes na *Crônica da Tomada de Ceuta* em que parece haver referência a alguém que, anteriormente ao próprio Zurara, já teria trabalhado sobre essa história. Essas passagens não são inteiramente claras. Apesar de ainda ser possível que Zurara tenha se referido a si mesmo,

Duarte acredita que em determinados momentos há uma clara alusão à produção de outra pessoa.

Outra questão de grande importância no estudo da crônica e dos cronistas medievais corresponde à obtenção de suas fontes e à valorização empregada a elas. É informado na própria produção de Zurara que Fernão Lopes, seu antecessor, realizava longas viagens em busca de documentos escritos em cartórios e igrejas dentro e fora do reino. "*E assi foy necessario ao dito Fernam Lopez dandar per todallas partes do rregno pera auer comprida enformaçam do que auia de começar.*" (1915, p. 12). E argumenta a quão árdua era tal tarefa a ser realizada, principalmente por tratar-se de homem de idade já avançada. "*Por cuja rrezam o dito Fernam Lopez despendeo muito tempo em andar per os moesteiros e jgreias buscando os cartorios e os letreiros dellas pera auer sua enformaçam.*" (1915, pp. 12-13).

Faltam informações referentes a possíveis peregrinações de Gomes Eanes pelo reino em busca de documentos escritos. No entanto, isso nos dá a impressão de que o cronista, seja por sua própria intenção ou pelo contexto de dispor de testemunhas ainda em vida, optou por produzir seus escritos a partir de testemunhas orais que participavam da peleja. Sendo D. Henrique seu maior relator, podemos encontrar trechos que a própria narrativa de Zurara se adequa à primeira pessoa, representando a própria fala do Infante, como por exemplo:

> *E porem fimge aqui o autor, que dezia o Iffamte amtre ssi mesmo. Que me prestou a mym seer o primeiro capitam, que elRey meu senhor e padre mandou que filhasse terra, pois com tam pouco trabalho auia dauer a minha vitoria, ou que gloria poerey teer no dia da minha cauallaria, sse a minha espada nom for molhada no samgue dos jmfiees* (Zurara, 1915, p. 2015).

França (2006, p. 127) corrobora essa afirmativa, ao apontar como Zurara sugere que, tivesse Fernão Lopes escrito suas obras contemporaneamente aos acontecimentos, também optaria pela coleta de testemunhos orais:

> *Ataa aqui chegaram estas pallauras segumdo achamos per uerdadeyro acordo daquelles senhores que hi estauam. e nom emtemdaaes que por semelhamte pallaura se deua emtemder que hi estaua outrem sse nom elRey e seus filhos. mas eu digo que o ouue per seu acordo, por quamto teemdo o Iffamte Dom Pedro carrego do rregimento destes rregnos. me comtou gram parte deste feito com emtemçom de o assemtar logo de todo em cronica segumdo dello fiz algu~u começo. Depois me comtou assy o senhor Iffamte Dom Hamrrique duque de Viseu e senhor de Couilhaã, em cuja casa estiue algu~us dias per mamdado do senhor Rey. o quall dos ditos feitos auia mais certa nembramça que nehu~ua outra pessoa do rregno quamto aa sustamçia das primçipaaes cousas em que estaa a força da estoria* (Zurara, 1915, p. 45).

Diferente de seu antecessor, o problema que Zurara enfrentara era o oposto, do excesso de testemunhos; portanto, sempre contava com novas visões e interpretações dos acontecimentos vividos. Por isso, o cronista teria optado por limitar sua coleta de fontes ouvindo, majoritariamente, os Infantes, embora em casos específicos também lançava mão da entrevista de outros homens bons que estiveram presentes nos acontecimentos.

Sendo assim, a concepção de fonte histórica para Zurara poderia ser vista tanto na forma escrita quanto oral. França (2006, p. 127) aponta a existência de uma hierarquia entre elas. Essa hierarquização mostra-se como ponto central na metodologia empregada da composição de suas obras. Mas, como será melhor discutido na sequência deste texto, Zurara também teria se utilizado de uma outra estratégia de coleta de fontes: a observação direta, a qual permitiu ao cronista observar questões que testemunhos orais não forneciam.

Logo, as produções zurarianas denotam claramente o caráter de um homem medieval, pré-iluminista, refletindo os ideais e mentalidades enraizados nos valores e crenças de seu próprio tempo. É perceptível que as influências humanísticas, que começavam a florescer no período compreendido entre a metade e o final do século XV, também influenciaram Zurara na composição de suas obras.

O equilíbrio entre estes dois períodos históricos pode ser observado pela caracterização pré-humanista do orador, a busca em personificar o homem de sentimentos nobres e frases eloquentes, unindo harmoniosamente a retórica e a dialética. Essa postura distingue-se da historiografia humanista representada por João de Barros, Damião de Góis e Jerónimo Osório. Como afirma Dinis (1949, pp. 69-70), “não obstante, Zurara pode gloriar-se das suas páginas já não narrarem minudências e ingenuidades por haver seguido <a teençom dos modernos>, para empregar uma expressão bastante significativa da Crónica de Ceuta”. Significa que, mesmo Zurara se encontrando em um período em que o medieval e o moderno dialogavam, ele construiu uma abordagem singular que, apesar de se diferir dos humanistas, contribuiu para a riqueza e complexidade da historiografia portuguesa do período.

Dessa forma, ao nos aprofundarmos no pensamento historiográfico zurariano, notamos o entrelaçamento dos vincos medievais aos sinais de uma nova tradição emergente do humanismo, cujas características já podem ser observadas no século XV. Podemos encontrar diversas delas em suas obras, sobretudo na concepção providencialista dos eventos, na projeção da sombra do arquivista sobre as produções do cronista e o proselitismo do sagrado mesclado ao profano. O contraponto aponta a possibilidade de vislumbrar elementos já modernos no trabalho de Zurara, evidenciados pela sua admiração pelos feitos de individualidades e

personalidades excepcionais, assim como o apreço pelos depoimentos pessoais, os quais compõem grande parte do material utilizado como fonte e referência na elaboração das crônicas.

Em Zurara, também verificamos a clara representação de um momento único na história da humanidade, em que forças distintas, representadas pela mentalidade medieval, e as novas perspectivas modernas convivem e se aglutinam em uma amálgama própria. Nessa conjuntura, Barros (2000) complementa a discussão ao apontar o papel da memória nesses momentos singulares de transformação da história, de sucessão e de estruturas. A memória, então, é responsável por religar e restabelecer tradições e continuidades em um mundo que se renovou frente a uma nova janela de conhecimentos e práticas, produzindo uma nova humanidade enquanto a mesma preserva mentalidades do "retardatário", ligado a um mundo que aos poucos começa a deixar de existir. Assim, Gomes Eannes possibilita aos homens de seu tempo um substrato capaz de preservar suas memórias ao mesmo tempo que abre caminho para um novo mundo adiante:

> A memória coletiva, recriando os seus valores e restabelecendo pontes, renovando suas lembranças e reclassificando os seus esquecimentos, introduzindo também o novo no velho e o velho no novo, criando uma necessária ilusão de continuidade, enfim, ofereceria um chão e um céu de continuidades aos homens de períodos críticos em que uma estrutura parece passar a outra (Barros, 2000, p. 325).

Essa ideia de permanências pode ser encontrada nos textos de Jacques Le Goff (1995), um dos nomes mais renomados acerca dos estudos medievais. Para o autor francês, as instituições, culturas e mentalidades eram representadas por estruturas de longa duração, uma vez que permanecem arraigadas no seio das sociedades por longos períodos de tempo. Tal reflexão é corroborada pelo pensamento da influente medievalista brasileira Fátima Regina Fernandes (2000), que afirma que, apesar da ideia contemporânea de que a Idade Média corresponde a um período de imutabilidade, na realidade há a interseção de "forças dinâmica e conservadoras" daquela mesma sociedade.

As forças apontadas por Fernandes (2000) podem ser representadas, respectivamente, pela interação com avanços tecnológicos de um mundo em fulgor, dando a ver novos limites do conhecimento geográfico trazidos pelas navegações, seus consequentes desenvolvimentos técnicos, ciclos econômicos e demais aspectos desse espírito moderno enquanto permaneciam presos hermeticamente a ideias e valores representados pelas estruturas de mentalidades da longa Idade Média.

2.4 A preservação das memórias através da Tomada de Ceuta por el rey D. João I

A fonte central para o desenvolvimento desta dissertação é a *Crónica da Tomada de Ceuta por el rey D. João I* (1450), escrita por Gomes Eannes de Zurara. Essa crônica inicia-se em um processo de composição que começou a tomar forma apenas 34 anos após o êxito na campanha sobre a praça marroquina, mais precisamente, em 1449. O processo de criação pelas penas de Gomes Eannes de Zurara durou meses até o término da obra, datada de 25 de março de 1450, na cidade de Silves, como atestado por Pereira (1915, p. XXI).

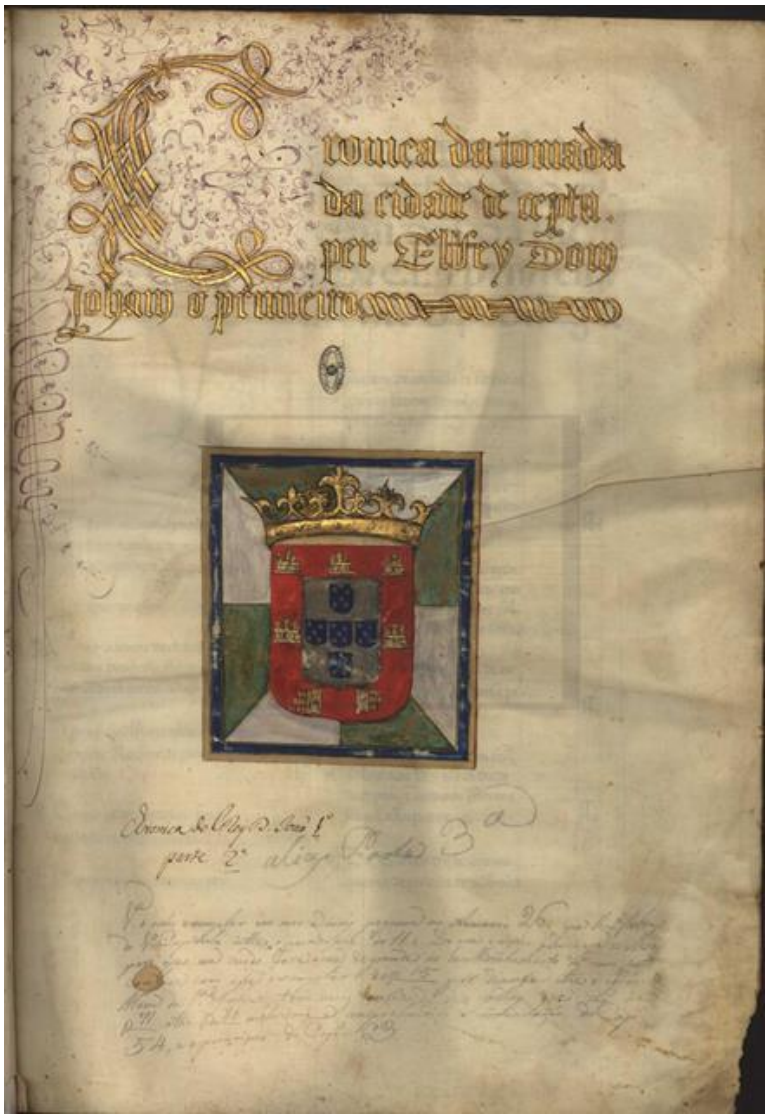

Figura 4 – Frontispício da *Crónica da tomada de Ceuta por D. João I*, por Gomes Eanes de Zurara.
Fonte: Portugal, Torre do Tombo, Crónicas n.º 9.

Esse longo período entre a campanha lusa e o início da escrita da crônica é digno de nota, uma vez que os eventos ocorreram em 1415 e, passados 39 anos, ainda não haviam sido

registrados os acontecimentos em Ceuta. Dessa forma, apenas durante o reinado de D. Afonso V (1438-1481), neto de D. João I, que houve a encomenda para iniciar os escritos. É informado logo nas páginas iniciais da crônica a preocupação em preservar as memórias – que com o passar do tempo poderiam se perder – dos notáveis feitos de D. João I que não haviam sido completamente transcritas em papel. Nas palavras do cronista:

> *E por quanto o muy alto e muy exçelente prinçipe e senhor elRey Dom Affonso o quinto ao tempo que primeiramente começou de gouernar seus rregnos soube como os feitos de seu auoo ficauam por acabar. consirando como o tempo escorregaua cada vez mais. e que tardando de serem escritos poderiam as pessoas que alij forom faleçer. per cuja rrezam se perderia a memoria de tam notauees cousas. porem mandou a mim Gomez Eannes de Zurara seu criado que me trabalhasse de as ajuntar e escreuer per tal guisa que ao tempo que se ouuessem de ordenar em caronica fossem achadas sem falleçimento* (Zurara, 1915, p. 16).

É relevante mencionar que, seu antecessor, Fernão Lopes, havia iniciado a escrita da crônica de D. João I (1443), porém, devido a sua idade já avançada, não as finalizou. Portanto, alguns estudos apontam que Lopes escreveu a primeira e a segunda parte, enquanto Zurara teria sido encarregado por finalizar a crônica sobre os feitos do mestre de Avis, sobretudo ao preservar na memória portuguesa um dos mais importantes momentos dos anos finais de seu reinado: os preparativos e a conquista da praça marroquina.

Para discutirmos as noções inveteradas no conceito de "memória", José D'Assunção Barros (2000), em seu artigo "Memória e história: uma discussão conceitual", lança bases para uma clara compreensão. O autor aponta que por muito tempo essa ideia era utilizada para caracterizar um "depósito de dados ou a atualização dos vestígios", e que, consequentemente, poderia resultar em uma produção "estática e imprecisa, parcial e distorcida, passiva e não criadora" (p. 318). Portanto, o tempo em que Zurara foi solicitado, refletiu a maneira como a memória era vista, sendo algo fixo e pouco confiável para a historiografia tradicional.

Na continuidade, Barros (2000) aponta como essa memória pode ser perpetuada através da linguagem, seja ela escrita ou falada. A partir dessa possibilidade de ser comunicada e, consequentemente socializada entre diferentes indivíduos e grupos sociais, origina-se o que conhecemos como memórias coletivas. Barros explica que essa memória, fundamentada a partir de diversos indivíduos e grupos, não se limita apenas a preservar atas de acontecimentos por eles vivenciados, mas também a própria construção de referenciais sobre o passado e presente à maneira como eram observados pelos membros desses grupos, utilizando como respaldo suas tradições e culturas. Isso significa, pois, que diferente daquela visão estática, a memória é

dinâmica e fluida, capaz de refletir e adaptar-se às transformações do grupo que a produz. Sendo algo dinâmico, a memória coletiva não apresenta unicidade, mas uma gama de memórias que refletem as mentalidades, perspectivas e visões de mundo que cada grupo social de determinado período possui (Barros, 2000). Ou seja, a própria memória de um acontecimento, como a conquista de Ceuta ou de outro período específico, não é algo fixo entre diferentes grupos, cada qual cria e preserva suas próprias memórias, narrativas e interpretações.

Estamos diante das interpretações e intencionalidades promovidas a partir de um grupo específico a respeito dos feitos de D. João I, a realeza. Zurara, como responsável por transcrever essas memórias ao papel, contribui para a formação de uma memória coletiva específica portuguesa através de suas crônicas. A realeza, então, temerosa de que as lembranças e as memórias se perdessem, conclui que seria necessário registrá-las. Este ponto é fundamental na interpretação e estudo da obra zurariana.

A duração da memória é um tema de longa discussão no contexto da história (Zumthor, 2001), embora atualmente ela não excederia duas ou três gerações. O autor aponta que segundo os estudos de Guénée a partir de testemunhos medievais, esse limite seria de um século no máximo. É por isso que Zurara depende de forma quase integral dos testemunhos orais de D. Henrique, como já mencionado anteriormente, uma vez que parte dos demais presentes já havia falecido e as lembranças já começavam a se perder.

O cronista argumenta que: "*Ca os velhos per natureza per rrezam do esfriamento do sangue perdem muitas cousas que na mançebia aprenderam.*" (p. 12). Assim, os nobres homens que teriam acompanhado o monarca D. João I nas aventuras em Marrocos já começavam a enfrentar o processo de esquecimento, portanto, sua escrita se fez ainda mais necessária: "*E desy os grandes trabalhos em que aquelles velhos andaram com elRey em todo o outro tempo passado foy grande azo de se nam lembrarem de todo compridamente*." (p. 12).

Ao contextualizar a preocupação de D. Afonso V e Zurara aplicando as noções de Barros (2000), podemos afirmar que a história e a memória se unem sob a forma de memórias históricas justamente para cumprir a função de

> quando a memória viva de determinados processos e acontecimentos começa a se dissolver através do desaparecimento natural das gerações que os vivenciaram, começa a se tornar ainda mais necessário um movimento de registro dessas memórias (Barros, 2000, p. 331).

Vemos que o próprio cronista direciona a ênfase de sua produção à escrita da história como o mais eficaz "remédio para a memória" dos homens, e que desse modo seria um poderoso

mecanismo na luta contra os efeitos do esquecimento (Guimarães; Moreira, 2021b, p. 334). Por conta disso, é possível notar através da mentalidade do cronista que, se há limites plausíveis para o esquecimento, logo existem limites para o alcance das lembranças.

Assim sendo, no capítulo CIV da Crônica de Ceuta, cujo próprio título é "*Como ho autor mostra que todallas cousas deste mundo falleçem, ssenam a escpritura*." (1915, p. 271), o cronista destaca que não fosse pelo monarca, tudo teria caído em direção ao esquecimento; o que significa seu reconhecimento quanto a escrita da história desempenhar papel crucial na manutenção e preservação das lembranças individuais e coletivas.

Ao relacionar o esquecimento à morte, Zurara demonstra que a escrita da história desempenha papel fundamental na preservação da memória como forma de vida. Para ele, a crônica seria uma "memória-vida" que recupera os indivíduos do "esquecimento-morte". Essa perspectiva é responsável pela ideia de que a escrita não tem como função apenas o registro de eventos passados, e sim atua como antídoto contra a mortalidade da memória, conferindo que "cá morrer para viver é bem-aventurada cousa" (Zurara, 1992, pp. 292-294 apud Guimarães; Moreira, 2021b, p. 349).

Ao tratar do conceito de memória como contrário ao esquecimento através das crônicas medievais, Lima (2017) aponta que, da mesma forma que a manutenção de uma memória se faz importante para determinado grupo social, também há a preocupação sobre o que deve ser esquecido. Encontramos na crônica de Zurara, passagens que demonstram o florescimento de um espírito renascentista, como quando toma para si a liberdade de falar por Alexandre, o Grande, o ilustre rei da Macedônia que muito contente ficaria de trocar toda sua prosperidade e riqueza pela oportunidade de possuir ao seu lado um autor tão elevado e sublime quanto Homero foi para Aquiles na composição do épico *Ilíada*. Ao traçar tais comparações e exemplos, ficam explícitos os desígnios do cronista: colocar Portugal e suas personagens (e por que não a si mesmo?) ao lado dos grandes nomes do passado através de exaltações absolutas.

De igual forma, Zurara especula que, se hipoteticamente fosse perguntado a um soldado romano qual seria o seu maior desejo e aspiração, ele prontamente responderia: a certeza de que, após sua morte, suas realizações fossem perpetuadas e preservadas na memória por meio de registros escritos.

Esses exemplos listados pelo cronista português ilustram a crença e percepção de que a durabilidade da fama, memória e influência estavam intimamente ligadas aos registros produzidos pela escrita. Nesse sentido, se considerarmos Gomes como alguém cuja atribuição era a preservação da memória, entenderemos que a importância de seus feitos também é significativa.

Aqui não só novos traços da cultura e saberes históricos são demonstrados por Zurara, mas ao fazer essa afirmação, ele destaca a importância de que os grandes reis e nomes têm de contar com um prestigiado autor para registrar suas proezas. Essa incumbência destinada a Zurara não se limitava a uma mera tarefa burocrática. Para D. Afonso V e toda sua descendência, ela representava uma missão de suma importância na legitimação da expansão e da ocupação lusa na região do Magrebe. Além disso, a formulação da obra zurariana também buscava enaltecer as virtudes dos idealizadores de tão grandiosa empreitada frente aos inimigos da fé, tornando-os exemplos inspiradores para os futuros nobres e príncipes em virtude da manutenção da memória.

O cronista recebeu a responsabilidade de registrar as motivações subjacentes e a atmosfera na qual a conquista de D. João I esteve inserida. A atribuição de Zurara para essa tarefa ressoa com a confiança depositada por D. Afonso V em seu conhecimento e habilidades como escritor e historiador. Esse período ganhou destaque histórico na medida em que marcava o início dos preparativos expansionistas portugueses. A partir desse ato, a tomada de Ceuta, no ano 1415, Zurara delimita seu objeto de estudo, consagrando-a como o feito mais notável do último estágio da vida de D. João I e atraindo para si o prestígio de ser considerado o primeiro cronista das conquistas de Além-Mar portuguesa, como aponta Hernani Cidade (1964), renomado historiador português da obra *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina: Séculos XV e XVI*.

Embora Fernão Lopes fosse o cronista real que antecedeu Zurara e era responsável por registrar os feitos de D. João I por praticamente todo o seu reinado, desde o momento em que ascendeu ao trono em 1385 até o estabelecimento da paz com Castela em 1411, no momento em que D. Afonso V solicitou a escrita da crônica, Fernão Lopes já se encontrava em um estágio avançado de idade, o que o impossibilitou de prosseguir na tarefa. Nesse contexto, o então bibliotecário Gomes Eannes de Zurara assumiu a responsabilidade de retratar as memórias dos feitos do rei D. João I a partir do ponto de interrupção de Fernão Lopes que, devido à idade avançada, já não conseguia dar continuidade às investigações e produções cronísticas. Sucedendo-lhe então com a tarefa de finalizar a Crônica de D. João I que Fernão a deixara inacabada, é que Zurara entra em cena.

Notamos semelhanças entre a produção de Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara. Teófilo Braga (2005, p. 383), em sua obra que discorre sobre a história da literatura portuguesa, destaca que ambos buscavam impressões locais dos acontecimentos, conferindo uma perspectiva *in loco*. Tal comparação pode ser estipulada por conta das constantes viagens empreendidas pelo primeiro cronista em busca de registros nos tabelionatos de diferentes

conselhos. Com o paralelo de Zurara que, apesar de já não precisar realizar essas buscas, se dispôs a visitar a Costa da África para produzir a crônica de D. Pedro de Meneses.

De acordo com Cidade (1964), essa afinidade pode ser encontrada principalmente na maneira como os episódios são escritos, buscando, com as palavras, “animar de vida a narrativa, reconstituir espetáculos pela pormenorização do movimento e do colorido”. Tal feito pode ser observado em trechos onde Zurara refere-se de modo meticuloso e acurado sobre a chegada das naus a Lisboa, oriundas de uma inspeção disfarçada das condições de defesa de Ceuta. Essa habilidade do cronista em apresentar com detalhes esses acontecimentos resulta em uma representação visual rica, proporcionando à obra um caráter imersivo do momento retratado e, consequentemente, um importante valor para a análise historiográfica. Por meio de sua descrição, podemos constatar como, a partir da visão do cronista, era retratada a grandiosidade dessas embarcações. As galés receberam atenção especial nas descrições, sobre como eram cuidadosamente adornadas e protegidas, refletindo o simbolismo inerente ao ato de se preparar e empreender uma expedição dessa natureza.

Outro ponto sobre a obra mencionado por Cidade (1964) diz respeito ao cronista contextualizar a cena na esfera temporal e espacial, como por exemplo, o destaque dado ao fato de que esse acontecimento ocorreu durante um domingo, quando a cidade se encontrava em um estado de quietude por conta desse dia consagrado. A menção às missas, por sua vez, sugere um elemento de religiosidade ritualístico, reforçando a atmosfera repleta de significado cultural e social que envolve a partida das naus.

Estas descrições contribuíram para o imaginário de como foi realizado o embarque das tropas. Temos como exemplo a obra do artista plástico português Martins Barata, que se baseou nas descrições zurarianas para a composição de seu trabalho:

Figura 5 – Partida da Armada do Infante D. Henrique para a Conquista de Ceuta (1415). *Frescos, 5.75 x 9.40. Fonte: Martins Barata, 1961. Palácio de Justiça do Porto.

Em suas obras e seus estudos, notamos como o pintor português preocupava-se com o aspecto artístico, bem como com a própria veracidade histórica do que registrava. Daí surgiu seu interesse por produções que representassem a história portuguesa, contendo diversas outras obras sobre a temática. Na referida obra *Partida da Armada do Infante D. Henrique para a Conquista de Ceuta (1415),* embora haja uma preocupação em manter-se fidedigno às descrições de Zurara, podemos identificar aspectos e características comuns em obras que buscam glorificar e engrandecer algum feito ou momento da história de sua nação. Somado a isso, a própria produção da obra ocorreu em 1961, em plena ditadura do Estado Novo Salazarista; assim, a representação empregada por Barata segue os modelos da construção vitoriosa de Portugal.

Como discutido anteriormente no capítulo 1.1, no qual apontamos questões metodológicas e semióticas na análise de iconografias, essas simbologias se apresentam no esplendor das forças navais e marítimas – representada, à esquerda, conciliada a força militar e sob a forma de marcha ou desfile à direita. A quantidade de bandeiras e brasões que simbolizam a heráldica portuguesa, a presença no centro da obra da figura de D. Henrique montado em cavalo branco, o predomínio de cores azuis e douradas que enriquecem a composição concedem ares épicos à jornada.

Entretanto, apesar das afinidades entre as produções de Zurara e Fernão Lopes – práticas comuns, como aponta Michelan (2009), já que o "cronista compilador", como é chamado pela autora, utiliza noções e opiniões de seu antecessor – podemos vislumbrar notáveis divergências que delineiam as características distintivas de suas abordagens históricas. No entendimento de Saraiva e Lopes (1996), talvez o ponto mais marcante seja a substituição da crônica de um povo (produzida por Fernão), para uma espécie de panegírico das altas personalidades da nobreza e da corte, sobretudo D. Henrique, em que parte significativa das movimentações dos Descobrimentos é creditada ao Navegador.

Ao abordar essas questões, Eannes, além de oferecer um relato factual, também busca fornecer uma reconstrução imersiva desse momento histórico. Sua habilidade em pintar uma imagem detalhada permite aos leitores obter uma compreensão mais completa dos eventos ocorridos, da atmosfera, do simbolismo e das sensações que permearam esse acontecimento significativo.

Para Pereira (1915, p. V), essa crônica dos eventos ocorridos em 21 de agosto de 1415 "é a mais circunstanciada e verídica que se conhece e dela provêm todas as memórias e notícias, que foram escritas pelos autores posteriores. Esta crônica é a epopeia da primeira empresa cometida pelos Portugueses além-mar". Sobre isso, a autora acrescenta,

> As crónicas compostas por Gomes Eannes de Zurara são do maior valor histórico; em primeiro lugar o seu autor foi contemporâneo dos acontecimentos, que nelas se referem; e as pessoas que o informaram, e cujo testemunho invoca, são as mais autorizadas pela sua elevada posição social, por terem tomado parte nos mesmos acontecimentos, assistido a eles, ou pelo menos por terem residido nos lugares em que eles se passaram. Na sua narração parece ter sido inspirado somente pelo amor da verdade, não se movendo por nenhum respeito humano, nem por mesquinhas emulações; e tão verdadeiro é, que parece ter preferido deixar incompleta a narração dos acontecimentos, do que referi-los sem ter exata informação de testemunhas de vista. Posto que confesse um ilimitado respeito pela autoridade real, a sua crítica dos fatos é imparcial e justa; descreve os heróis com as eminentes qualidades que os distinguiram, mas sem encobrir as suas fraquezas humanas (p. LXX).

A fim de concluir as considerações sobre os conceitos de memória, memória histórica, história e historiografia, temos as considerações de Barros (2000). O autor enfatiza a importância de distinguir cada um desses termos para entender efetivamente como eles contribuem para a identidade do grupo que os produz. Ou seja, enquanto a memória histórica, produzida por Zurara com o objetivo de preservar os acontecimentos em Marrocos era partilhada entre todos os indivíduos do grupo, sendo assim esquemática e independente; a

historiografia caracteriza a ciência que estuda a própria produção histórica, as maneiras como ela são escritas e seus contextos. A distinção entre história e memória, para Barros, reside na forma como os grupos são examinados: a memória é produzida a partir de uma visão interna do próprio grupo de indivíduos, enquanto a história os examina com certo distanciamento, dando a ver uma análise mais ampla e abrangente.

2.5 Trabalhos Secundários

Na continuidade da produção literária de Gomes Eannes de Zurara, temos outras três crônicas intituladas: *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, datada de 1453; *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes*, 1463; e *Crônica do Conde D. Duarte de Menezes*, datada de 1468. Na obra sobre os feitos realizados na costa ocidental da África, devemos fazer as devidas retificações de que a região correspondente à Guiné, para Gomes Eannes, não condiz com o conceito geográfico atual. Em verdade, para o autor tratava-se de toda a margem de terra africana ao sul do Cabo do Bojador, estabelecendo um sentido de continuidade nas movimentações realizadas na região do Magrebe, como observado na figura 6. Nesta, compreendemos o momento histórico iniciado a partir da passagem do Cabo Bojador por Gil Eanes, em 1434, até o início do reinado de D. Afonso V, em 1449.

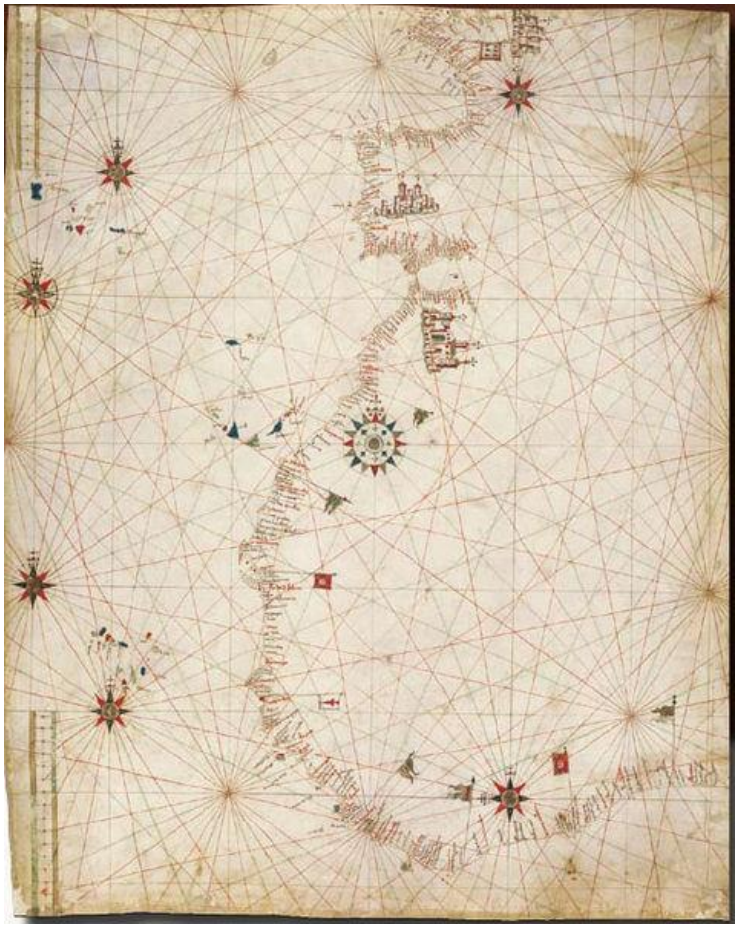

Figura 6 – Carta rumada portuguesa de 1471.
Fonte: Autor anônimo.
Nota: Representação da costa Ibérica e norte africana para além do Cabo do Bojador até o Golfo da Guiné.

Os objetivos de Zurara ao compor essa crônica eram o de registrar e arquivar as memórias das conquistas e expedições portuguesas sob as ordens do Infante D. Henrique. Uma vez que, nas palavras de Dinis (1949), a própria composição do subtítulo *todollos feitos notauees que se passarom na conquista de Guinee. Per mandado [...] Jffante dom Henrique*, reflete uma gama de fatores concomitantes, sendo eles: o destaque empreendido aos "feitos notáveis" de cavalaria, desconsiderando qualquer outro, aos olhos do cronista, de menor importância, sobretudo comercial; na limitação temporal do autor de representar apenas os acontecimentos correspondentes ao período henriquino e, por fim, as ordenações do Infante e a execução de seus homens e cavaleiros, predominantemente da Ordem de Cristo.

Entretanto, digno de nota é que, apesar da proposta de Zurara limitar-se às ações executadas por mando de D. Henrique, é possível encontrar trechos que denotam a cooperação da Casa de el-rei e do Regente D. Pedro com as feitorias. Segundo algumas historiografias, é possível identificar nessa crônica alguns vestígios da composição de uma obra cujo caráter retrataria as proezas do Infante D. Henrique sob a forma de um panegírico.

As duas obras subsequentes são as *Crônicas do Conde D. Pedro de Meneses* (c. 1370-1437) e do *Conde D. Duarte de Meneses* (1414-1464) que, junto da *Crônica da Tomada de Ceuta por el-rey D. João I,* formam a chamada "trilogia de Marrocos". Essas obras produzidas por Zurara retratam os eventos ocorridos na praça de Ceuta, desde sua capitulação em 1415, retratada pela crônica do monarca, até a preservação e gestão da praça durante a capitania de seus dois primeiros governantes, D. Pedro e seu filho D. Duarte.

Tanto a composição destinada a concluir a Crônica Real de D. João I quanto as que conferem os feitos aos capitães de Ceuta foram encomendadas pelo rei D. Afonso V. Essas encomendas de certo modo atrasaram a continuidade da produção da crônica geral do reino, uma vez que a crônica do monarca D. Duarte só viria a ser produzida pelo sucessor de Zurara, Rui de Pina. Todavia, fica clara a preocupação monárquica: destacar a valorização dos feitos honrosos de cavalaria, mesmo que protagonizados por homens não pertencentes à linhagem real e de caráter puramente senhorial.

Referente ao primeiro governador, D. Pedro de Meneses, Gomes Eannes de Zurara possivelmente iniciou seus escritos em 1458, tendo como data de término 1464. Esse período compreende os sucessos ocorridos em Ceuta desde o momento de sua conquista pelos portugueses em 1415 até o ano de falecimento de seu primeiro capitão, em 1437. O escritor já demonstrava interesse de empreender viagem ao Magrebe para vivenciar e poder apurar a verdade, entretanto, o monarca D. Afonso V não permitiu sua ida, alegando que teria encargos a realizar no reino em seus outros cargos.

A respeito da obra propriamente dita, Dinis (1949) aponta algumas características, como a presença de expressões "diz o autor", que poderia indicar acréscimos ou retoques de outros copistas posteriores a sua publicação. Na produção destinada ao segundo capitão, D. Duarte de Meneses, o cronista então obteve permissão real para ir a Marrocos em agosto de 1467, onde permaneceu até agosto do ano seguinte. Durante sua estadia, Zurara pôde presenciar Ceuta *in loco,* entrevistou fontes através de seus conterrâneos e obteve precisas informações etnográficas, geográficas e históricas. Embora não haja informações sobre a data do término, acredita-se que Zurara tenha realizado a viagem após seu regresso à Portugal.

A temática da obra aborda os acontecimentos desde o assalto à Alcácer por D. Afonso V, em 1458, até a data do falecimento do capitão, em 1464. Como características encontradas em demais escritos, Zurara também direciona sua pena ao registro dos feitos dos homens bons, mostrando-se desinteressado com qualquer questão envolvendo as arraias miúdas.

Dessa forma, ambas obras destinadas aos dois primeiros governantes da praça marroquina apresentam um caráter "híbrido", a partir do qual é possível encontrar a mescla

entre a biografia dos fidalgos e capitães com o relato da prática das escaramuças, cercos, combates e cavalgadas dos portugueses em torno de Ceuta e Alcácer Ceguer (Aguiar, 2018).

Feitas essas considerações, torna-se evidente a presença dos elementos cavaleirescos na moldagem do espírito e do perfil do homem, quer pertençam à família real ou à alguma linhagem nobre, conforme retratado pelo cronista através de sua pena. Essas obras não registram apenas os feitos notáveis dos capitães de Ceuta, mas moldam a própria percepção da nobreza e da sociedade portuguesa em relação às suas virtudes e valores.

CAPÍTULO 03 – O papel de Zurara na constituição da nobreza diante da expansão

Uma vez delimitados aspectos metodológicos e teóricos a respeito da construção de uma crônica tardo-medieval, esse capítulo explora as semelhanças entre a produção literária com outros elementos significativos no período. A crônica de Gomes Eannes de Zurara está inserida em um contexto de ascensão de uma nova dinastia no trono português. Alinhado aos interesses da coroa, o autor busca representar, em suas páginas, a expansão lusitana na costa Norte da África como uma forma de glorificar e legitimar a Casa de Avis como realizadora de grandes feitos, além de justificar a continuidade das conquistas.

É possível perceber, então, como a obra de Zurara se assemelha a outro gênero literário que floresceu na Europa durante a Idade Média e perdurou pelos séculos seguintes: o Espelho de Príncipes. Esses tratados tinham um cunho didático, com o objetivo de ensinar e orientar os governantes através dos exemplos de grandes líderes. Assim, é possível examinar a figura dos membros da nova dinastia como valorosa e honrada entre os homens e, sobretudo, como uma figura a ser seguida pela sua fé. A aliança entre a coroa e o poder religioso mostra-se como um tema recorrente na literatura desse período, e as crônicas desempenharam papel fundamental na construção e perpetuação dessa imagem.

3.1 Da crise dinástica aos fundamentos do expansionismo português

O mundo europeu e, mais especificamente Portugal, durante o século XV até pelo menos a primeira metade do século XVI, encontrava-se mergulhado em permanências e continuidades culturais de tradições e mentalidades mantidas da Idade Média (Cidade, 1964). Apesar dessas observações de Cidade, devemos pontuar que nesse contexto, o Reino de Portugal encontrava-se inserido numa crise de sucessão política e, portanto, as tensões entre as tradições medievais e novas perspectivas emergentes encontram um lugar singular.

Portanto, para abordarmos e definirmos sobre o início da expansão portuguesa, suas políticas, ideias e fundamentos, precisamos recuar ao contexto de ascensão da dinastia de Avis e como essa linhagem utilizaria essas tradições medievais para se afirmar no trono. E ainda, como essas mentalidades passaram a dialogar com os novos princípios que se manifestavam frentes a uma nova era que começava a surgir no horizonte.

Apesar de não ser o cerne da obra *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, de António José Saraiva (1988), na terceira parte do livro o autor discute de forma primorosa tópicos culturais portugueses do final do século XIV. Um desses itens refere-se aos contextos

da ascensão da dinastia de Avis. A fim de compreender a necessidade legitimadora nas obras dos primeiros cronistas, realizaremos um breve recuo histórico.

Saraiva (1988) argumenta que o referido momento representa uma "dança dinástica", marcada por um "golpe de estado" seguido por uma insurreição popular que culminou nas decisivas Cortes de Coimbra de 1385. Os conturbados anos que antecederam essas Cortes e a nomeação de D. João I, da casa de Avis ao trono luso, iniciaram-se após a morte de D. Fernando (1367-1383), uma vez que o reino português se encontrava numa situação de inexistência de um herdeiro varão para dar continuidade à linha sucessória pelo trono. Entretanto, *o Formoso* deixou uma filha, a princesa Beatriz, que para amenizar as constantes guerras fernandinas com Castela, a prometeu ao rei castelhano D. João de Castela (1379-1390).

Enquanto a infanta ainda não atingia a maioridade, sua mãe e rainha viúva D. Leonor Teles, foi designada à regência. No entanto, a situação como um todo já demonstrava um clima de forte animosidade entre os interesses promovidos pelo estandarte castelhano de reivindicar o trono português, e a facção contrária aos interesses castelhanos, que por sua vez, buscava a manutenção da coroa portuguesa por portugueses e, na sua posição de meio-irmão ilegítimo do falecido D. Fernando, veem na imagem do então mestre de Avis, D. João I, o representante ideal.

Isso reflete a tese de Saraiva de que parte do apoio popular recebido pelo rei, até então ilegítimo, surgiu dos habitantes locais em recusar que um senhor de outra nacionalidade e etnia os governassem. Assim, optaram pelo que era visto como um líder "natural", intitulado pelo autor como direito de naturalidade ou direito nacional. Sobre essa questão, Fernandes (2018) explica as dinâmicas e mecanismos que regiam as ideias de apoio popular e de naturalidade. Para a autora, não significa necessariamente uma nova nobreza que assume posições de prestígio na corte portuguesa, e sim as consequências da própria proximidade entre os dois reinos. A primeira linhagem nas linhas sucessórias portuguesa – portanto, legítima e herdeira – contava com estreitos laços familiares com famílias castelhanas. Logo, pensando na perpetuação de direitos e regalias, optou-se pelo apoio ao contestador ao trono castelhano, "afinal, a conservação do status quo estimulava nobres portugueses de alta estirpe a buscar a reconstrução da estabilidade mesmo que ao preço de uma dominação externa" (p. 116). Enquanto àquela parcela da nobreza afastada das graças da legitimidade e dos direitos que isso implicava [ou seja, filhos segundos e ilegítimos], "têm mais a perder com a manutenção do status quo dos cabeças de linhagem do que com a ascensão de um bastardo ao trono" (Fernandes, 2000, p. 115).

Por outro ângulo, o malabarismo realizado para justificar a escolha D. João como rei envolveu uma delicada ponderação entre o direito dinástico e suas várias regras tradicionais de sucessão contra uma ideia nova, de um direito emergente ainda não legitimado. Nesse contexto, surgiu João das Regras como uma importante figura. Durante o período joanino, atuou como chanceler, desempenhando um papel crucial durante as chamadas Cortes de Coimbra. O jurisprudente advogou na causa do Mestre de Avis, negando a validade das pretensões de seus rivais. Sua atuação foi fundamental para a eleição de D. João I como Defensor e Regedor do Reino, o que posteriormente possibilitou sua coroação como Rei de Portugal (Olavo, 1941).

Figura 7 – Coroação do Mestre de Avis, D. João I, a partir de iluminura reproduzida das crônicas de Froissart.
Fonte: Peres, 1937, p. 120.

Podemos dizer, então, que a lógica por trás da sucessão régia, mantida e ampliada por toda a Idade Média, havia sido rompida com a eleição do Mestre de Avis, mas, com as

intervenções dos juristas, os termos podiam ser ajustados. Para além disso, Fernandes (2018, p. 85) propõe a existência de uma "formalização" nessa ruptura dinástica, e complementa que "o seu defeito de nascimento seria deixado em segunda instância e o critério primordial de escolha de um rei português quando falecesse o critério de legitimidade de sangue seguiria sendo este da defesa do reino" (p. 122).

De modo sucinto, essas foram as conjunturas responsáveis pelo estabelecimento da segunda dinastia portuguesa, liderada por D. João de Avis. Essas questões de cunho político e dinástico demonstram a complexidade do momento vivido em Portugal e a evidente necessidade de uma nova linhagem de Avis, num primeiro momento, em tentar consolidar a legitimidade frente às controvérsias políticas.

Neste contexto, a obra de Fernão Lopes, embora frequentemente evocada nesta dissertação como meio de contextualização e suporte às demais discussões empreendidas, assumiu um papel de relevância ímpar na legitimação da nova dinastia; especialmente na edificação da memória coletiva de um povo, unido pela identidade portuguesa vinculada à terra e personificada pela casa de Avis ante às intenções usurpadoras estrangeiras.

Após assegurar a independência do Reino Português em relação a Castela, por meio da batalha de Aljubarrota em 1385 e o fim da crise dinástica, foi iniciada uma política de alargamento das fronteiras reais com o propósito de garantir a segurança do território luso, como indicado por António Dias Farinha (1999, p. 3).

Figura 8 – Batalha de Aljubarrota

Fonte: *Chronique d'Angleterre*, de Jean de Wavrin. British Museum, Londres.

Sabemos que as fronteiras portuguesas estão entre as mais antigas da Europa. De acordo com Farinha, naquele momento já imperavam as ideias de que fazer guerra entre os Estados Cristãos vizinhos não era uma opção. Tal mentalidade também pode ser encontrada na produção cronística zurariana:

> *E amaua a o proximo em quanto se doya de qualquer danno que lhe viesse. ca posto que aquellas vitorias ouuesse contra elles sempre os rrequeria e amoestaua que toda via ouuessem paaz. E esto era forte cousa. que elle que auia de seer rrequerido por ella a dous fins. o primeiro por que lhe pesaua de seu danno em quanto eram christaãos. e o segundo por que guerreando com elles nam podia auer lugar pera seruir a Deos como deseiaua* (Zurara, 1915, p. 16).

A expansão geográfica em direção às ilhas atlânticas, mudando o escopo para fora do continente europeu, também não era uma possibilidade viável durante o início do século XV. A escassez de informações concretas sobre essas terras, aliada à prevalência de explicações místicas e pouco confiáveis, contribuía para inviabilizar qualquer empreendimento colonial nessa direção. Como observado por Claude Kappler (1994), as ilhas assumem um caráter peculiar para a mentalidade destes homens, sendo encaradas como universos autônomos, dobradas sobre si mesmas, envoltas em mistério e desprendidas das leis ordinárias. Nesse sentido, as ilhas se configuram como espaços onde o maravilhoso e o desconhecido são intrínsecos, regidos por uma lógica própria mensurada pelas normas comuns.

Por conta de tal percepção, a autora afirma que para os geógrafos, cartógrafos e estudiosos no geral, não existia uma preocupação em "fixar a posição e a denominação de lugares" (Kappler, 1994, p. 26), que seriam, por sua essência, dominados pelo fabuloso e fantástico. Assim, ela aponta que para além da península de Cádiz, situada na região de Andaluzia, na mentalidade medieval imaginavam-se a existência das chamadas Ilhas Afortunadas[7], a Ilha de São Brandão[8] e demais ilhas místicas que haviam algum relato produzido, mas que não era possível encontrá-las de novo, por isso assumiam um caráter imaginativo sobre suas localidades e a própria existência.

[7] Receberam esse nome pela crença dos antigos gregos de que aquele era o lugar onde acomodavam-se os Campos Elísios. Hoje, alguns estudos relacionam o mito dessas Ilhas Afortunadas com as ilhas de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde.

[8] O mito desta Ilha remonta ao século X, quando foi publicada a obra *Navigatio Sancti Brandani*, relatando a viagem do santo irlandês Brandão e seus monges em busca de terras e ilhas mágicas. (Nadler, 2002).

Estas ilhas eram frequentemente mencionadas em relatos de viajantes e textos medievais, mas nunca foram localizadas geograficamente. Portanto, assumiam um caráter imaginativo tanto sobre suas localizações, existência quanto sobre o que nelas existia. Essas narrativas exemplificam como a geografia medieval mesclava fatos com elementos presentes no imaginário coletivo.

Restando como opção apenas os inimigos milenares da cristandade, os Muçulmanos, que constituíam os reinos de Granada e de Fez. Ao lançar guerra contra Ceuta, a corte e monarquia portuguesa visavam – além da expansão de sua zona de controle territorial ao mesmo tempo que promoviam a guerra contra os infiéis – a afirmação da identidade nacional e religiosa. Como ressaltado por Megiani (2002), a ideia da derrota do infiel era um tema recorrente e fundamental enraizado na essência do *ser* português durante o medievo até meados do século XVI.

Zurara (2015) demonstra a preocupação monárquica de reconhecer as guerras passadas contra seus irmãos de fé pelos mais variados motivos e interesses, mas que o escopo deveria, novamente, voltar aos muçulmanos: "*Que posto que elle ouuesse guerra muy justa com seus jmigos a qual era por defensam de sua terra. na qual suas armas muitas vezes forom tintas de sangue. que elle nom entendia dello fazer comprida pendença senom lauando suas maãos no sangue dos jnfiees*" (pp. 8-9).

Essa mentalidade encontra-se permeada nas ações militares e políticas durante o reinado avisino e os anos que se seguiram. A perspectiva de domínio da região contribuiu para alimentar a percepção de uma missão divina através da luta contra os infiéis, tema recorrente que voltou nesse período. Essa ideia encontra destaque no modo como Zurara aborda a questão no capítulo Liij "*Como o meestre pulicou a cruzada, e como per sua autoridade assollueo todos de culpa e pena.*" Neste, o cronista narra as palavras do frei João de Xira momentos antes do desembarque, em que o religioso utilizava de diversas passagens de homens da Igreja na luta contra o infiel para corroborar seu ponto e, por fim, conceder a todos a absolvição de culpa e pena:

> *E porem husamdo de meu offiçio, us rrequeiro e rrogo a todos quamtos aqui presemtes sooes, que comsirees bem em uossas comçiemçias quaaesquer pecados, malles, ou erros, que tenhaaes cometidos, e que peçaaes ao Senhor Deos perdam deles com todo coraçom e uoomtade, e façaaes deles penitemçia, auemdo firme proposito de uos guardar de pecar daqui em diamte* (p. 161).

A esse respeito, Farinha (1999) expõe que fazer guerra contra Granada apresentava maior dificuldade, uma vez que, iniciada no século VIII, a Reconquista na Península Ibérica seguia um padrão meridional, portanto, o golpe final nesse reino era incumbência dos reis de Castela. O cronista busca esclarecer a seus leitores a questão sobre a guerra em Granada: "*por quanto os rreis de Castella tem assi aquelle rregno casi em sogeiçam dizendo que he da sua conquista. que porem nam o deue guerrear nenhuua pessoa sem sua autoridade e mandado*" (p. 23).

Figura 9 – Distância entre os reinos de Portugal para com Granada e Ceuta.
Fonte: Matos, 2015, p. 280

Desse modo, restando apenas o Norte da África, o autor conclui que "ao ocupar Ceuta, Portugal ia tão longe quanto possível na reserva de espaços ao seu ulterior projeto expansionista (Farinha, 1999, p. 4).

Em sua obra *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina*, Cidade (1964) descreve o acontecimento de quando os navegadores de Vasco da Gama atracaram em Calicute e foram questionados sobre a motivação de sua viagem. A resposta foi dada de forma simples e direta: tratava-se da busca por cristãos e especiarias, denotando a finalidade religiosa mesclada com a ganância econômica. O autor nos leva a refletir a respeito do que seria respondido se a mesma

pergunta tivesse sido feita a um dos guerreiros que batalharam sob o estandarte de D. Joao I após capturar a cidade de Ceuta. Segundo o autor, a resposta haveria de ser diferente, porém mantendo o proselitismo cruzadista aliado aos objetivos de ordem nacional e econômica: "Vimos combater o Maometano e procurar para a nossa terra base territorial que lhe garanta a autonomia política, e recursos em ouro e víveres que lhe permitam a independência econômica" (p. 4). Com isso, podemos observar que os ânimos apontados por Cidade apresentam sentido, pois se trata de um período cujas ideias provenientes da estrutura medieval aos poucos começaram a dialogar com as novas perspectivas em efervescência.

Adicionalmente, Duarte (2002) destaca que, pela maneira como a *Crônica da Tomada de Ceuta* foi estruturada, sua cronologia e possíveis alterações e revisões, sugerem que a escrita de Zurara "nos [leva] a ter em consideração os movimentos argumentativos usados para conduzir o leitor à aceitação, à inevitabilidade da presença portuguesa em Marrocos" (p. 209). Todavia, a discussão sobre as reais motivações por trás de uma ação política tão onerosa não pode se limitar apenas a uma ou outra causa. Diversos autores procuram analisar o contexto português no século XV para encontrar outros objetivos responsáveis por impulsionar esses homens a tamanho riscos humanos e econômicos.

Além dos previamente listados, o influente pesquisador português Vitorino Magalhães Godinho (1944), por exemplo, contribui para a discussão ao realizar sua observação a partir de dois escopos intimamente ligados, com o objetivo de explicar outras perspectivas que somaram a essa campanha. O primeiro, mediante o conflito de interesses entre uma nobreza que necessitava manter-se em estado de guerra permanente para legitimar seu poder, mas se encontrava em declínio nos anos finais da Idade Média. Zurara alude sobre a paz alcançada com Castela: "*Outras departições muy contrairas daquestas eram antre os fidalgos mançebos com todollos outros de sua jdade e assi alguus homees que nam tinham outro bem senam esperança do ganho que lhe auia de seer dado por auantagem que fezessem no feito das armas.*"

Isso ocorria em contraste com a classe de comerciantes em plena ascensão com a expansão marítima fomentada, sobretudo pelos lucros do tráfico de especiarias e artigos de luxo provenientes da Ásia e Sudão. Paralelo a isso, a própria fragilidade econômica em um contexto pós Peste Negra, e que ainda refletia suas mazelas na sociedade europeia como um todo, necessitava expandir as zonas de produção cerealíferas, açucareiros e de pescarias, obtenção de escravos para atuar de mão-de-obra nessas áreas, ampliação de variedades das mercadorias a serem comerciadas, e obtenção de ouro e de outros metais (Godinho, 1944).

3.2 O expansionismo português sob a ótica de Zurara

Depois de traçar os panoramas e contextos que moldaram a sociedade portuguesa nos anos anteriores à partida, além de considerar as teses de alguns historiadores que justificam essa missão, avançaremos agora para os longos períodos de preparação e nas maneiras como Zurara caracteriza tal feito.

Temos que os preparativos se iniciaram anos antes. Zurara, em seu escrito, indica o ano de 1409, o que levou longos 6 anos de realização, o que, se traçar um paralelo com a história da Península, denota que esses preparativos do reino português já teriam iniciado antes mesmo do derradeiro tratado de paz com Castela, ocorrido em 1411. Dessa forma, alguns autores consideram esta conta como não muito crível, uma vez que, enquanto Portugal ainda se encontrava num contexto belicoso com Castela, D. João I já estivesse planejando o assalto à Ceuta. Portanto David Lopes (1937, p. 131) na obra História da Expansão Portuguesa no Mundo afirma que, seguramente se ocupava dos preparativos desde 1412, ou seja, “três anos de trabalho assim, afanoso, mostram a existência dum plano e duma vontade.”

Figura 10 – Gravura da praça de Ceuta no séc. XVI
Fonte: Braunius; Hogenberg, 1965, p. 193.

Durante esses anos de preparação, um elemento central promovido pela própria coroa portuguesa era a alta confidência entre todas as camadas da sociedade a respeito dos objetivos da construção de tamanha frota. Entre as cortes europeias, disseminavam-se informações relativas à formação de uma proeminente esquadra no território português, sob a direta égide do monarca D. João I. Os detalhes referentes a seu efetivo, itinerário e outras particularidades sobre seu destino permaneciam enclausurados como um enigma proposto pelo soberano a seus conselheiros e ao núcleo íntimo de confiança, até o ponto de execução, o que, segundo o renomado Jaime Cortesão (1940, p.13), poderia ser entendido como "política de segredo".

O cronista, em alguns trechos de sua obra, evidencia as questões referentes ao sigilo da expedição. Sobre a arraia miúda, responsável por obras na construção de navios, fornaças para cunhagem de moedas e outros labores, ele questiona: "*e posto que cada hu~u em sua parte se*

trabalhasse descolldrinhar aqueste segredo nom auia hij algu~u que çertamente soubese determinar o lugar pera homde aquelle corregimento era." (Zurara, 1915, p. 67).

O cronista volta a realçar a ideia de confidência ao narrar os momentos antecedentes à partida de Portugal, com todos em suas naus. Assim, revela que: "*Muitas uezes falley nos capitullos amte deste, com quamto cuydado e dilligemçia foy sempre guardado o segredo daqueste feito ataa este pomto. que ja a sua rrotura nom podia trazer nehu~u dano. e porem determinou elRey com acordo de seu comsselho de seer ali deuullgado*" (p. 156). E novamente essa preocupação é destacada pelo cronista quando, segundo ele, só é informado aos próprios soldados o escopo de toda a operação nesse mesmo momento: "*Ora homrrados senhores, elRey nosso senhor uos faz a saber, como por todallas rrezoões suso ditas, sua emtemçom he com a graça do Senhor Deos hir sobre a çidade de Cepta, e trabalhar quamto elle poder, polla tornar aa ffe de nosso Senhor Jesu Christo.*" (p. 159)

Somente no ano de 1415, a cristandade europeia foi esclarecida sob a natureza da empreitada real: a tomada da praça de Ceuta, uma entidade autônoma situada ao norte do atual território marroquino, mais precisamente nas imediações do estreito de Gibraltar. A busca por novas terras e rotas marítimas não se desdobrou em um vácuo isolado; em vez disso, essas empreitadas reverberaram em um cenário de competição intensa entre as potências marítimas, cada qual almejando uma parcela da riqueza e prestígio. Entre os segredos minuciosamente protegidos que delinearam essas narrativas, ecoa a assertiva de Cortesão (1940) a respeito de uma "política de sigilo" – um conceito que transcende as eras como testemunho do esforço contínuo em preservar vantagens estratégicas.

Cortesão (1940) busca descrever tais mecanismos de sigilo como algo comum entre os povos marítimos e descobridores. A seu ver, tais princípios se baseavam-se em uma mentalidade estadista defensiva da época, cuja finalidade era empenhar-se em evitar que determinado empreendimento ultra marítimo obtivesse concorrência de reinos vizinhos, buscando assegurá-lo em moldes de monopólio através da manutenção, controle econômico e geográfico. De fato, isso pôde ser observado nessa expedição, já que, devido à proximidade com o reino de Castela, fora constatado o início de uma concorrência entre as potências Ibéricas nessas regiões desde 1436. Portanto, o autor pontua a "necessidade de se acautelar" (p. 17).

Essa necessidade de se acautelar vai ao encontro das discussões postuladas por Cosme (2015). Em sua análise sobre as ações de D. João I no contexto da expedição à Ceuta, ele afirma que os preparativos foram tomados de forma "demorada e sigilosamente", uma vez que haviam diversas hesitações e receios: "as consequências só seriam desastrosas no caso de insucesso, repercutindo-se negativamente na imagem do soberano português" (p. 110). No entanto, por

conta desses temores que sondavam a realização da empreitada, é possível observar como D. João I concebe suas ações políticas de maneira cuidadosamente planejada. Tal como Cortesão (1940) postula em sua teoria sobre a necessidade de ocultar os intentos de possíveis competidores, o monarca toma a decisão estratégica de não enviar embaixadores ao Concílio de Constança em 1415, mesmo ano em que ocorreu a expedição.

Outro momento marcado pela evidente preocupação de mascarar os intentos foi quando, sob ordens de D. João I, são enviadas duas embaixadas aos ducados europeus. Essa estratégia joanina, para além de "justificar" toda a grandiosidade da armada que estava se reunindo em Porto e Lisboa, contou também com o objetivo de inspecionar as defesas, praias, ancoradouros e muralhas de Ceuta sem que levantassem suspeitas entre os mouros e entre os próprios reinos europeus que poderiam ser vistos como concorrentes.

Ambas as embaixadas partiram no ano de 1412. A primeira, chefiada por Fernão Fogaça, em direção ao ducado da Holanda. O pretexto, como aponta Gustavo Magave Dias (2017), era de ameaçar o duque, visto que as mercadorias e os súditos portucalenses estavam sendo roubados pelos holandeses. Para concretizar e dar ares de autenticidade a essa estratégia, Fernão Fogaça, após apontar as queixas do monarca português ao duque holandês frente aos membros do concelho, solicitou uma conversa privada. Nesta conversa, ele revelou a estratégia lusitana. Sobre isso, Vitor Manuel da Silva Viana Pinto (2015), em sua dissertação, faz o seguinte apontamento sobre o duque holandês "ele próprio, por alinhar no complô de desinformação montado, representando muito bem, perante os elementos da embaixada e o seu próprio conselho de notáveis, o papel de ofendido." (p. 53). Ou seja, aceitou com muito agrado participar do plano de D. João I.

A segunda embaixada destinava-se à Sicília, porém, a partir de um diferente pretexto. Foram enviados o prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Camelo, e o capitão do mar Afonso Furtado, para negociar o casamento do infante D. Pedro com a rainha D. Branca:

> *Mas como seja que elles ajam lugar pera jsto poderem ver e saber. sem ser entendida nem sabida a fim por que elles vam. pera a qual cousa tenho vontade de fingir hu~ua fermosa dessimulaçam. e jsto he que quero daar vooz que os enuio com embaxada aa rrainha e Cezilia. a qual ao presente esta veuua e em ponto pera casar* (Zurara, 1915, p. 50).

Nessa "*fermosa dessimulaçam*", fica evidente a continuidade do plano de D. João I, em que ele afirmava saber do interesse da rainha siciliana em firmar matrimônio com o herdeiro direto do trono português, D. Duarte. Assim, ao propor o matrimônio com o Infante D. Pedro, o segundo herdeiro na linha sucessória, o monarca já sabia de antemão que a proposta seria recusada.

Quando os embaixadores regressaram da viagem à Portugal, Zurara (2015) menciona que aquela viagem não teria levantado nenhuma suspeita entre os próprios membros da corte: "*E por quamto todollos outros comsselheiros tijnham que aquelles embaxadores nom foram a outra cousa emuiados soomente por trautar aquelle casamento*". Apenas posteriormente, como ele mesmo denota, D. João I teria se reunido com seus conselheiros em particular para tratar sobre os "*aqueeçimentos de sua uiagem callamdo aqulle primçipall que sse guardaua pera outro mayor segredo*" (p. 55).

A estratégia do rei, ao propor uma negociação matrimonial, não era apenas invenção, pois essas alianças eram fortemente arraigadas na mentalidade da civilização europeia, especialmente na Península Ibérica. Assim, o uso de embaixadas para tal finalidade encontrava nessa longa tradição a justificativa de seu emprego. No entanto, sob a perspectiva de uma jogada política, o verdadeiro propósito das embaixadas era ocultar das forças mouras e de outros reinos europeus a real intenção de observar as forças de defesa de Ceuta, que posteriormente seria sitiada.

O envio de parte de sua frota ao ducado holandês também pode ser visto com certa normalidade. Essa prática, comum nas tradições medievais, refletia a necessidade de manter relações diplomáticas formais entre dois prestigiados reinos, como o caso de Portugal e Holanda. Além de tratar dos interesses mútuos, esse tipo de encontro formal servia para demonstrar poder e influência em casos de declínio às solicitações, uma vez que a grandiosidade da frota servia como uma ameaça implícita, pronta para declarar *casus belli.*

Essas ações faziam parte da complexa rede de estratégias elaborada por D. João I frente aos outros reinos próximos. Promover essas manobras diplomáticas garantia ao reino portucalense que, durante os longos anos de preparação, não fossem levantadas suspeitas nem pelo alvo da expedição, Ceuta, nem entre os vizinhos europeus, os quais poderiam roubar os planos joaninos e sair à frente nas conquistas marroquinas.

Com a finalidade de atingir seu objetivo, o monarca recorreu à uma comunicação de multinível, pela qual empenhou-se em construir uma imagem própria fundamentada em valores sociais e crenças para conquistar a adesão de grupos que ele poderia contar como aliados, além de, concomitantemente, neutralizar outras esferas que representariam possíveis focos de críticas (Cosme, 2015). Junto dessas preocupações, também cabe mencionar que a grandeza de um reino se dava em virtude da inteligência de seus governantes. Portanto, utilizar dessas estratégias cumpria o papel de, novamente, enobrecer o homem por elas responsável, quer seja D. João I.

Em nossa análise, sugerimos que, enquanto esses mecanismos de ocultação operavam nos bastidores, a curiosidade incansável daqueles que observavam e conjecturavam o cenário, proporcionava uma contraparte notável de interesse. Essa dança subtil entre o recôndito e o manifesto, o sigilo e a revelação, forjou as nuances das narrativas de exploração, apresentando-se como uma temática eloquente nas cortes, grupos sociais e refletida na maneira como a crônica foi escrita.

Ora, tal atmosfera de sigilo e mistério já era retratada muito antes de Cortesão postular esse conceito em sua obra *Teoria Geral dos Descobrimentos,* tendo sido apontada por Oliveira Martins em 1891. Ao narrar o início dos processos para realizar a empresa, Martins destacava como a tática e o fato de não revelar demais informações era rigidamente mantida: "O segredo da expedição ia pouco a pouco ampliando-se nem de outro moo podia ser, visto que os preparativos começavam" (Martins, 1891, p. 33).

Por mais que essas estratégias partissem "de cima para baixo", ou seja, como uma decisão tomada pelo rei e sua corte e acatada pela população, podemos encontrar esse espírito de curiosidade e especulações nos mais diferentes planos da sociedade lusa: "A gente velha, passando vagarosamente e comentando o que via, deitava-se a adivinhar o verdadeiro motivo de tanta azafama. O boato de que havia um segredo aguçava a curiosidade, dando cada qual largas à sua imaginação" (Martins, 1891, p. 39).

Por fim, Pinto (2015) estabelece que essas dissimulações e tratativas de segredo representavam mais do que uma mera estratégia retratada pelo cronista. Para o autor, que chama essas práticas adotadas como um "culto do segredo", tratam-se de características centrais e diretamente relacionadas ao êxito da empreitada:

> A expedição a Ceuta é, por tudo isto, paradigma de que o segredo, mais do que a alma do negócio, é a essência da guerra. E, do âmbito da utilização da informação inteligente, fazem parte a dissimulação, a sonegação da informação ao inimigo e as campanhas de contrainformação (p. 103).

Fato é que, por se tratar de uma empresa onerosa e arriscada, era imprescindível o devido planejamento para os feitos. No artigo de Luiz Miguel Duarte (2015), o autor expõe que as reuniões dos concelhos buscavam calcular o número de soldados mobilizáveis dentro e fora do reino, bem como os demais engenhos de guerra como escadas, torres de assalto e mantimentos. Ainda sobre os preparativos, é possível observar a preocupação portuguesa com a armada. Esta deveria, por necessidade, ser numerosa, visto o empenho e os gastos dispostos pela coroa e pela gente do povo em sua confecção e convocação em portos por toda a Europa. O número preciso

não é informado por Zurara, mas Mateus de Pisano, responsável por traduzir e inserir algumas outras informações ao latim, nos informa o número de 242 embarcações, entre naus, galés (Lopes, 1937).

Interessante notar que no opúsculo intitulado “Um aventureiro na empresa de Ceuta”, escrito por Braamcamp Freire (1913) baseado nos escritos de António de La Salle em sua obra *Réconfort de M.me du Fresne*, visualizamos exatamente o mesmo número listado por Mateus de Pisano, o que denota como as escritas do latinista contribuíram na construção da narrativa. No entanto, as contas de Duarte (2015) apontam para um número bem inferior. Segundo o autor, o reino luso contava com 88 navios ao total, tanto de origem portuguesa como provenientes de várias nações. Os alemães e flamengos cederam 18 naus e 4 cocas, que totalizavam impressionantes 4.700 toneladas e 660 marinheiros. Da frota bretã chegaram 4 naus pequenas, totalizando 320 toneladas e mais 80 homens do mar. Representando a bandeira inglesa, aportaram em Portugal 8 naus e 2 barcas, somando 850 toneladas e um contingente de 200 homens. Enquanto a armada portuguesa representava a maioria da frota, contando com 15 galés [embora uma delas não tenha regressado a Portugal com o propósito de defender o porto de Ceuta], além de 28 naus, 3 barcas, 5 galeotes e 1 barinel (Zurara, 2015).

Isso nos leva a uma reflexão importante. Ambas as contas possuem sua credibilidade, uma vez que as 88 embarcações listadas por Luiz Miguel Duarte poderiam representar a armada oficial, responsável por carregar o brasão português. Enquanto a totalidade descrita por Pisano e corroborada por Braamcamp poderia agrupar demais corsários que viam na incursão portuguesa a oportunidade para realizar saques à costa marroquina.

Referente ao efetivo, entre homens do mar, gente miúda e cavaleiros também identificamos uma incógnita. Gomes Eannes nada afirma a respeito de um ou de outro. Já nas contas de Jerónimo Zurita, cronista aragonês responsável por registrar a história de seu reino e da Península Ibérica desde sua formação até o reinado de D. Fernando, O Católico, esse número chegaria a 50.000, o que não nos parece muito crível (Lopes, 1937), principalmente quando confrontado com os números de habitantes de importantes cidades europeias, como a própria Lisboa, que contava com aproximadamente 35.500 pessoas. Já segundo as bibliografias mais moderadas, os números de combatentes e homens do mar empregados pela coroa portuguesa na realização da expedição eram aproximadamente 15.000.

Precisar os números nas fontes tardo-medievais é algo muito delicado, pois frequentemente são encontrados exageros deliberados. Esses vastos números não surgem por acaso; eles servem para expressar a grandiosidade dos eventos narrados e enaltecer os feitos dos protagonistas. Essa estratégia retórica é comumente utilizada pelos cronistas daquele

período como forma de impressionar os leitores e reforçar a importância histórica das conquistas e batalhas descritas. Os mantimentos como pão, carne seca, peixe e vinho eram estimados para até três meses de campanha – duração máxima estipulada pelo conselho entre partir, montar o cerco e capitular a cidade. Os números também não são informados por Zurara, todavia correspondia a aproximadamente 120kg de pão cozido, 56 litros de vinho para cada homem e mais as proteínas (Duarte, 2015).

A respeito das datas, rotas e demais estratégias marítimas empregadas pela armada de D. João I, temos que, na mesma parte de Lisboa, entre os dias 26 e 30 de julho, a armada já se encontrava ancorada em Lagos, onde permaneceu por quase uma semana devido à falta de ventos. Importante mencionar que o referido momento representou um marco para a expedição, pois foi quando se instaurou a bula e a cruzada, revelando à tripulação o objetivo da empresa, como apontado por Duarte (2015).

Contornado o problema com a ausência dos ventos, no dia 10 de agosto a frota chegou a Algeciras, e era esperado que dois dias depois partisse em direção ao seu objetivo. Entretanto, novamente a expedição ficou à mercê das condições climáticas, dessa vez não a calmaria, mas a tempestade que se formara e interrompia os planos do monarca português. Uma violenta tormenta teria, então, carregado parte da armada constituída pelas naus até a região de Málaga, onde por lá permaneceram. Apenas dia 20, a armada, já reunida, âncorou na costa de Ceuta.

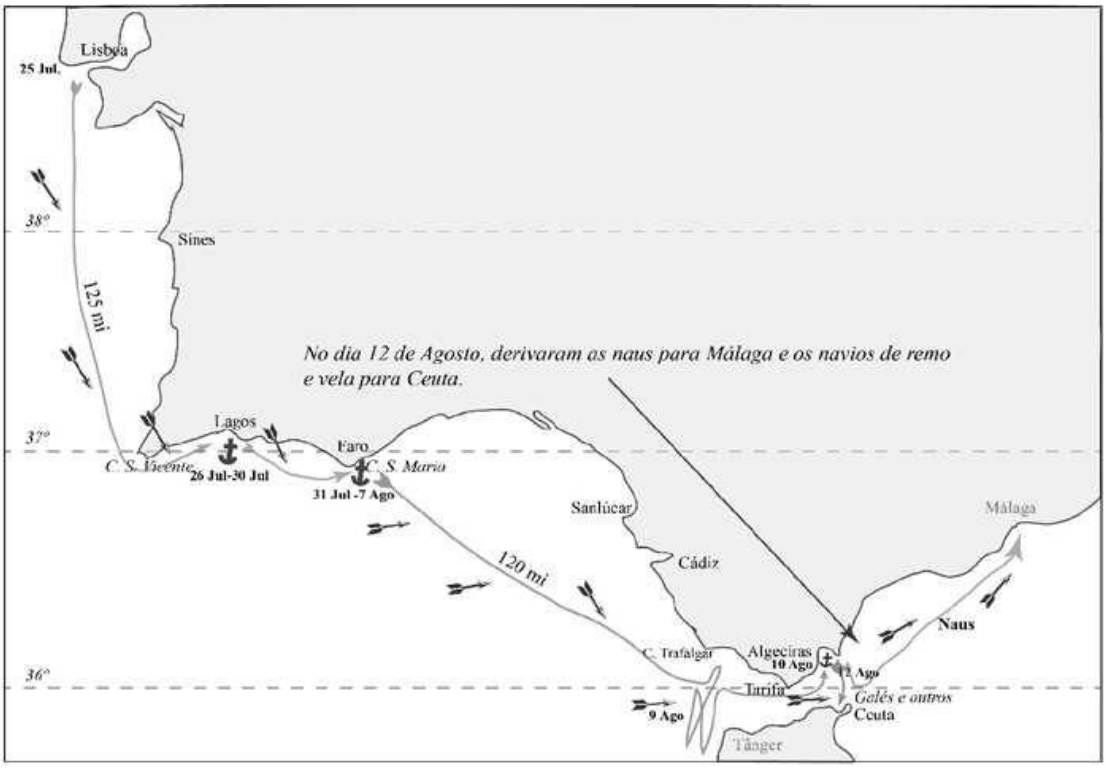

Figura 11 – Curso realizado pela armada de D. João I de sua partida de Lisboa à primeira tentativa de assalto a Praça de Ceuta.
Fonte: Pereira, 2015, p. 72

Apenas na manhã seguinte, 21 de agosto, ocorreu o desembarque das tropas luas em Ceuta. Durante os preparativos, o rei D. João I contraiu um ferimento em sua perna, o que forçou a mudança de planos, permanecendo a bordo do navio e ordenando a D. Henrique que assumisse o comando das tropas em seu lugar. Nessa toada, as estratégias defensivas mouras, apesar de não receberem o devido destaque pelo cronista, são retratadas em alguns trechos: "*Ora disse Çalla bem Çalla, hy e daae auisamento a todos, que çerrem muy bem as portas da çidade, e trabalhem muy bem de as deffemder de çima do muro, quamto poderem*" (Zurara, 1915, p. 206).

Após o desembarque, as duas forças chocaram-se em algumas escaramuças ainda na praia. As defesas mouras, que se encontravam em menor número em razão da falta de preparo que a ofensiva surpresa lusa representou, rapidamente cedeu às ofensivas. Assim, quando os portões foram tomados, iniciaram-se as ocupações das ruas e vielas pelas forças portuguesas que se espalharam para assegurar a total ocupação e neutralização de qualquer resistência: "*mamdou o Iffamte Dom Hamrrique per rrequerimento de seu jrmaão, que sse rrepartissem cada huus per suas partes*" (Zurara, 1915, p. 208). Ao final do mesmo dia, foi içada a bandeira de São Vicente sobre o palácio, já ocupado, da cidade, simbolizando sua completa capitulação.

Nas palavras de Hugo Rincon Azevedo (2018), as longas estratégias de D. João I que buscava o ideal legitimador, com a completa captura da praça de Ceuta estavam, por fim, concretas:

> A vitória traria a seus filhos a glória que o monarca adquiriu em Aljubarrota. Agora, ele se intitulava Rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta, armara seus filhos cavaleiros no ideal mais nobre a época, em meio a uma guerra santa, e se redimia pelo sangue cristão derramado contra os castelhanos por meio do derrame do sangue infiel (Azevedo, 2018, p. 174).

Depois de estabelecermos os moldes como Zurara narra e concebe a expansão, seus contextos e características, podemos observar um elemento central presente em sua obra: suas intencionalidades refletidas a partir das necessidades reais. Durante o período em que se desdobram os acontecimentos em Ceuta – época em que Fernão Lopes ainda era cronista real –, a preocupação das produções se debruçava-se sobre a legitimidade da dinastia e do reinado. Já no período em que Gomes Eannes de Zurara registrou seus relatos, passados mais de 30 anos dos primeiros eventos na costa marroquina, notamos uma significativa mudança de foco e ênfase na narrativa. Neste ponto, a narrativa evolui para abordar uma preocupação clara: a justificação da continuidade das incursões no Norte da África, ao passo que promove o engrandecimento dos membros da dinastia de Avis enquanto modelos de conduta a serem seguidos.

Essa transição é marcada, sumariamente, pelos já mencionados acontecimentos referentes à crise dinástica de 1383. Enquanto Lopes se concentra na consolidação do poder interno e na legitimidade do novo braço da família real no trono, Gomes Eannes já encontra um momento menos conturbado da política interna para a produção de suas obras, podendo destinar seu olhar para o além-mar. Concomitante ao período de reinado de D. Afonso V, apelidado de "O Africano" devido a sua extensa política expansionista na costa do Magrebe, o cronista foi solicitado para escrever e justificar a continuidade das expedições.

Tal preocupação ficou ainda mais evidente após o desastre de Tânger, que resultou na captura e morte de D. Fernando, o Infante Santo. Durante o breve reinado de D. Duarte (1433-1438), foi organizada a expedição à Tânger com a justificativa do alargamento ocupacional luso na região do Magrebe, cujo objetivo era o de proteger a praça de Ceuta. Durante o reinado d'O Eloquente, predominavam as discussões nas cortes sobre a continuidade das expedições em Marrocos, levando ao surgimento de novos empecilhos tanto na manutenção da praça como expansão dos domínios na região magrebina, custos no envio de suprimentos e armas, provisões defensivas e contingente humano. Essa discussão levou o infante D. Pedro (1426), contrário a

continuidade das incursões, a dizer em carta a seu irmão e monarca D. Duarte: "*Do que sentya dos feitos de Cepta per algua vez, senhor, vo-lo razoey: mas a conclusao he que, emquanto asy estiver ordenada como agora esta, que he muy bom sumydoiro de gente de vossa terra e d'armas e de dinheiro*."

Em 1436, nas Cortes de Évora, foi decidido por levar em prática os movimentos, contando com D. Henrique e D. Fernando, com seu evidente espírito aventureiro e visando obter os mesmos prestígios que seus irmãos mais velhos obtiveram em Ceuta, respectivamente, como os maiores idealizadores e entusiastas. No ano seguinte, em 1437, as naus zarpam de Portugal novamente em direção à costa marroquina.

Tânger era vista pela alta monarquia portuguesa como uma praça de grande importância no fluxo comercial magrebino, de localização estratégica; assim como Ceuta, também situada no estreito de Gibraltar, mas de frente ao oceano Atlântico. A decisão de prolongar os territórios na costa marroquina ocorreu frente ao impasse que se constituía na corte, ou desocupava-se Ceuta ou, por necessidades estratégicas defensivas, prosseguia-se com as ocupações, como apontado na obra de referência da historiografia portuguesa contemporânea dos autores Nuno Gonçalo Monteiro, Rui Ramos e Bernardo Vasconcelos e Sousa (2014).

Figura 12 – Gravura da praça de Tanger no séc. XVI
Fonte: Braunius; Hogenberg, 1965, p. 193.

Todavia, diferente da bem-sucedida incursão e conquista de Ceuta, em Tânger o resultado, segundo palavras dos autores, foi desastroso por diversos fatores, como a ausência da política do segredo, as forças portuguesas tendo embarcado portando um contingente muito menor que o considerado necessário e ter enfrentado um inimigo em maior número e melhor preparado para resistir ao ataque (Monteiro et al., 2014).

Desta investida conturbada, as tropas ibéricas foram permitidas a recuar com a condição da devolução da praça de Ceuta. Para isso, o infante D. Fernando ficou mantido em cativeiro como garantia do acordo. Frente a esse problema, as discussões e estratégias de negociação por muito permearam nas cortes e, como pontuado por Adelino de Almeida Calado (1962), a entrega da praça de Ceuta, por diversas vezes, quase se concretizou.

A partir dos apontamentos presentes na dissertação apresentada por Moreira (2009, pp. 82-83), as condições para a devolução do Infante Santo seriam:

- O regresso das tropas portuguesas foi permitido, portando apenas as roupas do corpo;

- Todo o material militar, incluindo armas, cavalos e engenhos de guerra permaneceria sobre posse moura;
- A cidade de Ceuta deveria ser devolvida, junto com todos os mouros por lá cativos e como garantia da devolução, ficou D. Fernando como refém;
- Para a garantia da segurança do Infante, também foi mantido em cativeiro alguns portugueses: Pedro de Ataíde, João Gomes de Avelar, Rui Gomes da Silva e Aires Cunha;
- Sallah ben Sallah[9], concede seu filho como garantia de segurança para que os portugueses embarquem sem qualquer contenda;
- O monarca português, D. Duarte, teria que estabelecer paz seja em terra ou em mar para com todos os mouros da Berbéria.

Contudo, apesar dos esforços de D. Fernando em obter sua liberdade através do envio de numerosas cartas a seus irmãos, sugerindo outras formas de providenciar o resgate e até a hipótese de empreender fuga, o fato não foi concluído, quando em 1443, o posteriormente chamado Infante Santo faleceu em cativeiro. Com efeito, pôde-se admitir que, por mais que seu sacrifício não tenha sido generoso e consciente, a manutenção da praça de Ceuta como possessão portuguesa torna-se um fator de suma importância na estruturação da gênese de um império ultramarino (Calado, 1962).

Havia, então, uma grande necessidade de justificar e legitimar a continuidade dos empreendimentos africanos naquele momento, que por sua vez contou com os escritos de Zurara para resgatar as memórias grandiosas do êxito em Ceuta. Apesar dos contratempos e do malogro da expedição anterior, havia uma forte convicção por parte de D. Afonso V de que esses esforços deveriam prosseguir tal qual seu avô, D. João I, desejava. Essa mudança de perspectiva refletiu na evolução dos interesses e prioridades entre o alto círculo da corte lusa, nas dinâmicas políticas e vieses econômicos do momento. A expansão no Norte de África representou um elemento central na estratégia de projeção de poder e influência monárquica durante o cargo de Zurara como cronista real.

Portanto, à gama de intencionalidades que justificam a solicitação afonsina para a produção da crônica dos feitos de Ceuta, destacamos a ideia de recobrar aquele que talvez fora um dos momentos mais épicos da história lusa. Esse esforço visava eclipsar o fiasco de Tânger e legitimar a continuidade do processo expansionista no norte de África. Sob o reinado de D.

[9] Sallah ben Salla era o governador de Ceuta durante os acontecimentos de 1415. Com a capitulação da cidade, o mesmo tinha passado a governador de Tânger.

Afonso V, esse projeto assumiria uma característica mais intensiva, refletindo na própria alcunha que o monarca viria a receber: O Africano.

3.3 A narrativa de Zurara como Espelho de Príncipes

Na obra de Gomes Eannes, encontramos uma estratégia propagandística de reviver os êxitos de 1415 para validar o projeto expansionista afonsino. Notamos também o fato de o cronista seguir os interesses de uma agenda real, quer seja a influência de um gênero literário que estava em grande destaque nos anos finais da Idade Média e perduraria até meados do XVIII, o "Espelho de Príncipes". Esse gênero influenciou significativamente a maneira como Zurara construiu as personalidades, mostrando-as como moral e eticamente valorosas entre o reino dos homens quanto no de Deus.

Esse tipo de texto desempenhou um papel significativo na literatura deste período específico, cumprindo com o objetivo de ser um guia moral e político para os homens dos grupos elevados e responsáveis pela governança da sociedade. O gênero consistia em reflexões de orientação moral e política que pautavam-se no modelo de virtudes cristã direcionados, principalmente, aos príncipes ou primogênitos da família real (Hahn, 2006). O autor complementa ao sustentar que estas preocupações monárquicas partem da necessidade de: "propagarem o ideal monarquista para além das fronteiras, com o objetivo claro de impor seu poder e manter hegemônico. Os reis precisavam empreender a 'propaganda' como um meio de ganhar maior campo de atuação política" (p. 152).

Esses pontos presentes na fala de Hahn (2006) são corroborados pelas questões levantadas por Sabrina dos Santos Costa (2003). Segundo a autora, após a crise dinástica que levou o Mestre de Avis ao trono portucalense, essa teria sido uma das maneiras encontradas para reafirmar a autonomia frente às demais nações cristãs e, sobretudo, Ibéricas. Dessa forma, a preocupação dos monarcas era, para além de "fundamentar teoricamente seu poder" (p. 2), também educar aqueles que seguiriam a linhagem e num momento futuro a iriam exercer.

Referente a essa perspectiva de futuro, Hahn (2006) aponta que tal ideia poderia se expandir para um tempo ainda muito distante, de forma que os ensinamentos presentes nesse tipo de obra pudessem ser utilizados em outros tempos e frente a outras situações. Nesse sentido, a produção zurariana estabelece uma "identificação do rei com o modelo e espelho da nação", de forma a traçar o paralelo entre os dois extremos: o rei e o povo. Mas ainda assim era necessário legitimar a superioridade desses homens. Os espelhos, então, mostravam a maneira valorosa de agir para que todos praticassem, embora deixasse claro que esses indivíduos

indicados estavam acima dos outros na hierarquia social, estando abaixo apenas das figuras eclesiásticas como sacerdotes, santos e especialmente Deus (Costa, 2003).

No início do século XV, delineava-se no reino de Portugal um cenário de transformações específicas, tomando forma com a emergente linhagem de Avis, que buscava consolidar sua posição no trono. Contemplava, assim, um momento crucial de demanda de poder político, alinhado à legitimidade perante a população e outras casas nobres. Nesse contexto, D. João I, também conhecido como o Mestre de Avis, desempenhou um papel central ao liderar as ações frente à afirmação de sua linhagem. Com o intuito de garantir a continuidade de sua descendência no poder, D. João I concebeu a ideia de promover suntuosas festas e banquetes contendo todo tipo de carne, justas e torneios em todo o reino. Eventos tão grandiosos que se estenderam durante todo o ano, contanto com a presença de todos os fidalgos dos reinos cristãos. Tal fato demonstrava a opulência da nova casa real.

No entanto, apesar da grandeza dessas celebrações, surgiam questionamentos e divergências no seio da própria família real. Os infantes de D. João I, herdeiros desse novo legado, apresentavam perspectivas distintas em relação ao rei sobre a maneira apropriada de serem coroados cavaleiros, uma vez que não se tratava apenas de um rito que carregava honra, mas também de uma tradição e um comprometimento profundo com a nobreza e a defesa do reino como apontado nas palavras do cronista: "*Empero os Iffantes lembrandosse quem eram e a alteza do sangue que tinham. posto que este feito a outros alguus pareçesse grande a elles pareçeo muy pequeno*" (Zurara, 1915, p. 25).

A percepção dos infantes sobre a realização do cerimonial incorporava uma variedade de elementos que simbolizavam o reconhecimento de seu status perante o reino. Para tanto, o cerimonial era concebido através de uma série de rituais que abrangiam atos em guerras, glórias em combate e outras provações que os atestassem como homens de valor e dignos de tais honrarias: "*Vamos disserom elles falar a elRey nosso senhor e padre. e digamoslhe que ordene alguua cousa em que possamos fazer de nossas honrras. onde nos elle possa fazer caualeiros. como pertençe aa grandeza de seu estado e a exçellençia de nosso sangue*" (Zurara,1915, p. 25).

Entretanto, essas divergências estavam longe de serem consideradas meros caprichos individuais para a mentalidade da época. Pelo contrário, elas apontavam uma ampla variedade de forças em ação, diferentes perspectivas e também evidenciavam as tensões subjacentes encontradas no seio da família real. De modo geral, representavam a interação complexa entre diferentes visões sobre como o reino de Portugal deveria evoluir. Cabe afirmar que essas

tensões mencionadas referem-se a um contexto mais amplo de mudança e transformação em que o país estava imerso.

Além disso, as tensões eram intrincadas e enraizadas na dicotomia entre valores e ideias tradicionais, reapresentados pela nobreza e pelas raízes culturais do país; e as demandas emergentes de uma era mais moderna que começava a entrar em cena. Isso incluía a necessidade de demonstrar poder e projeção de influência em um mundo em mudança. O desejo de consolidar a identidade nacional e a tradição colidia com a aspiração de expandir as fronteiras geográficas e explorar novas terras, bem como obter novos mercados.

Essas questões são evidenciadas no cabo de guerra criado entre a nobreza nobiliária, necessitada em manter-se entretida em constantes guerras como mecanismo de manutenção do poder, contra o fortalecimento dos grupos comerciantes, que aos poucos passavam a exercer mais influência e prestígio nos rumos tomados pelo Estado. "*E os filhos dos cidadãos e dos mercadores cuja honrra nom se pode mais estender que a semelhante estado .ss. de serem caualeiros. A estes he cousa conuinhauel de se fazerem festas e jogos. Porque toda a força de sua honrra esta na fama de sua despesa*" (Zurara, 1915, p. 25-26).

Assim, o século XV testemunhou não somente a ascensão de uma nova linhagem real, mas também as encruzilhadas culturais e políticas que moldariam o futuro do reino. Enquanto esses infantes divergiam em suas opiniões, também compartilhavam o fardo coletivo de guiar Portugal para uma nova era de exploração, expansão e afirmação de sua identidade nacional.

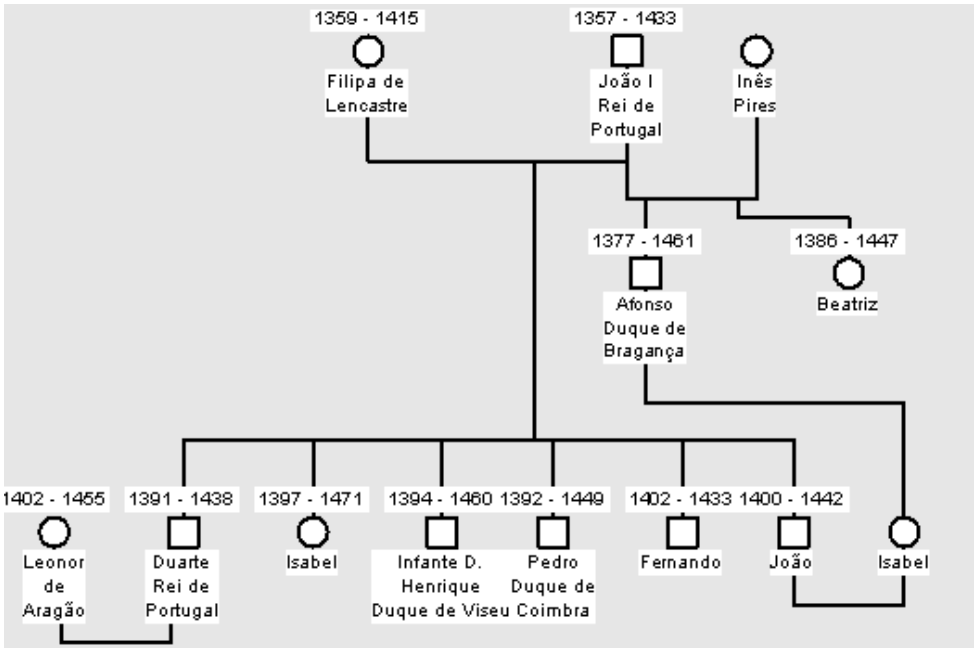

Figura 13 – Árvore genealógica da Ínclita Geração

Na *Crônica da Tomada de Ceuta pelo rei D. João I* (1450), o cronista Zurara proclama com clareza inequívoca que se tratava do impulso primordial por trás da ofensiva, do desejo nutrido dos jovens infantes em efetivar proezas notáveis em consonância com os preceitos da cavalaria. Tendo essa ideia como base, João Afonso, vedor da Fazenda e Conde de Barcelos, conduziu os infantes à visão de uma cidade notável na África, conhecida como Ceuta, dotada de opulência e magnitude. Para ele, o ato de subjugar uma praça tão importante mediante conflito contra os mouros se configurava, para os herdeiros de D. João I, como um feito suficientemente digno e honroso que justificava suas ordenações.

> *E como quer que os Iffantes quisessem dessimular o proprio motiuo de seu rrezoado conheçendo como elle (Conde de Barcellos) era homem sesudo e boõ e que tinha grande autoridade no rreino polla grande fiança que elRey seu padre em elle auia. vieramlhe a contar declaradamente sua entençam.* [...] *E esto he a çidade de Cepta que he em terra dAffriqua que he huua muy notauel cidade e muy azada pera se tomar*. [...] *E segundo o grande desejo de vosso padre e o vosso nam sento per o presente cousa em que mais honrrosamente podessees fazer de vossas honrras como no filhamento daquella cidade. E porem me pareçe que auereis bom conselho falardes em ello a elRey e perdilhe que encaminhe como se faça* (Zurara, 1915, p. 27).

Sendo assim, as "negociações" ocorreram da seguinte maneira: 1º- Conde de Barcellos sugere ao rei D. João I; 2º- D. João rechaça a proposta; 3- O vedor sugere diretamente aos infantes; 4º- Infantes fazem uma primeira abordagem com seu pai, que novamente recusa; 5º- Infantes se empenham sobre a ideia e cada vez mais a desejam; 6º- Nova tentativa por parte dos infantes, dessa vez com as argumentações firmes e pontuais que, por fim, levam D. João a ponderar a questão.

Curioso pontuar que, segundo os registros zurarianos, a sugestão de empreender guerra em Marrocos, uma praça tão rica, tenha partido justamente do vedor da Fazenda. A título de elucidação, esse proeminente homem das cortes joaninas é mencionado pela primeira vez já em 1356, sob o cargo de escudeiro do Prior da Ordem do Hospital. Em 1371, João Afonso desempenhava funções de alcaide da moeda de Lisboa, passando também por delegações como contador do rei, até, por fim, em 1400, assumir a função de Vedor da Fazenda, cargo responsável pela fiscalização de sisas nas unidades administrativas locais, os Concelhos (Fernandes, 2000).

Desse modo, o cargo desempenhado pelo Conde de Barcelos tratava-se de uma função administrativa relacionada à supervisão, fiscalização e inspeção da gestão financeira no reino. Ele também atuava na verificação de registros contábeis, de transações comerciais e em âmbitos tributários e patrimoniais do reino.

Tendo isso em vista, a sugestão do Conde de Barcelos revela-se, quando investigada sob essa perspectiva, mais voltada para as possíveis vantagens econômicas e retornos financeiros que a ocupação da cidade poderia proporcionar aos cofres portugueses. Ou seja, o fato desse homem ser responsável pelas atribuições financeiras na corte sugere uma empreitada a favor do enriquecimento de Portugal. Isso porque, a cidade de Ceuta era vista como ponto estratégico nas rotas comerciais no Norte da África, lugar onde caravanas de beduínos e navios de todo o Mediterrâneo passavam para realizar trocas.

É válido destacar que essa perspectiva alinhada aos interesses de uma classe comerciante em surgimento não é excludente às visões do valor social e prestígio da cavalaria. Mesmo que vista como segundo plano pelo Vedor da Fazenda, as mentalidades medievais ainda se encontravam muito enraizadas nas ideias desses homens. Logo, a intenção de armar os Infantes como cavaleiros em África ainda se mostrava um papel de relevância. Essas subjetividades teriam passado despercebidas para o cronista, pois, para Zurara, as ideias econômicas são vistas como consequência da empresa e não como fator decisivo.

Dessa forma, temos a teoria de Fernandes (2000), que surge como uma amálgama das duas perspectivas: o Conde de Barcelos, Vedor da Fazenda, ao sugerir o movimento sobre a praça de Ceuta pelo reino Português, simultaneamente dialoga e busca moldar os futuros do reino a partir de um equilíbrio entre os interesses mercantis, sem preterir a satisfação da nobreza e monarquia. E quanto ao Conde, que não pertencia às primeiras linhagens, encontrou a possibilidade de ascensão apenas com a crise dinástica de 1383, na posição que ocupava graças à monarquia, através de uma espécie de funcionalismo e obrigação de seu cargo, devendo buscar o fortalecimento econômico do reino.

Em uma visão mais ampla, o posicionamento do Vedor, para a autora, representa a maturidade de um processo de crescimento comercial e urbano, impulsionado pela burguesia mercantil e sua busca por novos mercados e produtos. No entanto, essa mesma burguesia sozinha não seria capaz de empreender essas operações sem que houvesse o alinhamento de interesses da nobreza e a realeza, que por sua vez, via na expansão a oportunidade de "descompressão" interna da sociedade. Fernandes (2000) compara a motivação nobre desses movimentos com a empregada pelos Cruzados séculos anteriores, em que esses homens, especialmente os de estatutos mais baixos da nobreza e cavalaria, buscavam espaço e prestígio, necessitando manter um status de constante guerras, além da expectativa de um rápido acúmulo de riquezas através de saques e espólios, sem infringir os códigos de ética que seu estatuto lhes impunha. E que, por fim, o papel da monarquia portuguesa, para além dos interesses desses

grupos, era o de conciliar e alinhar diferentes motivações em um único movimento (Fernandes, 2000).

Por fim, a partir dos apontamentos de Zurara e segundo o monarca, o sucesso da expedição significaria três coisas, a primeira e principal seria realizar um grande serviço a Deus e que, portanto, recusá-lo trariam desfavoráveis consequências para a linhagem. Outro ponto era a honra e defesa do reino, de forma que Deus concede a vitória ao bem-aventurado príncipe que oferece seu corpo e trabalho em busca destes fins. Por último a própria ideia expressada pelos infantes fora adotada pelo monarca, e tão logo a ordenação se realizou não por meio de ato simbólico, mas a partir desses feitos expressava a disposição de assumir responsabilidades e riscos em nome de Deus, de Portugal e da honra.

Apesar de poucos detalhes serem mencionados na crônica de Zurara, limitados apenas a dois capítulos que se voltam à preparação da então mesquita em igreja e à celebração propriamente dita, notamos que, ao contrário daquele desejo inicial do Mestre de Avis, a celebração não foi tão pomposa quanto se esperava. Apesar disso, todos os rituais presentes nas cerimônias de ordenação foram cumpridos. Nesse contexto, o cronista argumenta que o aspecto fundamental não é a grandiosidade ou ostentação da festa, mas a natureza dos feitos por esses cavaleiros (França, 2006).

Figura 14 – "Tomada de Ceuta (3.ª cerimónia)." Gravura impressa a preto e branco.
Fonte: Portugal, Torre do Tombo, Espólio de António da Rocha Madahil, Gravuras, n.º 2. Legrand, 1814.
Nota: Representação dos três infantes sendo coroados cavaleiros pelas mãos de D. João I.

Nas palavras de Maria Helena da Cruz Coelho (2008), em sua obra sobre a vida de D. João I, esta cerimônia é carregada de simbolismos. A transmutação da mesquita em igreja, abençoando-a e sagrando-a, representa a vitória da fé cristã no território conquistado. Só então este local pôde comportar a celebração da eucaristia e a ordenação dos infantes.

Assim, podemos traçar um paralelo de que promover a capitulação da praça de Ceuta proporcionou aos infantes uma glória e prestígio infinitamente maior do que qualquer pompa presente na cerimônia poderia promover. Zurara (1915), por meio da narrativa da tomada de Ceuta, fez questão de retratar D. Henrique como o padrinho da gênese expansionista portuguesa. "*Bem he uerdade que todos aquelles filhos delRey tinham muy gramde deseio de ueer aquelle feito posto em fim, mas nehuua daquelas uoomtades nom era jguall da do Iffamte Dom Hamrrique, ca esto nacera com ele como já disse*" (p. 48). Além de informar na própria crônica que sua principal fonte se deu a partir dos relatos e memórias do já idoso D. Henrique – e, portanto, a própria construção da narrativa prioriza a conquista pela ótica do Infante –, também podemos constatar que essa construção heroica foi notoriamente influenciada pelo contexto em que a crônica foi escrita. Ademais, sua autoria foi registrada no ano de 1450, ou seja, trinta e cinco anos após os eventos em Ceuta e apenas um ano posterior à chamada Batalha de Alfarrobeira (1449) e seus desdobramentos.

Assim sendo, é importante considerar esse evento como pano de fundo histórico. Após a batalha, houve uma disputa acirrada pelo trono entre D. Afonso V, sucessor por direito, e seu ex-regente e tio, D. Pedro. A memória de D. Pedro foi manchada, tendo sido acusado de traição à coroa como apontado por Humberto Baquero Moreno (1979) em sua obra *A batalha de Alfarrobeira*. Nesse cenário de conflito e tensão política, a obra de Eannes pode ter sido influenciada pela necessidade de ofuscar a lembrança de D. Pedro em relação aos feitos em Ceuta, e por tal razão teria direcionado os créditos e honras da conquista ao infante D. Henrique. Essa escolha influenciou profundamente a imagem que se formou ao redor do Navegador, como um herói visionário que guiou Portugal em direção a um vasto império além-mar.

A imagem de D. Henrique como um herói central na expansão portuguesa é, em parte, uma construção elaborada pela interação entre as obras de Zurara e a interpretação subsequente de historiadores portugueses, como João Cipriano Honório de Abreu. Essa visão heroica de D. Henrique como um líder visionário e impulsor da expansão marítima contribuiu significativamente para moldar a narrativa da história de Portugal e a formação da identidade nacional ao longo dos séculos.

Figura 15 – Painel de azulejos de Jorge Colaço (1864 - 1942), Estação de São Bento no Porto. Representação do Infante D. Henrique na conquista de Ceuta.

A perspectiva das conquistas promulgada pela historiografia portuguesa de meados dos séculos XVIII e XIX, bebe diretamente da crônica zurariana e de todo o prestigio que ela dedica ao Infante. Como quando a última palavra para o convencimento do rei sobre tal empreitada parte justamente de D. Henrique e não do conselho, de seu herdeiro direto na linha de sucessão D. Duarte ou das próprias reflexões do rei: "*Porque te ui outro dia falar mais que nehu~u de teus jrmaãos açerca do feito de Graada, quero que me digas agora emteyramente o que te pareçe.*"; e depois de feita todas as devidas exposições por parte do infante, "*E per esta guisa acabou o Iffamte Dom Hamrrique sua rresposta, da quall elRey seu padre foy mujto ledo. e assy com a boca chea de rriso lamçou os braços em elle, e lhe deu a sua beemçom* (Zurara, 1915, p. 46-47).

Não suficiente em demonstrar o prestígio que as palavras d'O Navegador possuía entre os altos círculos da corte de Portugal, também encontramos diversas passagens nas quais Zurara narra toda a bravura do Infante durante o próprio cerco. Ainda nas galés, o monarca teria dito: "*Todos disse elle comtra os capitaães da sua frota, teemde tall alisamento que nehu~u de uos nom saya em terra, senam depois que uijr que meu filho o Iffamte Dom Hamrrique tem filhada a praya.*" (p . 195)

Na continuidade dos relatos referentes ao cerco, alcançamos o clímax da obra. Trata-se do momento em que o Infante e seus escudeiros são encurralados por mouros em uma

quantidade superior às forças portuguesas, sendo praticamente o único relato de escaramuças ao longo do texto. Zurara utiliza desta situação para, novamente, promover a bravura e as virtudes de D. Henrique e pintá-lo como um verdadeiro cavaleiro do reino dos homens e dos céus frente aos inimigos da fé. O cronista nos conta que, após presenciar uma debandada de cristãos e sem ainda ter sujado a espada com o sangue infiel, o Infante se joga contra as forças inimigas em um combate voraz guiado pelo desejo de realizar feitos memoráveis.

Hernani Cidade (1964, p. 30), além de destacar o enaltecimento de Zurara à figura de D. Henrique, aponta que o cronista utilizou de sua narrativa histórica como ferramenta educativa com o objetivo de servir como uma lição de moral a ser transmitida, uma pedagogia social, diretrizes morais a serem seguidas de modo a enobrecer sua realização. Assim, se Zurara algum ajuste ou melhoria fez na narrativa histórica, ele o fez com a intenção de tornar o exemplo que queria transmitir mais eficaz. Ou seja, teria alterado certos aspectos da história para ressaltar determinados valores ou princípios que desejava comunicar.

> Cumpria erguer um herói modelar, todo consagrado ao serviço de Deus, e por isso casto, frugal, abstêmio, piedoso, generoso, esforçado, para Deus fazendo convergir o lucro obtido no tráfego de escravos, as novas aquisições das ciências geográficas e náuticas, a honra conquistada na luta contra os elementos ou contra os homens (Cidade, 1964, p. 30).

No entanto, no momento em que Zurara escreve, passados trinta e cinco anos dos eventos de 21 de agosto de 1415, a monarquia portucalense já buscava estabelecer-se como representação da "superioridade natural da sua realeza" (Megiani, 2002, p. 65). Ou seja, com as perspectivas de continuidade expansionista de territórios no Norte da África, os reis da Dinastia de Avis passam a ser incumbidos de grandiosidade e prestígio entre as demais cortes europeias. A autora aponta que por conta disso a formação, educação e erudição real aumenta consideravelmente já que as atribuições dos mesmos iam além das meras funções de chefe político. Visava-se construir ao redor do líder a imagem do responsável por conquistar novos mercados e propagar a fé católica para além das fronteiras do conhecido (p. 66). Consequentemente, a maneira como o monarca era registrado através da pena de seus cronistas também, aos poucos, vai se adaptando a essas novas incumbências régias.

Além dessa mudança de perspectiva na função de liderança monárquica, por meio das fontes constatamos que houve nelas uma clara tentativa de promover características e valores de santidade aos membros da nova dinastia que outrora assumiram o trono, a Casa de Avis. Essa tentativa levou à efetiva concepção de um santo, aquele que viria a ser considerado por muitos como o mártir dos descobrimentos portugueses, cujas ações e sofrimentos nos remetem,

até mesmo, às provações sofridas por Jesus Cristo, o Infante D. Fernando. Amaral (2003) continua sua argumentação ao demonstrar que tais intentos se pautavam na incorporação de normas e padrões típicos de textos hagiográficos inseridos nas crônicas de Zurara.

Amaral (2003) ressalta que, apesar das similaridades entre as duas formas de escrita, os textos produzidos por Zurara não devem ser considerados hagiografias em sentido estrito. Em vez disso, Amaral argumenta que Zurara utilizava adjetivações e arquétipos presentes nas biografias comuns de santos. E completa sugerindo que a abordagem do cronista possuía o objetivo de retratar os principais personagens das crônicas de acordo com os modelos de vida exemplar dos santos, sendo assim, possivelmente como uma forma de legitimar o reinado de D. Afonso V.

A argumentação de Amaral (2003) aponta para o fato de que, D. Afonso V, ciente da imperativa necessidade de promover a manutenção da legitimidade de seu reinado, bem como a continuidade da expansão lusa em solo africano, adotou uma estratégia através de seu cronista real para disseminar, por meio da narrativa que envolvia os "descobrimentos", uma conexão entre Deus e o reino de Portugal, de forma que estas expedições representariam a própria manifestação da Providência. O autor constata nas obras de Zurara a evidente intenção de transformar essas empreitadas e descobrimentos em ações de indivíduos notáveis que encarnaram virtudes e dons semelhantes aos dos santos, sendo D. Henrique uma figura central nesse processo de idealização.

O uso da expressão "espelho" pode ser encontrada na própria obra de Zurara (1915), no trecho "*pera prouar minha emtemçom, ponho amte meus olhos o proçesso da sua uida. no quallacho taaes e tam maravilhosas uirtudes, que comsijramdo em ellas, nom me pareçem ssenom dalgu~u homem trazido a este mundo pera espelho de todollos uiuos...*" (p. 219). Para Amaral (2003), tal excerto indica que os feitos ilustres e grandiosos do Infante o levaram a uma posição similar aos modelos de representações simbólicas empregadas às santidades. Assim, essa alegoria, junto à atribuição de toda a paternidade das obras a um único homem escolhido por Deus, seria suficiente para atenuar quaisquer disputas que poderiam surgir no paço da dinastia de Avis à época.

> *A primeira em quamto amoesta aaquelles que ueem e oueem o memoriall das suas uirtuosas obras. o qual certamente he aquelle espelho, que Socrates gramde philosofo mamdaua que os home~es mamçebos esguardassem a meude, por tall que os boõs feitos de seus amteçessores fossem a elles proueitoso emsino. ca assy como no beesteiro nom pode ser conheçida auamtagem, se amte que faça seu tiro nom teem çerto sinall. assy nehu~u boom homem nom poderia obrar perfeitamente ho auto dalgu~ua uirtude, se*

> *nom trouuesse amte os olhos a jmagem dalgu~u tam uirtuoso, cuja proueitosa emueja lhe mostrasse o uertadeiro caminho pera cheguar aa fim de seu desejo. A segumda fim he porque sse os home~es semtissem que pollo falleçimento de sua uida, se acabaria toda sua rrenembramça, çertamente nom sse poeriam a tam gramdes trabalhos e perijgos, como ueemos que sse manifestamente poõe. A quall cousa foy o primçipal aazo per que os primeiros autores se esforçaram a compoer estorias. [...] E depois que os home~es determinadamente conheçeram que per ssy meesmos nom podiam durar, buscaram çertas maneiras de semelhamça, per que elles fossem aos presemtes em çerto conheçimento. Hu~us fezeram tam gramdes sepulturas e assy marauilhosamente obradas. cuja uista fosse aazo de os presemtes pregumtarem por seu possuydor. Outros fezeram ajumtamento de seus be~es auemdo autoridade delrrey, per que o fezessem moorgado pera ficar ao filho mayor, de guisa que todollos que daquella linhagem deçemdessem, ouuessem rrezam de sse lembrarem sempre daquelle que o primeiramente fezera. Outros sse trabalharam de fazer tam exçellemtes feitos darmas, cuja gramdeza fosse aazo de sua memoria seer eixemplo aos que depois uiessem* [...] (Zurara, 1915, p. 118).

No referido trecho, Zurara busca novamente utilizar sua narrativa como um "espelho" para aqueles das gerações futuras, através da menção às virtuosas ações de seus antecessores. Como já tantas vezes destacado ao longo deste texto, é possível notar como Gomes utiliza-se do pensamento de Sócrates sobre aprender com os bons feitos passados para assim poder corroborar suas ideias e intenções. Além disso, Zurara também expõe o desejo de ser lembrado por gerações após a morte, e que essa seria uma poderosa motivação para os homens se empenharem em feitos de bravura arriscados. Nesse contexto, a criação dessas produções representa aos personagens uma maneira de garantir que suas memórias sejam preservadas e possam impactar as gerações que hão de vir.

Neste ponto do texto, recobramos as postulações de França (2006) acerca das funções moralistas [enquanto memorialistas] presentes nas crônicas durante a Baixa Idade Média. Essa interpretação presente nas obras de Zurara não se limitava apenas a um espelho de reis, mas alargava-se de forma ampla a outras camadas da sociedade portuguesa da época, vide a nobreza. Sobre isso, Bertoli (2007) aponta que, independentemente desses valores louvados pelo cronista não serem de certo modo corriqueiros para servir como uma inspiração diária, o ponto chave é que ainda assim eles influenciavam profundamente o imaginário e moldavam as ações e comportamento destes homens.

Considerar as obras de Zurara como *espelhos de nobres*, segundo Aguiar (2018), implica inseri-las naquilo que o autor chama de "categoria artificial", decorrente da tradição literária dos espelhos de príncipes. Todavia, levando em consideração as características e finalidades, o autor pondera sobre a possibilidade de enquadrá-las "na medida em que nelas se

encontram um conjunto de ensinamentos e de exemplos através dos quais se transmitiam os valores e ideais pretensamente característicos da conduta nobiliárquica" (p. 2).

Os cronistas constroem, portanto, um retrato dos protagonistas de suas histórias a partir do destaque da linhagem nobre ou sanguínea do indivíduo. Ao abordar o conceito de um privilégio sanguíneo, referem-se à ideia de que o status e as realizações desses homens são, majoritariamente, carregados por sua ascendência nobre e que, portanto, suas inclinações a obrar grandes realizações já começa desde cedo. Partindo dessa ideia, há a necessidade de os escritores justificarem ou legitimarem tal privilégio (França, 2006). Essa perspectiva reflete uma mentalidade presente na sociedade medieva, na qual, além da posição social, as próprias características individuais e a grandeza do ser eram associadas à uma ideia, ainda que arcaica, de herança genética. Nesse sentido, é notável como as crônicas, durante o fim da Idade Média, iam além da alta cúpula da realeza de Portugal e se estendiam de forma influente e ampla por meio da nobreza. Elas eram responsáveis por fundamentar a manutenção do imaginário coletivo que moldava as práticas sociais e comportamentais desse grupo à época.

Ao considerar Gomes Eannes de Zurara como o "cronista da nobreza e da cavalaria", Guimarães e Moreira (2021) argumentam que, em muitas passagens das produções do cronista, os homens arraia miúda como exemplos negativos de conduta, como "covardes, cobiçosos, insubordinados e murmuradores" a serem evitados, oferecendo aos nobres e homens com quem dialoga um contraste de comportamento. Um claro exemplo pode ser dado quando, prestes a desembarcarem "*Quer leuar a frota sobre a çidade, e mamdar ssahir a mayor parte da gemte meuda com algu~us capitaães daquelles mais somenos, e elle comuosco e com os outros primçipaaes ficardes na frota*" – denotando o descontentamento e a ausência de uma suposta coragem por parte das gentes simples presentes.

Mesmo assim Zurara, em algumas situações, não se esquece de narrar feitos realizados por homens baixos do povo, tornando-os exemplares e desafiando definições simplistas. Isso significa que esses moldes de valores, ainda que inicialmente feitos pela [e para a] cavalaria tamanho seu impacto, acabou influenciando os indivíduos de outros grupos, como os homens miúdos ou os próprios marinheiros que eram vistos por seus capitães "como uma grande corporação de cavaleiros do mar" (Megiani, 2002, p. 53).

Em consonância a isso, Bertoli aprofunda sua análise ao afirmar que essas representações do ideário cristão e seus princípios desempenhavam papel fundamental na regulamentação da sociedade durante os anos finais da Idade Média, exercendo influência significativa sobre a nobreza. Estes homens tinham a responsabilidade de exercer o papel do cavaleiro cristão, um arquétipo que os convocava a lutar fervorosamente em nome de Deus,

defendendo a justiça e combatendo todos aqueles considerados inimigos da “verdadeira fé”. Essa visão religiosa permeava todas as esferas da vida, moldando tanto o comportamento individual, como as práticas sociais e políticas.

De modo geral, a função do cronista ultrapassa a barreira que o limita a um arquivista da memória dos fatos, fazendo-o assumir uma dimensão moral e educativa, a partir da qual delimita e lança moldes às percepções dos ideais de virtude e conduta da sociedade.

3.4 Zurara como arauto da fé

Na crônica de Zurara, a fé desempenha um papel central, refletindo a visão do cronista como um homem pré-iluminista, cuja fé e razão eram indissociáveis. Para o homem medieval, empreender luta contra os muçulmanos, para além de uma questão de ordem militar, desempenhava um dever espiritual, visto como uma continuidade das guerras de Reconquista que marcaram a história da Península Ibérica. Dessa forma, o cronista utiliza desses fatores para corroborar seu argumento e legitimar a continuidade da expansão portuguesa sobre solos africanos.

Para entender a mentalidade e a religiosidade desse homem por trás dos escritos até aqui demonstrados, faz-se essencial examinar as referências utilizadas pelo cronista, uma vez que além de apresentar suas leituras realizadas e erudição, desempenham um papel vital na construção do universo literário e filosófico de Zurara. Além dos livros clássicos listados anteriormente, podemos encontrar, como aponta Pereira (1915, p. XVII), múltiplas citações de livros bíblicos, pois, para os homens da época, o saber e o conhecimento somente era possibilitado pela verdade revelada através da bíblia, como o Pentateuco, Macabeus, os Evangelhos, os livros de Salomão e dos Profetas; dos padres da Idade Média são referidos Alberto o Magno, S. Bernardo e S. Tomás de Aquino, além da presença dos Santos Padres S. Gregório, S. Jerónimo e Santo Agostinho.

De acordo com Duarte (2002), Zurara se utiliza com maior frequência de citação do que o de Fernão Lopes, geralmente aludindo por discurso indireto ou na versão indireta, como “segundo X”, Doutores da Igreja que atestam a legitimação religiosa do episódio narrado. Essas referências desempenharam um papel crucial na construção do universo literário e filosófico do cronista, além de evidenciar sua erudição e as influências religiosas presentes em suas obras. Esse traço é destacado no exemplo apresentado por Saraiva e Lopes (1996), no qual os autores apontam que o cronista procurava justificar a captura e o comércio de escravos a partir de argumentos desses grandes nomes do cristianismo. Outro momento em que Zurara (2015) se

utiliza das palavras desses pensadores da Igreja ocorre ao justificar a escolha da praça como alvo: "*Santo Agostinho que foy bispo em Affrica daa testemunho da nobreza desta çidade e que de quantos senhos daquela terra foy sempre deseiado seu senhorio*" (p. 10).

A inspiração de Zurara nos clássicos da Igreja vai além e não se limita a citações e argumentos. Tamanha sua fé, o cronista busca assimilar o seu próprio dom da escrita às obras sagradas. Encontramos esse argumento em Guimarães e Moreira (2021b), quando os autores ressaltam a marcante presença da devoção e inspiração dos santos padres e livros bíblicos na obra e no espírito do cronista, estabelecendo uma comparação intrigante entre sua escritura e algo divinal, como as santas Escrituras.

Essa afinidade revela-se de maneira notável quando examinamos o início da *Crónica da tomada de Ceuta*. Zurara, num gesto reverente, dirige-se a Deus e a Virgem Santa Maria Senhora dos Anjos. Nesse momento, ele solicita graça divina, buscando superar sua autoproclamada "rudeza" e "fraco engenho", desejando estar à altura do desafio de narrar os "maravilhosos feitos" de D. João I.

Nessa súplica, Zurara discorre sobre o ato de rezar e pedir a Deus tal como os livros sagrados dizem a respeito. Zurara também reflete sobre o merecimento das rezas na realização da outorga divinal, concluindo que as preces direcionadas a Virgem Maria, mais prontamente são atendidas, não por possuir maior poder que Jesus Cristo, mas devido a este último ser mais julgador dos merecimentos.

É intrigante notar como, já no último capítulo de sua crônica, Zurara retoma o cerne da devoção e expressa profunda gratidão à Mãe e ao Filho pela assistência providencial durante a produção da obra, reconhecendo humildemente que, por si só, não poderia percalçar essa grandiosa empreitada (Zurara, 1992). Esse gesto de reconhecimento divino evidencia a devoção do cronista, mas também reforça a conexão entre sua obra e a esfera sagrada. Essa estratégia de aproximação da escritura cronística a textos litúrgicos e sagrados não é um feito exclusivo de Zurara, já que seu antecessor também recorreu a essa estratégia narrativa. Assim, a influência divina permeia a narrativa pela própria concepção da obra, elevando a crônica à condição de uma expressão divina, comparável às santas Escrituras.

Notório por sua profunda devoção, como demonstrado, Gomes Eannes de Zurara transmite em suas obras os valores da fé cristã em diversos momentos, seja com o intuito de referenciar a moral de uma personagem ou para exaltar a Deus, algo que podemos considerar como aspecto central e que molda o cerne de sua narrativa. É segundo a Sagrada Escritura que os homens do medievo buscavam a sustentação das suas crenças. Além disso, nesses mesmos exemplos, encontravam os modelos de conduta do *bom* cristão.

Uma outra faceta de atuação dos espelhos de príncipes, ainda que intimamente ligada à boa governança, são os valores cristãos que o monarca deve seguir. Apenas um líder digno e valoroso frente a Deus e a Igreja poderia conduzir o Estado e os súditos para a prosperidade terrena e a eternidade no plano espiritual. Costa (2003) aponta que, como esses dois âmbitos não eram passíveis de desvinculação, a "doutrinação moralizante do chefe político passava, necessariamente, por estas premissas" (p. 1); somente através da concentração do poder político aliado às boas virtudes garantiria ao monarca a boa prática de governar.

Temos um exemplo dado logo em suas páginas iniciais, no capítulo ij, onde o cronista aponta tanto a exaltação de Deus como a retidão moral de seu personagem D. João I, dizendo que:

> *Grande ardor foy o de sua fee em todas suas obras singularmente em esta. Ca todo seu prinçipal mouimento foy per seruiço de Deos e grande deseio que tinha de emmendar algu~ua cousa se a contra vontade de Deos fezera no tempo da guerra passada. e assi o dizia muitas vezes em sua vida quando se acertaua em ello falar. Que posto que elle ouuesse guerra muy justa com sus jmigos a qual era por defensam de sua terra. Na qual suas armas muitas vezes forom tintas de sangue. que elle nom entendia dello fazer comprida pendença senom lauando suas maãos no sangue dos jnfiees* (Zurara, 1915, pp. 8-9).

De acordo com a crônica de Gomes Eannes de Zurara, já em seu capítulo XLVI, vislumbramos apenas dois sentidos que o homem pode percorrer em sua vida, o caminho do deleite e o da virtude. Sendo o primeiro responsável por levar as almas ao Inferno, e a segunda incumbida de definir a honra e o valor moral do homem que alcançaria a vida eterna ao lado de Jesus Cristo. Como classifica Bertoli (2007), o caminho da virtude possui sete atributos subdivididos em dois grupos, os Teologais e os Cardeais. Nessa estrutura moral, os primeiros representam a alma e correspondem à Fé, à Caridade e à Piedade, enquanto os segundos são caracterizados pelos pilares da Justiça, da Prudência, da Temperança e da Fortaleza e, portanto, equivale ao encaminhamento da bem ordenada vida.

Bertoli (2007) prossegue apontando que, no tocante às virtudes cavaleirescas, estas se encontram intrinsecamente ligadas às virtudes cristãs, porém com nuances distintas em suas práticas, como a Continência, a Lealdade, a Honra, a Determinação, a Grande e Boa Vontade de Coração, o Valor do sangue, a Coragem, a Liderança, a Discrição. Na *Crônica da Tomada de Ceuta por el Rey D. João I*, o cronista outorga maior destaque àquelas ligadas aos feitos de guerra e de armas, refletindo a ênfase dedicada a valores que um cavaleiro ideal deveria incorporar em sua vida.

A devoção desempenha papel central na vida dos senhores e príncipes retratados por Gomes. Termos como “fiel católico” ou “*mui* devoto” são adjetivos recorrentes para descrever a profundidade da fé desses grandes homens. Partindo disso, é perceptível como o sentimento religioso e as demonstrações de fé estão intimamente interligados nas crônicas. A devoção não deveria ser apenas professada, mas também traduzida em ações concretas a partir do cumprimento dos mandamentos, a defesa da honra da fé católica e outros. Dessa forma, a devoção apresentada por estes homens não se limitava a um aspecto intimista e individualista, pois existia a necessidade de incorporá-las às práticas diárias incessantemente presentes em suas consciências (França, 2006).

Assim, Zurara constrói uma estrutura moral complexa que, além de caracterizar o homem e o cavaleiro aos moldes de Deus, também delineia uma visão de virtude que transcende a esfera individual, permeando a sociedade e cultura durante o século XV. Assim, ao representar essas virtudes sob a perspectiva e contextos desta batalha no Norte da África, ele indicava o ethos cavaleiresco que buscava promover, profundamente enraizado nos princípios da Igreja Católica.

Após estabelecer a estrutura moral concebida na crônica de Zurara, observamos como esses valores se manifestam ao longo de seus escritos. Para Bertoli (2007), por meio da figura do Infante D. Henrique emerge a própria caracterização do “cavaleiro cristão ideal”, destacando-se por inúmeras virtudes, sendo as que mais aparecem [duas vezes] “avantagem de realeza”; [quatro vezes] “honra” e “fortaleza”; [seis vezes] “fé”, “serviço de Deus”, “boa vontade”, “coragem”, “liderança” e lealdade” e [oito vezes] “disposto aos feitos do corpo e da cavalaria.

Já as concepções realizadas por Amaral (2003, p. 5), sinalizam o quanto essas qualidades eram projetadas também na figura de D. João I. Desse modo, a crônica frequentemente associa o monarca a modelos de santidade, como “virtuoso”, “devoto”, “prudente”, “puro”, “penitente” e, por essa razão, ligado à imagem do próprio Cristo. Amaral ainda destaca que tais faculdades do espírito são comumente encontradas em hagiografias, com a função de emoldurar os valores que devem ser seguidos.

Junto disso, é intrigante observar que, ao longo de toda a crônica, poucas mulheres ganham destaque; via de regra são mulheres santas, como a mãe dos sete mártires do livro de Macabeus que, mesmo vendo seus filhos serem torturados e mortos, manteve a fé inabalada; a outra mulher – e de maior destaque ao longo de alguns capítulos – é a Rainha Filipa de Lencastre (c. 1360 - 1415). Essa aparente ausência de representação feminina – exceto essas mulheres que, segundo a interpretação zurariana, aproximam-se da santidade – é incontestavelmente

justificada pelo estrato social das mulheres nessa sociedade belicosa de fins da Idade Média. Porém, isso não impediu o autor de, ao citá-las, atribuir-lhes uma série de adjetivos.

Gomes, ao dedicar alguns capítulos de sua crônica à Rainha, nos revela algo além da relevância e prestígio que ela possuía. O cronista apontava a construção dessas características legitimadoras e suas aplicabilidades nas donzelas e princesas da alta corte, bem como as exaltações de seus princípios.

No capítulo que narra o momento derradeiro de D. Filipa em seu leito de morte, Zurara discorre sobre as chamadas virtudes teológicas (ou virtudes da alma): Fé, Esperança e Caridade. Ele aponta as quatro virtudes cardeais que poderiam ser encontradas nessa distinta mulher, sendo elas: a Justiça; a Prudência; a Temperança e Fortaleza. Em contrapartida, para cada uma das virtudes, existia um defeito correlato: a Malícia; a Ignorância; a Concupiscência e a Fraqueza, respectivamente.

Segundo o cronista e demais teólogos responsáveis por escrever os manuais e espelhos de príncipes e nobres, estas são as virtudes diretamente ligadas às práticas políticas de boa governança. Costa (2003) prossegue em sua pesquisa e estende os significados e simbologias de cada virtude a outros aspectos e códigos, como a associação de cada uma delas a um animal, o ser humano/justiça; a águia/prudência; o bezerro/temperança e o leão/fortaleza. A simbologia por detrás destas quatro virtudes tem como base as Sagradas Escrituras, em que são representados os quatro rios do Paraíso; as quatro cores que decoram o tabernáculo: jacinto, escarlate, púrpura e linho; os quatro unguentos: mirra, cinamomo, cássia e cana odorífera.

Zurara também narra dois momentos em que a fé flerta com o místico por meio de presságios e sonhos. Em sua crônica, ele expõe que o destino de D. João I como o responsável pelo início da destruição dos mouros, desde muito antes já estava traçado. No primeiro relato, um capitão cujo nome não nos é revelado, conta que empreendeu viagem junto ao Prior do Hospital para investigar o litoral e a cidade de Ceuta durante os preparativos. No relato, ele expôs um episódio de sua juventude, época em que acompanhava seu pai numa viagem à África, mais precisamente a um local chamado Ceuta. Nessa ocasião, um mouro sábio já de certa idade o abordou questionando qual a origem do jovem mancebo. Ao revelar ser português, o ancião prediz sobre a brevidade que aguardava ao atual rei D. Pedro, o reinado de seu sucessor, Dom Fernando e, por fim, as circunstâncias que resultaram na batalha de Aljubarrota. Na continuação, o jovem fora questionado sobre os filhos do rei D. Pedro e ao responder apenas sobre os três legítimos, o velho continuou a pressioná-lo sobre a existência de algum outro varão.

Até que por fim recorda-se de Dom João que, por ser ilegítimo, escapava da memória do jovem. Ao ouvir sobre Dom João, o velho mouro cai aos prantos e alega não se tratar de algo presente, mas pela tragédia futura que cairia sobre sua cidade, família e amigos. E continua profetizando: "*e elle sera o primeiro rrey dEspanha que teera posse em Africa, e sera o primeiro começo da destruiçom dos mouros.*" (1915, p. 56).

O segundo momento revela-se através de um sonho durante o ramadã do ano da invasão. Zurara informa que, para os mouros, a revelação divina poderia ocorrer durante os sonhos. Neste, Ceuta encontrava-se coberta por abelhas, também era avistado um leão com coroa de ouro que vinha em direção ao estreito, seguido por um bando de pardais que devoravam as abelhas. Zurara, ao comentar sobre esse sonho, faz alusão a uma profecia anterior encontrada em um mármore durante o reinado de Mirabolim. Nessa profecia, o mesmo leão saía da casa de Espanha, mas desta vez era acompanhado por três cachorros que levavam a destruição de África por onde passavam. Tanto o sonho quanto a profecia convergem, sugerindo eventos futuros relacionados à conquista de Ceuta pelos cristãos de além de Gibraltar.

Fato é que os muçulmanos sempre desempenharam o papel de grande rival na mentalidade cristã portuguesa, e com o início do século XV, isso não era diferente: "*determinamos que uossa merçee pode mouer guerra comtra quaaesquer jmfiees assy mouros como gemtios, ou quaaesquer outros que per algu~u modo negarem algu~u dos artijgos da samta ffe catholica*" (Zurara, 1915, p. 37). Para tanto, frente a essa antiga ameaça, foi imperativo trazer à tona valores e princípios presentes no imaginário ibérico dos tempos da Reconquista. Bertoli (2007) aponta que preceitos como "avantagem de realeza", que simbolizava a superioridade real; a "honra", que evocava a integridade moral; a "coragem" e "fortaleza" sendo atributos essenciais em combate; e a "disposição aos feitos da cavalaria", que refletia a prontidão de agir em defesa da Igreja, foram profundamente influenciados pela fé e pela convicção de que, ao lutar contra os "infiéis", estes cavaleiros realizavam um serviço para Deus.

Assim, a retomada de tais faculdades éticas e morais que dantes já permeavam a cultura e tradição cristã, desempenha um papel essencial na reconstrução da identidade cavaleiresca em Portugal em finais da Idade Média. Junto disso, sobre os valores que esses homens deveriam apresentar, é fundamental apontar que o governante, ou seja, o monarca, era concebido como o guia supremo de todo o seu povo e seus súditos em direção ao reino dos Céus. Nesse sentido, para que as necessidades dessa massa populacional, cuja mentalidade convivia com o constante temor representado pelo inferno e a perdição da alma, fossem atendidas de maneira justa, Deus teria permitido a criação do poder terrestre concentrado nas mãos desses governantes, com o

propósito de organizar a sociedade, uma vez que uma multidão sem ordem resultaria em caos (Costa, 2003).

Além disso, era imprescindível que o monarca reconhecesse que o poder terreno se originava exclusivamente da vontade divina, com o intento de promover harmonia e paz. Portanto, era responsabilidade do rei promover esses valores, uma vez que, para além da abnegação de seus interesses pessoais e da busca pela salvação de sua própria alma, ele era incumbido, como parte de seus deveres morais para com o reino, de ações, fé, princípios e valores, sendo "[...] responsável pela sorte eterna dos seus súditos" (Costa, 2003, p. 4). Dessa forma, a necessidade explícita de Gomes Eannes de Zurara em referenciar e reverenciar todas as qualidades e valores dos membros da casa real de Avis, pode ser entendida sob diversas finalidades essenciais para o contexto político e religioso dos anos finais da Idade Média.

Em primeiro lugar, tais virtudes destes líderes políticos eram imprescindíveis para assegurar uma boa governança nos âmbitos internos e externos, bem como promover a harmonia e prosperidade do reino. Somado a isso, era possível, então, que o poder real fosse legitimado e consolidado frente ao seu próprio povo e aos demais reinos católicos da Europa, atribuindo aos reis retratados a imagem de governantes eficientes, de modelo de liderança cristã ideal, mas também cujas ações representassem a própria previdência e vontade divina.

Essa interseção entre poder político e espiritual caminharam lado a lado na mentalidade do homem medievo. Ao retratar os reis como arautos da cristandade, Zurara reforçava a imagem de que os governantes eram dignos de suas posições sociais para com seu povo e com Deus, que por sua vez, legitimava e justificava as ações contra os mouros em Ceuta através da visão de um comprometimento dos mesmos para com a expansão e a defesa da fé cristã.

Ao apresentar os reis como arautos da cristandade, Zurara buscava engrandecer a figura do governante, apresentando-o como digno e honrado. Essas qualidades eram fundamentais para que os reis fossem reconhecidos tanto como líderes temporais, como guias espirituais responsáveis pela sorte de todos os seus súditos. A esse respeito, Amaral (2003) conclui que a totalidade das ações narradas nas crônicas seguem a imperativa de indicar se aquilo é ou não serviço de Deus. Isso significa que todas as interações, diálogos, feitos, proezas e importantes decisões narradas foram cuidadosamente selecionadas com o propósito de, além de enaltecer o altíssimo, também demonstrar o quão virtuosos os membros da casa de Avis são em sempre atender a vontade da Providência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao selecionarmos *A Crónica da Tomada de Ceuta por elrey D. João I*, de Gomes Eannes de Zurara, nos deparamos com um panorama intricado que transcende a mera narrativa histórica e literária. A obra revela-se como uma fonte rica e multifacetada que reflete os anseios, valores e estratégias de legitimação da dinastia avisina e da continuidade expansionista no Norte da África durante o período tardo-medieval em Portugal. Portanto, a análise dessa crônica como fonte histórica nos possibilitou alçar a compreensão da narrativa e dos relatos dos acontecimentos dada a gênese expansionista, além de descortinar as mentalidades dos governantes e as nuances por trás do projeto de legitimidade política e proto-expansionista.

Além disso, o momento singular vivenciado por esses homens revela uma fascinante interseção entre as tradições ainda vigentes do mundo medieval frente aos indícios do humanismo, que aos poucos começavam a aparecer em Portugal. Os contornos dessa mentalidade dualista se mostraram palpáveis no curso da obra, revelando ao leitor um equilíbrio entre a fidelidade à tradição em contraste com a predisposição inovadora. Por isso, a importância em delimitar as características de Zurara, indo além de sua função de cronista real. Identificar sua trajetória e os ambientes aos quais teve acesso, nos permitiu compreender como as mentalidades presentes em uma tradição medieval dialogam com as características emergentes do humanismo e da expansão do conhecimento. A formação e experiência de Gomes Eannes são fundamentais para entender como ele incorporou e transmitiu as mudanças culturais e intelectuais da primeira metade do século XV.

Tudo isso, como observado, reflete a importância do estudo da crônica tardo-medieval como fonte histórica. A obra de Zurara é um testemunho vital desse período de transformação, no qual, enquanto busca preservar as memórias, lança uma base de valores e substratos aos homens de sua geração e leitores frente a rupturas e continuidades deste período ímpar. O papel atribuído ao cronista – reiteradamente destacado no corpus literário aqui apresentado – , não se limita a um mero historiador, uma vez que o mesmo nem tinha tal pretensão, mas em atuar como um verdadeiro arquiteto da memória, impedindo que esses acontecimentos caíssem no abismo do esquecimento. Portanto, seus escritos foram responsáveis por construir bases sólidas para a história de uma linhagem, de um povo, de uma nação.

Ao propor a legitimidade na continuação da expansão no Norte da África, Zurara, sob encomenda de D. Afonso V, utilizou de recursos para rememorar os êxitos de 1415, enquanto buscava eclipsar o fiasco em Tânger de 1437. Dessa forma, o autor desempenhara um papel significativo nos rumos que o reino português seguiria na segunda metade do século XV,

caracterizado pela sistêmica ocupação do Noroeste africano até seu total contorno e a chegada ao Cabo do Bojador e à Guiné.

Outro ponto central da função do cronista reside em como ele se impõe na complexa engrenagem de consolidação de poder e legitimação do reinado. Zurara, ao estruturar sua narrativa ao redor da capitulação de Ceuta, além de registrar os feitos de bravura dos protagonistas, também tece cuidadosamente uma trama em que o privilégio sanguíneo, a devoção religiosa e as façanhas militares convergem na criação de uma imagem idealizada do governante e sua linhagem.

A legitimidade da família real e das demais linhagens nobres, como construída nessa crônica, está intrinsecamente ligada à dedicação fervorosa a Deus e, sobretudo, à genealogia. Esta não atua apenas como um registro ancestral; ela desempenha um papel crucial como ferramenta legitimadora, situando os protagonistas como herdeiros naturais do trono e conferindo-lhes um direito divino à liderança. A hierarquia social, ancorada no privilégio sanguíneo, é habilmente explorada pelos cronistas, que apresentam a genealogia real e nobre como ponto de partida para a descrição das personagens, na tentativa de justificar suas posições na sociedade e engrandecer suas realizações.

Concomitante, a devoção religiosa é caracterizada como um traço de caráter, um elemento que eleva a figura do monarca, retratando-o como um líder piedoso, comprometido com a defesa da fé e os princípios cristãos. Essa característica, que também é uma distintiva dos nobres, recebe frequentes elogios dos cronistas que enxergam a dedicação a Deus como qualidade essencial aos líderes. Diante disso, essa obra transcende a mera classificação de crônica histórica. Ela é diretamente influenciada pelo gênero “espelho de príncipes”, um estilo literário e histórico que busca orientar a conduta dos governantes de forma pedagógica a respeito dos valores e virtudes. É fundamentada a partir da mescla entre a visão moralista e memorialista da tradição medieval, que por sua vez se entrelaça à perspectiva legitimadora do reinado, criando uma obra que não só narra os eventos, como também busca moldar a própria compreensão do que significa ser nobre, governante e defensor da fé.

Por tal feito, a crônica zurariana é uma peça-chave para entender como os valores da cavalaria, da fé cristã e das virtudes presentes em suas personagens foram preservados e adaptados durante o referido período de mudanças.

Assim, ao analisarmos a crônica de Zurara, contemplamos uma narrativa histórica, passível de ser utilizada na investigação de um intrincado jogo de poder, onde a escrita do cronista não funciona apenas como um registro, mas antes uma construção cuidadosa de identidade e legitimidade. Essas crônicas tornam-se artefatos literários que lançam luz às

aspirações e estratégias da elite reinante em um momento crucial da história portuguesa, utilizando como pano de fundo as incursões realizadas em Ceuta.

De modo geral, concluímos que Gomes Eannes, por meio de sua crônica, desempenhou um papel fundamental na construção, manutenção e preservação daquela que viria a ser a memória histórica de Portugal durante o período tardo-medieval. As contribuições das crônicas na formação do pensamento histórico oferecem às gerações futuras uma compreensão dos eventos relatados. Por meio de seu cargo de cronista e guarda da Torre do Tombo, Zurara foi um arquiteto da memória cujas produções possibilitaram a continuidade de tradições, práticas e memórias que lançaram bases para a construção da identidade cultural e histórica de um povo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. As crónicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV. *Medievalista*, Lisboa, n. 23, 2018. DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.1580. Acesso em: 22 nov. 2023.

AMARAL, C. O. Lugar das crônicas de Zurara nos descobrimentos portugueses no século XV. In: *Simpósio Nacional De História*, 12., 2003, p. 1-8.

AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental.* Trad. de George Bernard Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1971.

AZEVEDO, H. R. Estratégias de legitimação do reinado de D. João I (1385-1433) nas narrativas de Fernão Lopes e Gomes Zurara. *Revista Mosaico*, v. 11, p. 168-178, 2018.

BARROS, J. D. Memória e história: uma discussão conceitual. *Tempos Históricos*, v. 15, n. 1, p. 317-343, 2000. DOI: 10.36449/rth.v15i1.5710. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/5710. Acesso em: 16 fev. 2024.

BERTOLI, A. L. Uma leitura possível da Crônica da Tomada de Ceuta, levando em conta a representação do Infante D. Henrique nessa obra de Zurara. *Sociedade em Estudos*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 89-102, 2007.

BRAAMCAMP F., A. *Um aventureiro na empresa de Ceuta.* 3. ed. Lisboa: Livraria Ferin, 1913.

BRAGA, T. *História da literatura portuguesa: Idade Média.* 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. v. 1.

CALADO, A. A. O Infante D. Fernando e a restituição de Ceuta. In: _____. (org.). *Revista Portuguesa de História*. n. 10, p. 119-152, 1962.

CARVALHO, J. B. de. A literatura portuguesa de viagens: séculos XV, XVI e XVII. *Revista de História*, v. 40, n. 81, p. 51-73, 2017. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1970.128941.

CIDADE, H. A. *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina: Séculos XV e XVI.* 2. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1964. v. 1.

COELHO, M. H. C. D. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória.* Lisboa: Temas e Debates, 2008.

CORTESÃO, J. Z. *Teoria geral dos descobrimentos: A geografia e a economia da Restauração.* Lisboa: Seara Nova, 1940.

COSME, J. A tomada de Ceuta em 1415: um acto de marketing político. In: Conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torre Vedras. Lisboa: Colibri, 2015, p. 103-113.

COSTA, S. S. Os espelhos de príncipes como padrão para as narrativas biográficas dos reis – O exemplo de D. Álvaro. In: Simpósio Nacional De História, v. 22., João Pessoa: ANPUH, 2003.

CRAVO, C.; TEIXEIRA, C. Mateus de Pisano: de Bello Sepctensi (Excertos nº 4 e 6). *Hvmanitas*, v. 50, p. 1-12, 1998.

DIAS, G. M. Informação e diplomacia na armada de Ceuta: Os relatórios do espião aragonês Ruy Diaz de Veja. *Revista Eletrônica Discente História.com*, v. 4, n. 7, p. 80-97, 2017.

DINIS, A. J. D. *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara: Introdução à Crónica dos feitos de Guiné.* Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949, v. I.

DUARTE, I. M. O relato do discurso na Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara. In: *ACTAS do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Porto, 2002, p. 207-215.

DUARTE, L. M. A Marinha na Conquista de Ceuta em 1415. In: *Simpósio de História Marítima*, v. 14., 2015, p. 265-274.

FARINHA, A. D. *Os Portugueses em Marrocos*. Lisboa: Instituto Camões, 1999.

FERNANDES, F. R. A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 26, p. 107-124, 2000. DOI: 10.15448/1980-864X.2000.s.25194.

FERNANDES, F. R. *Portugal, 1385: quando um reino faz seu rei.* Jundiaí: Paco, 2018.

FRANÇA, S. S. L. *Os reinos dos cronistas medievais: Século XV.* São Paulo: Annablume, 2006.

GIL, A. C. C. *A identidade nacional na literatura portuguesa de Fernão Lopes ao fim do século XIX*. Lisboa: CHAM, FCSH/NOVA-UAc, 2015.

GODINHO, V. M. *A expansão Quatrocentista Portuguesa.* 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

GOMES, R. C. *The making of a court society: Kings and nobles in late medieval Portuguese.* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GUENÉE, B. Histoires, annales, chroniques: Essai sur les genres historiques au Moyen Âge. *Annales: Économies, sociétés, civilisations*, Paris, v. 28, n. 4, p. 845-869, 1973.

GUIMARÃES, J. S. Autópsia e escrita da história em Gomes Eanes de Zurara (século XV). *História*, v. 42, p. 1-20, 2023.

GUIMARÃES, J. S.; MOREIRA, M. "Atéqui tive que vos escrever por vosso avisamento": A atualização do topos Historia Magistra Vitae nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara. *Projeto História:* Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 70, p. 314-339, 2021a. DOI: 10.23925/2176-2767.2021v70p314-339.

GUIMARÃES, J. S.; MOREIRA, M. O louvor da escrita da história como "remédio para a memória" nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara. *Contexto*, ed. 39, p. 331-360, 2021b.

HAHN, F. A. Reflexos da perfeição: alguns elementos do gênero espelhos de príncipe na Idade Moderna. *Varia Scientia*, Cascavel, v. 6, n. 12, p. 115-157, dez. 2006.

KAPPLER, C. Cosmografia e imaginário. In: _____. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média.* São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LE GOFF, J. *A Civilização do Ocidente Medieval.* Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LIMA, K. N. S. Descobrimentos portugueses: entre a construção da memória e as relações de poder (Século XV). 2017. 98 p. Dissertação (Mestrado em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura) - Instituto Multidisciplinar, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2017.

LIMA, N. V. Um diálogo historiográfico: as gramáticas de língua portuguesa do séc. XVI e o Projeto de Lei 1676/1999 do séc. XX. 2011. 82 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

LOPES, D. A conquista de Ceuta: A sua importância política e económica. In: BAIÃO, A.; CIDADE, H.; MURIAS, M. *História da Expansão Portuguesa no Mundo.* Lisboa: Editorial Ática, 1937. cap. IV, p. 131-136.

MARTINS, J. P. O. *Os Filhos de D. João I.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

MATOS, J. S. Ceuta e o estreito: Vantagens táticas e estratégia naval, no século XV. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA, 14., 2015, Lisboa: Academia de Marinha, 2015. p. 275-290.

MEGIANI, A. P. T. *O Jovem Rei Encantado: Expectativas do Messianismo Régio em Portugal, séculos XIII a XVI.* São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

MICHELAN, K. B. Cronistas medievais: Ajuntadores de histórias. *História Social*, Campinas, ed. 17, p. 265-286, 2009.

MORENO, H. B. *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e significado histórico.* Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1979. v. 1.

MONTEIRO, N. G.; RAMOS, R.; SOUSA, B. V. *História de Portugal.* Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

MOREIRA, H. D. R. G. da S. A Campanha Militar de Tânger (1433-1437). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2009.

NADLER, W. A. Navigatio Sancti Brendani Abbatis: tempo, espaço, outro mundo e peregrinação no relato da viagem de São Brandão à terra repromissionis. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLAVO, C. João das Regras: O jurisconsulto. *Revista da Ordem dos Advogados*, v. 1, n. 1, p. 142-152, 1941.

PERES, D. A crise política de 1383: Incremento das aspirações políticas das classes populares. O problema sucessório de 1383. A revolução. A Guerra da Independência. Consequências da crise, quanto à vida interna de Portugal e às suas relações internacionais. In: BAIÃO, A.; CIDADE, H.; MURIAS, M. *História da Expansão Portuguesa no Mundo.* Lisboa: Editorial Ática, 1937. cap. III, p. 113-120.

PEREIRA, J. M. O condicionalismo físico do Estreito de Gibraltar e a expedição a Ceuta. In: Simpósio De História Marítima, v. 14., 2015, Lisboa, p. 71-94.

PINTO, V. M. S. V. *De Olhar atento e Ouvidos à escuta*...: A espionagem militar na cronística portuguesa de Quatrocentos: Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. 2015. Dissertação (Mestrado em História Militar) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

QUEIRÓS, S. G. "*Pera Espelho de Todollos Uiuos*": A Imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada Ceuta. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

SARAIVA, A. J.; LOPES, O. *História da literatura portuguesa.* 17. ed., corr. e atual. Porto: Porto Editora, 1996.

SARAIVA, A. J. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal.* Lisboa: Gradiva, 1988.

VITERBO, S. Gomes Eanes d'Azurara. *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, vol. III, Lisboa, 1898.

ZUMTHOR, P. *A letra e a voz.* Trad. Amálio Pinheiro e Jerusa P. Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FONTES DOCUMENTAIS

BRAUNIUS, G.; HOGENBERG, F. *Civitates orbis Terrarvm*. 3 vols. Coloniae Agrippina, 1572-1618. Edição moderna com introdução de R.A. Skelton, 3 vols. Amsterdam: Theetrum Orbis Terrarum Ltd., 1965.

ORTELIUS, A. *[Theatrum orbis terrarum]*. Antuerpianus. Antuerpiae: Apud Aegid. Coppenium Diesth, 1571. 1 atlas, [7] f., 53 fól. de texto e mapas, [29] f.: color.; 43 cm.

Livro dos conselhos de D. Duarte [Em linha]. Carta que o Infante D. Pedro mandou a el rei D. Duarte de Bruges, f. 38-39. Disponível em: http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4248785.

PISANO, M. *Livro da Guerra de Ceuta.* 1460. PINTO, Roberto Corrêa (ed.). Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1915.

ZURARA, G. E. *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I.* PEREIRA, Francisco Maria Esteves (ed.). Coimbra: Academia das Sciências de Lisboa, 1915.